

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ORLANDO CESAR DEVAI

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO PARANÁ

CURITIBA
2015

ORLANDO CESAR DEVAI

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO PARANÁ

Tese apresentada como requisito parcial para o curso de doutoramento do Programa de Desenvolvimento Econômico do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Marcelo Luiz Curado.

CURITIBA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.
SISTEMA DE BIBLIOTECAS. CATALOGAÇÃO NA FONTE

Devai, Orlando Cesar

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO PARANÁ /
175 f.

Orientador: Marcelo Luiz Curado

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico.

Defesa: Curitiba, 2015

1. Investimentos estrangeiros. 2. Investimentos na indústria - Paraná. 3. Políticas Públicas. I. Curado, Marcelo Luiz, 1972. II Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. III. Título.

CDD 332.673

TERMO DE APROVAÇÃO

ORLANDO CESAR DEVAI

“INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO PARANÁ”

**TESE APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO
GRAU DE DOUTOR NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ, PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:**



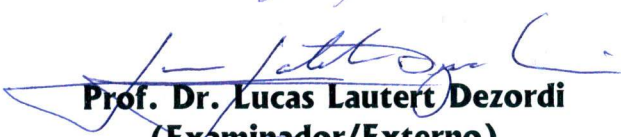
**Prof. Dr. Marcelo Luiz Curado
(Orientador/UFPR)**



**Prof. Dr. Fernando Motta Correia
(Examinador/UFPR)**



**Prof. Dr. Gustavo Pereira da Silva
(Examinador/UFPR)**



**Prof. Dr. Lucas Lautert Dezordi
(Examinador/Externo)**



**Profª Drª Cintia Rubim de Souza Netto
(Examinadora/Externa)**

27 de maio de 2015

Agradecimentos

Agradeço a todos que estiveram ao meu lado nesta atividade, tornando o caminho mais agradável, em especial à minha esposa Lucimari, meus pais Daniel e Eunice, e meus amigos pelos incentivos em prosseguir neste objetivo.

Aos professores que com dedicação e esforço estiveram sempre assumindo suas funções junto a esta conceituada instituição, dispostos a criar um ambiente de aprendizagem e a transmitir seus conhecimentos.

Ao orientador, professor Dr. Marcelo Luiz Curado, e aos demais membros da banca de qualificação e defesa, Dr. Fernando Motta Correa, Dr. Gustavo Pereira da Silva, Dr. Lucas Lautert Dezordi, Dr^a. Cintia Rubim de Souza Netto e Dr. Armando João Dalla Costa, que apresentaram em suas avaliações sugestões e contribuições para melhoria deste trabalho.

Dedicatórias

A Deus, criador e mantenedor da minha vida, sem o qual nada disso seria possível.

Às pessoas que ainda guardam consigo a simplicidade, o respeito e o amor ao próximo.

A todos que tiverem acesso a este trabalho, o qual dediquei meu esforço pessoal.

RESUMO

O objetivo desta tese é identificar o principal ou os principais fatores decisivos que desencadearam a realização dos Investimentos Diretos Externos (IDE) no Paraná com foco na atividade industrial. Após revisão bibliográfica sobre o tema em relação ao Brasil percebe-se que os IDEs se fizeram presentes de forma mais significativa desde a década de 1870, não se verificando estudos ou pesquisas em relação aos IDEs nos estados. A presente tese se dá sob esse enfoque inédito estadual em relação ao Paraná. Nota-se os primeiros registros relevantes de IDE no estado somente no início do século XX, não se mantendo no tempo. Observa-se, contudo, a presença expressiva do IDE a partir de 1973, com a instalação de empresas de capital externo localizadas na Cidade Industrial de Curitiba. Em 1995 nota-se um novo fluxo IDE em direção à região metropolitana de Curitiba e posteriormente um processo de interiorização destes investimentos. Tem-se como hipótese central que os investimentos externos industriais no estado do Paraná desencadeados em 1973 e nos períodos seguintes tiveram como fator decisivo as políticas públicas municipais e estaduais, mediante a influência dos cenários econômicos nacional e internacional, inibindo ou potencializando os investimentos. Para confirmação da hipótese é pesquisado o cenário estadual, com enfoque nas políticas públicas de industrialização, além dos cenários nacional e internacional realizados a partir de pesquisas em relatórios institucionais, artigos, livros, periódicos e trabalhos científicos. Verifica-se que a ocorrência do IDE no estado se dá pela conjugação dos três fatores: 1) cenário internacional favorável; 2) cenário nacional favoráveis; e 3) políticas públicas municipais e estaduais de incentivo ao investimento industrial. As políticas públicas estaduais se constituem no último fator para o desencadeamento dos IDEs no estado, confirmando assim a hipótese inicial.

Palavras chaves: Investimento externo direto, políticas públicas, Paraná.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to identify the main or the mains deciding factors that led to the realization of Foreign Direct Investment (FDI) in Paraná focused on industrial activity. After bibliographic review on the topic concerning to Brazil is perceived that the FDI have been made more significant gifts in since the 1870's and there were no studies or research regarding the IDEs in the states. This thesis takes place in this state unprecedented approach towards Paraná. The earliest relevant records about FDI in Paraná are noted only at the start of the 20th century, not being maintained over time. However, an expressive presence of FDI is observed starting from 1973, with the installation of foreign-funded enterprises located at Industrial City of Curitiba. In 1995 a new flow of FDI is noted towards Curitiba's metropolitan region and afterwards there is an internalization process of these investments. It has been a central hypothesis that industrial foreign investment in Paraná triggered in 1973 and the following periods were as decisive factor municipal and state public policies, by the influence of national and international economic scenarios, inhibiting or enhancing investments. To confirm the hypothesis is researching the state scenario, focusing on public industrialization policies, besides the national and international scene from research in institutional reports, articles, books, periodicals and scientific papers. It appears that the occurrence of FDI in the state is given by the combination of three factors: 1) favorable international scenario; 2) favorable national scene; and 3) state and local public policies to encourage industrial investment. The state public policies constitute the ultimate factor in triggering the IDE sin the state, thus confirming the initial hypothesis.

Keywords: foreign direct investment, public policy, Paraná.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ESTIMATIVA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS DA CIC COM BASE - PROTOCOLOS ASSINADOS ATÉ 1983	49
TABELA 2 - FLUXO DE IDE MUNDIAL NA DÉCADA DE 1970.....	56
TABELA 3 - FLUXO DE IDE NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970.....	56
TABELA 4 - EMPRESAS INSTALADAS NA CIC DE 1973 A 1974	61
TABELA 5 - EMPRESAS INSTALADAS NA CIC DE 1974 A 1979	63
TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES NA RENDA DO PARANÁ 1970 A 1979.....	64
TABELA 7 - FLUXO DE IDE MUNDIAL NA DÉCADA DE 1980.....	71
TABELA 8 - FLUXO DE IDE NO BRASIL NA DÉCADA DE 1980.....	72
TABELA 9 - FLUXO DE IDE MUNDIAL DE 1990 A 1994	74
TABELA 10 - FLUXO DE IDE PARA O BRASIL DE 1990 A 1994	77
TABELA 11 - ESTOQUE DE IDE NO PARANÁ POR PAÍSES DE ORIGEM EM 1995.	80
TABELA 12 - ESTOQUE DE IDE NO PARANÁ POR PAÍSES DE ORIGEM EM 2000.	81
TABELA 13 - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS E REINVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2002 NO PARANÁ.....	85
TABELA 14 - PLANTAS INDUSTRIAIS AUTOMOTIVAS INSTALADAS DE 1996 A 2001	89
TABELA 15 - EMPRESAS PARANAENSES VENDIDAS PARA O CAPITAL EXTERNO DE 1996 A 2000.....	101
TABELA 16 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB NO BRASIL E MUNDO DE 1995 A 2002	106
TABELA 17 - FLUXO DE IDE MUNDIAL, PAÍSES DESENVOLVIDOS, EM DESENVOLVIMENTO E BRASIL DE 1995 A 2002	107
TABELA 18 - ESTOQUE DE IDE MUNDIAL, PAÍSES DESENVOLVIDOS, EM DESENVOLVIMENTO E BRASIL DE 1995 A 2002	108
TABELA 19 - AMOSTRA DE GRANDES EMPRESAS COMPRADAS POR GRUPOS ESTRANGEIROS DE 1994 A 2000.....	111
TABELA 20 - FLUXO DE IDE NO BRASIL POR SETOR 1996-2002	113
TABELA 21 - ESTOQUE DE IDE NO BRASIL POR SETOR NA DÉCADA DE 90.....	114

TABELA 22 - 10 MAIORES INVESTIDORES NO BRASIL – ESTOQUE 1995.....	114
TABELA 23 - 10 MAIORES INVESTIDORES NO BRASIL - ESTOQUE 2000.....	116
TABELA 24 - ESTOQUE DE IDE NO PARANÁ POR PAÍSES DE ORIGEM EM 2005.	118
TABELA 25 - ESTOQUE INDUSTRIAL DE IDE NO PARANÁ EM 2010 – PRINCIPAIS SEGMENTOS	119
TABELA 26 - INVESTIMENTOS ANUNCIADOS DE 2003 A 2013	126
TABELA 27 - PORCENTAGEM DOS INVESTIMENTOS ANUNCIADOS POR PERÍODOS DE 2003 A 2013	127
TABELA 28 - FLUXO DE IDE MUNDIAL, PAÍSES DESENVOLVIDOS, EM DESENVOLVIMENTO E BRASIL DE 2003 A 2013	130
TABELA 29 - ESTOQUE DE IDE MUNDIAL, PAÍSES DESENVOLVIDOS, EM DESENVOLVIMENTO E BRASIL DE 2003 A 2013	131
TABELA 30 - FLUXO DE IDE NO BRASIL POR SETOR DE 2003 A 2007	132
TABELA 31- 10 MAIORES INVESTIDORES NO BRASIL - ESTOQUE 2005.....	135
TABELA 32 - 10 MAIORES INVESTIDORES NO BRASIL - ESTOQUE 2010.....	136
TABELA 33 - QUADRO SÍNTESE - FLUXO DE IDE INDUSTRIAL NO PARANÁ POR PERÍODOS	147

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	METODOLOGIA DE PESQUISA	15
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	15
2.2	COLETA DE DADOS.....	16
2.3	TRATAMENTO DOS DADOS	19
2.4	ANÁLISE DOS DADOS	19
3	REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O IDE NO BRASIL	21
3.1	INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO	21
4	O IDE E A INDÚSTRIA NO PARANÁ.....	36
4.1	CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA	38
4.1.1	Elaboração do Projeto	39
4.1.2	Processo de implantação (1973-1979)	49
4.1.3	Impacto da Criação da CIC na Economia Paranaense na Década de 1970	63
4.1.4	Consolidação da CIC.....	66
4.1.5	Cenário Internacional e Nacional de 1980 a 1994.....	70
4.2	O CASO DAS MONTADORAS E DEMAIS INVESTIMENTOS EXTERNOS NO ESTADO NO PERÍODO 1995 A 2002	79
4.2.1	Indústria automobilística e os IDEs.....	81
4.2.2	Políticas Nacionais para o Setor Automotivo	86
4.2.3	Políticas Públicas de Industrialização no Paraná	90
4.2.3.1	Aquisições e Fusões.....	101
4.2.3.2	Privatizações.....	102
4.2.4	Cenário Nacional, Internacional e os fluxos de IDE para o Brasil.....	103
4.3	INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO DE 2003 A 2013.....	117
4.3.1	Empresas Investidoras	119
4.3.2	Políticas Públicas de Industrialização no Paraná	123
4.3.3	Cenário Nacional e Internacional.....	128
4.3.3.1	Influências da Crise Internacional de 2008 no Comportamento do IDE.....	132
5	CONCLUSÃO	138
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
	ANEXO I - RELAÇÃO DE EMPRESAS QUE COMPRARAM TERRENO NA CIC PARA INSTALAÇÃO DAS PLANTAS - DE 1973 A 1990	158

ANEXO II - ANÚNCIOS DE INVESTIMENTOS EXTERNOS NO PARANÁ DE 2003 A 2013.....	168
--	-----

1 INTRODUÇÃO

Há vasta literatura sobre o Investimento Direto Externo (IDE) no Brasil, especialmente sobre o seu papel no processo de industrialização. Menos freqüentes, no entanto, são as abordagens focadas nos efeitos do IDE sobre as dinâmicas regionais. Esta lacuna nas pesquisas se dá, em alguma medida, devido à ausência de séries históricas segmentadas por estados que permitam uma análise sobre o tema. O presente trabalho, apesar da dificuldade apontada na base de dados, pretende contribuir neste campo, analisando os fatores determinantes do IDE no processo de industrialização do estado do Paraná, em especial entre os anos de 1973 e 2013. A superação das dificuldades referentes às bases de dados é realizada através de um enfoque histórico no desenvolvimento do trabalho onde é analisado também o contexto macroeconômico onde se insere a economia do Paraná.

O trabalho não se utiliza das teorias explicativas sobre os fatores determinantes do IDE como "teorias do poder de mercado" e "teorias da internacionalização da firma", nas suas diversas formas, interpretações e paradógmias. Estas tem voltado suas análises para as empresas em situações específicas, não possibilitando interpretações abrangentes sobre o tema na forma que se propõe o presente trabalho.

De uma perspectiva histórica, verifica-se que os fluxos de IDEs se fizeram presentes no Brasil desde o início do século XIX, mas de forma mais significativa desde os anos de 1870. No Paraná são observados escassos IDEs entre os anos de 1906 a 1916 e de 1922 a 1944. No setor industrial somente é observado IDE após 1973 quando surgem com grande intensidade. De 1973 a 1986, cerca de 21 empresas internacionais de grande porte se instalam na CIC, sendo 18 somente de 1973 a 1979. De 1987 a 1993 não são mais observadas instalações de grandes empresas. Após 1995, ocorre uma nova onda de empresas de capital externo em direção ao estado e um processo de interiorização.

Historicamente percebe-se que a vinda das empresas de capital externo ao estado não seguiram um fluxo contínuo. Em alguns momentos suas instalações aconteceram de forma acentuada e em outros não foram observadas. Este trabalho

tem por objetivo identificar o principal ou os principais fatores determinantes dos fluxos de IDEs para o Paraná e como se realizaram, com foco na atividade industrial. Parte-se da hipótese que os IDEs no estado do Paraná desencadeados em 1973 e nos períodos seguintes tiveram como fator decisivo as políticas públicas municipais e estaduais, mediante a influência dos cenários econômicos nacional e internacional, inibindo ou potencializando os investimentos.

A pesquisa desenvolvida neste trabalho se distingue das demais e se mostra pioneira por verificar o comportamento do IDE em um estado separadamente do restante do Brasil. Em decorrência disso, não é demais ressaltar a inexistência de trabalhos sobre os Investimentos Externos Diretos, tendo como objeto de estudo o estado do Paraná.

Na primeira parte do trabalho (capítulo 2) é descrita a metodologia adotada para a realização da pesquisa. Considerando a relativa falta de séries de dados quantitativos para a análise deste processo o trabalho busca seu entendimento a partir do estudo dos fatores históricos que levaram a estes investimentos, servindo-se de documentos fornecidos pelas principais instituições do estado quanto às políticas desenvolvidas no sentido da sua industrialização.

No capítulo três realiza-se a revisão bibliográfica a partir de artigos e trabalhos realizadas sobre o IDE no Brasil, onde se observa a preocupação de vários autores em pesquisar as relações do IDE no processo de industrialização do Brasil, mas não em estados separadamente.

O capítulo 4 é dividido em três partes. Cada uma destas verifica o comportamento dos fluxos de IDEs no Paraná e seus fatores determinantes nos planos internacional, nacional e local/estadual, conforme metodologia proposta.

A primeira parte diz respeito à Cidade Industrial de Curitiba-CIC, que vai desde seus primeiros estudos, até sua implantação e consolidação. Os primeiros estudos de forma sistemática são realizados em 1966 e as primeiras iniciativas concretas de criação da CIC somente em 1971. Sua implantação se acontece a partir de 1973, onde se verifica a atração de grandes empresas de capital externo. Este fluxo de IDE propaga-se até o ano de 1979. O período de 1973 a 1979 é caracterizado pela implantação da CIC e por um forte fluxo de Investimento Direto Externo - IDE. Sua fase de consolidação ocorre após 1979, onde se observa a predominância das empresas de médio e pequeno porte, predominantemente de

origem nacional. No final do período não são mais observados IDE significativos na CIC, onde são pesquisados os fatores motivadores deste estancamento a partir dos cenários estadual, nacional e internacional.

Na segunda parte do capítulo 4 é apresentado e discutido o novo fluxo de IDE observado em 1995, onde se tem a vinda da Renault, Chrysler, Audi, Nissan e Volkswagen para o Paraná. Este período é caracterizado pela vinda das montadoras e pela entrada do estado na guerra fiscal, dentro de um cenário nacional de abertura comercial e reestruturação produtiva.

A última parte do capítulo 4 verifica os investimentos das principais empresas externas de 2003 a 2013, onde além de observar-se a continuidade e a significância dos IDEs verifica-se um movimento intenso de interiorização das empresas rumo às cidades médias e pequenas, não observado anteriormente.

Por fim tem-se as considerações finais, análises e conclusões sobre os fatores que desencadearam a realização dos investimentos diretos externos no Paraná com foco na atividade industrial, bem como sua manutenção no período de 1973 a 2013.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este capítulo expõe como se procedeu a construção deste trabalho, permitindo no contexto do conhecimento, a reprodutividade e a verificabilidade de pesquisa. A coleta, tratamento e análise dos dados seguem as abordagens de Gil (2010), Medeiros (2012) e Alves (2007).

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Seguindo a classificação de Alves (2007), Gil (2010) e Medeiros (2007), o presente estudo se dá sob a forma analítica-explicativa de caráter básico, tendo como preocupação identificar os fatores que determinam ou contribuem para um determinado fenômeno. A coleta de dados é realizada mediante procedimentos bibliográficos e documentais de pesquisa. São utilizados artigos, livros, periódicos, trabalhos científicos, dados disponibilizados em sites sobre o assunto na rede mundial de computadores, relatórios e documentos internos de instituições governamentais de ordem estadual em especial do IPARDES, IPPUC e URBS.

Os critérios para a inclusão dos dados e obras no contexto do estudo consideraram sua validação científica, conexão com o assunto, coesão e consistência. Os dados foram tratados de modo crítico-dissertativo, por agrupamentos segundo idéias principais, de tal forma a produzir uma conexidade contextual em tópicos. A análise dos mesmos é feita de modo qualitativo (através da experiência, interpretação e observação do autor), a saber, sob aspectos subjetivos, por argumentações e discussões (GIL, 2010; MEDEIROS, 2012).

Sua caracterização principal segue a forma histórica em face à ausência de séries históricas ou dados que permitam a realização de análises quantitativas em relação ao IDE no estado do Paraná, como observado nos demais estados da federação. Os dados disponíveis em relação aos estados apresentam

descontinuidades e mudanças sistemáticas na metodologia de apuração por parte das instituições que as disponibilizam.

2.2 COLETA DE DADOS

Este tópico traz, com certo número de detalhes, como foram desenvolvidos os passos da estratégia de pesquisa na coleta dos dados. Medeiros (2007) classifica os documentos em primários, secundários e terciários. A documentação primária é constituída de livros, jornais, periódicos, artigos, relatórios, a secundária de bibliografias, resumos, traduções, textos produzidos pelos serviços de documentação e a terciária de estudos recapitulativos. Gil (2010) classifica as principais fontes documentais no processo de pesquisa em documentos pessoais, documentos administrativos, material publicado em jornais e revistas, publicações de organizações, documentos publicados pela internet, registros conclusivos e artefatos físicos e vestígios.

Considerando a classificação de Medeiros (2007) o trabalho se utilizou principalmente de documentação primária. Utilizando-se da classificação de Gil (2010) os documentos de maior utilização foram os administrativos, materiais publicados em jornais e revistas, publicações de organizações, documentos publicados pela internet e registros conclusivos.

Na coleta da documentação foram utilizados principalmente os arquivos e documentos produzidos pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba (URBS), Associação das Empresas da CIC, Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, Biblioteca Pública do Paraná e Sistema de Bibliotecas da UFPR.

A primeira parte do estudo, que revisa a literatura em caráter introdutório, utilizou-se de autores que pesquisaram o IDE no Brasil. A verificação destes autores foi realizada a partir das principais revistas e instituições relacionadas à área das

ciências econômicas, valendo-se posteriormente da pesquisa direcionada a artigos e estudos específicos citados nos trabalhos inicialmente pesquisados.

A conclusão das pesquisas deu-se no momento em que se verificou que os resultados começaram a se demonstrar repetitivos, indicando os documentos, pesquisas e artigos já em posse do pesquisador.

Na pesquisa documental, o IPARDES forneceu através de busca conjunta com os bibliotecários os primeiros materiais referentes à criação da CIC na forma de relatórios e estudos preliminares desenvolvidos à época. Estes relatórios foram:

- Distrito Industrial do Birigui (1966) – Primeiros estudos referentes à implantação de um Distrito Industrial em Curitiba, apresentado em 1966. Consta no estudo que o trabalho foi apresentado no 1º Seminário de Desenvolvimento Industrial de Curitiba;

- Estudos da área industrial de Curitiba (1971) realizados pelo Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC em parceria com o Banco de Desenvolvimento do Paraná – BADEP visando determinar uma área industrial no município de Curitiba;

- Diretrizes de Implantação da CIC em 1973 pela Companhia de Urbanização de Curitiba – URBS, intitulado Cidade Industrial de Curitiba, descrevendo os objetivos da criação da CIC, sua delimitação, incentivos às empresas, convênios e financiamentos, aspectos organizacionais e legais;

- Relatórios de Planejamento e Acompanhamento do processo de Implantação da CIC em 1975, realizado pela URBS, sendo um de aspecto administrativo e análise interna e outro de divulgação externa.¹

- Materiais de divulgação da CIC destinadas a potenciais investidores, visando a atração de empresas interessadas (1975);

- Material de divulgação publicitária da CIC para o Público em Geral (1975).

O IPARDES ainda disponibilizou consultas aos Boletins de Análise Conjuntural publicados desde janeiro de 2002, onde se pesquisou os anúncios² de investimentos das empresas de capital externo no Paraná.

¹Neste momento realizou-se contato com a URBS para verificação dos documentos em posse da companhia, sendo informado da impossibilidade de consulta do seu acervo devido à falta de pessoal e organização do material para disponibilização, não permitindo desta forma seu acesso.

²Os boletins do IPARDES são publicados a bimestralmente. Em uma de suas seções são registrados os principais investimentos anunciados ou realizados no Paraná. Seguiu-se a pesquisa a partir dos

Partes consideráveis destes estudos e relatórios têm como referência o IPPUC, levando ao levantamento dos dados e relatórios na própria biblioteca do IPPUC, que contou da mesma forma com o apoio dos bibliotecários locais na verificação dos documentos referentes à criação da CIC, sendo confirmado a procedência dos documentos e relatórios fornecidos pelo IPARDES. Estes contaram com detalhes adicionais, visto estarem no contexto original do planejamento urbano em que se deu a criação da CIC. Verificou-se no IPPUC as diretrizes básicas de planejamento da Cidade de Curitiba na época de implantação da CIC e rumos a serem seguidos nos anos seguintes a 1979.

Na Biblioteca Pública do Paraná obteve-se cópia da edição especial do jornal comemorativo da Indústria & Comércio publicado em 1991 em alusão aos 18 anos da criação da CIC, revelando detalhes e entrevistas com diversos atores sociais que participaram do processo. Foram verificadas as revistas da Associação das Empresas da CIC e publicação de uma série de entrevistas com pessoas e personalidades envolvidas desde a criação da CIC até o ano de 1998.

A rede mundial de computadores foi útil para a pesquisa dos artigos e publicações sobre o tema, verificação da origem do capital e da real efetivação dos investimentos anunciados nos boletins do IPARDES, obtenção de dados primários através da United Nations Conference on Trade And Development - UNCTAD sobre o IDE nacional e internacional, bem como relatórios e contatos com o BACEN. O site da Secretaria de Fazenda do Paraná foi útil no processo de pesquisa disponibilizando a legislação de incentivo ao investimento industrial nos diversos períodos de análise.

boletins durante todo o período, a fim de padronizar a informação, permitindo sua comparação no tempo. Após a sistematização dos anúncios, verificou-se no site das empresas ou de suas matrizes a procedência externa do seu capital, bem como a efetivação dos investimentos anunciados. Para verificação da efetivação dos destes buscou-se também informação em outros meios de comunicação disponíveis na internet, sendo eliminados os que apresentaram indícios de que não foram realizados.

2.3 TRATAMENTO DOS DADOS

Do tratamento dos dados deu origem ao agrupamento em tópicos. Após a coleta dos dados, foi elaborada a primeira parte do trabalho, em caráter introdutório. Superada a parte introdutória de revisão bibliográfica que vai até a década de 1960, com escassos relatos de IDE no estado, observa-se na linha histórica já na década de 1970 a instalação de grandes empresas de capital internacional na CIC. Neste momento os esforços são voltados para a verificação do processo de criação, implantação e consolidação da CIC, a partir da sistematização das informações obtidas nos documentos e publicações sobre o assunto.

Ao se observar um novo fluxo IDE iniciado em 1995 busca-se descrever as principais empresas de capital externo instaladas no Paraná, onde se identifica a instalação das montadoras. São considerados os cenários internacional e nacional, com destaque às políticas do setor automotivo no cenário nacional e aspectos de políticas industriais no âmbito estadual, desenvolvidas pelo mesmo grupo político que havia elaborado o projeto e implantado a CIC na década de 1970.

Por último são sistematizadas as informações a partir de 2003 até 2013, período que ocorrem mudanças na legislação estadual em relação aos investimentos industriais. É seguida a mesma metodologia adotada nos períodos anteriores na pesquisa do cenário nacional, internacional e estadual. É dada ênfase à crise internacional de 2008, visto que esta alterou a distribuição do IDE mundial em benefício dos países em desenvolvimento, exercendo impacto no IDE no Paraná. No cenário estadual busca-se descrever as políticas públicas de industrialização, visto que são fatores importantes para a análise do IDE industrial.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados e informações levantadas e descritas foram realizada de forma qualitativa. Foi considerado sempre que possível o cenário estadual, nacional

e internacional como forças conjugadas, na busca de confirmação ou negação destas como fatores determinantes do IDE no Paraná.

Esta forma de análise segue recomendação de Castro (1979), Possas (1983), Curado e Cruz (2008 e 2012) onde a análise do IDE considera o nível histórico e macroeconômico, tanto no cenário nacional, quanto no internacional. Para eles a análise, tanto da origem quanto do destino dos investimentos, permite a percepção dos determinantes internos e externos do investimento, estabelecendo assim uma conexão peculiar entre os atores, melhorando o entendimento de quem recebe o investimento e de quem investe. Segundo Possas (1983), ao se estudar,

tanto em relação à origem quanto ao setor de destino do investimento direto estrangeiro no Brasil, é importante levar em conta ao mesmo tempo as condições internas e os determinantes externos, assim como os vínculos entre eles. Essa visão distingue-se de outras, mais comuns, que focalizam o investimento estrangeiro, seja num contexto de modernização do país receptor, seja sob a perspectiva limitada de rentabilidade dos negócios e remessa de lucros. A conexão peculiar entre os determinantes internos e externos seria assim responsáveis pelas características assumidas pelo investimento direto estrangeiro em cada período considerado. (POSSAS, 1983, p.9).

Curado e Cruz (2012) comentam a metodologia utilizada nos trabalhos de Castro (1979) e Possas (1983). Para eles,

a idéia central dos autores mostra que os movimentos do capital produtivo para a economia brasileira refletem, em grande medida, as condições internas e externas de acumulação de capital. Em síntese, argumenta-se que a compreensão dos movimentos do capital produtivo em nível internacional deve levar em consideração as condições históricas concretas, tanto no plano doméstico, quanto no plano externo. (CURADO; CRUZ, 2012, p.277).

Frente a estas recomendações, não só as análises mas a própria construção do trabalho considera os fatores históricos e macroeconômicos do cenário internacional e nacional. Por se tratar do estudo dos investimentos em um estado separadamente, é adicionada outra dimensão à análise, o cenário interno ao estado, permitindo a verificação dos fatores determinantes do recebimento do IDE no estado do Paraná.

3 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O IDE NO BRASIL

3.1 INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO

É considerado Investimento Externo, todo investimento realizado por um país diferente de onde se realiza a aplicação dos recursos. Estes podem ser de dois tipos: em portfólio ou diretos. Os investimentos em *portfólio* são considerados fluxos de capitais não destinados ao controle operacional das empresas que o recebem, enquanto os Investimentos Externos Diretos buscam interesses concretos nas empresas através do seu controle. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estabelece o controle de no mínimo 10% da empresa para considerar Investimento Direto Externo. O IDE não é somente a transação inicial realizada pelo investidor na empresa, mas as demais transações posteriores, dentre eles os empréstimos da matriz. Ele pode ser realizado na constituição de uma nova empresa, uma nova filial, a compra de participação ou a totalidade de outra empresa já existente. São considerados IDEs também os lucros reinvestidos, empréstimos realizados pela empresa estrangeira à empresa no país de destino. (FMI, 1998).

A Organização para a Cooperação e para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) define IDE como sendo “o capital investido com o propósito de aquisição de um interesse durável em uma empresa e de exercício de um grau de influência nas operações daquela empresa”. Embora o termo Investimento Direto Externo tenda a levar a pensar em investimentos reais e fluxos internacionais de capitais, isso pode não ser observado. Há operações que não envolvem dinheiro, mas transferência de titularidade dos ativos. (OCDE, 1998).

Vários trabalhos têm se voltado à pesquisa dos IDEs no Brasil nas últimas décadas. A seguir será verificado como estes se deram no tempo e quais suas contribuições à pesquisa do IDE no Brasil³.

³É importante salientar que não se promove nesta seção uma análise sobre as teorias de determinação dos movimentos do IDE, já que este trabalho opta por entender os movimentos do capital internacional como dependente das condições internas e externas de acumulação, tal como proposto por Possas (1983).

Dentre os pioneiros da análise do IDE no Brasil tem-se Castro (1979). A autora estuda o IDE no período de 1860 a 1913. Ela revela que no Brasil, de 1860 a 1902, os investimentos ingleses respondiam por 77,6% do total do IDE, seguido de longe pelos franceses, com 5,9%, Canadá com 2,3% e EUA com apenas 1,5%. No período de 1903 a 1913 os EUA crescem na participação dos investimentos, passando a 19,9% do total e a Inglaterra recua para 53%. O Canadá se destaca alcançando 11,10% de participação no IDE.

Para Castro (1979) ocorreram grandes avanços técnicos mundiais no período de 1860 a 1913, no entanto, os investimentos externos nas indústrias químicas básicas, de mecânica e material elétrico, passam à margem da economia brasileira, que permaneceu caracterizada pelo modelo primário-exportador. Havia predominância dos investimentos para os serviços básicos com 59% dos IDEs de 1860 a 1902 e 61% de 1903 a 1913. A indústria de transformação recebia investimentos pouco significativos com 4% no primeiro período e 7,2% no segundo, mas com tendência de crescimento. O setor bancário e o setor comercial vinculado à importação e exportação recebiam relativo destaque detendo entre 6% e 9,7% do IDE recebido pelo país. Para o autor apesar de não se perceber uma alteração qualitativa substancial nos investimentos, percebe-se de 1903 a 1913 um significativo crescimento quantitativo. De 1860 a 1902 (42 anos), os investimentos das firmas estrangeiras haviam passado de 105 milhões de libras. De 1903 a 1913 (10 anos) o fluxo foi de aproximadamente 190 milhões de libras.

Possas (1983) pesquisa as multinacionais e seu papel na industrialização do Brasil. O autor inicia seu trabalho resgatando as informações da pesquisa realizada por Castro (1979). Ele verifica que a presença de empresas estrangeiras na economia brasileira não é um fator recente. Elas datam do início do século XIX, época em que a América Latina estava sob o domínio econômico dos interesses britânicos.

Ainda com base em Castro (1979) ele verifica que, o período de 1860 até o final do século, o IDE cresce em importância e se localiza nas atividades não-manufatureiras, como o setor bancário, e de seguros, exportação e importação, companhias de navegação, construção de ferrovias e mineração. A partir de 1880 os investimentos se deslocam do setor bancário e de seguros para o de serviços públicos, que incluíam, além da construção e operação de ferrovias, o telégrafo, o

setor de eletricidade, gás, transporte urbano, portos e obras públicas em geral. Essa fase é marcada pela forte predominância dos capitais ingleses.

Possas (1983) verifica ainda, que foi o *boom* do café o fator que tornou a região produtora (no sudeste do país) um campo atraente para aplicação de IDE na busca de novas oportunidades. Essas oportunidades se escasseavam no exterior. Os países capitalistas desenvolvidos e em desenvolvimento, especialmente até a depressão de 1873, como os EUA, Alemanha e França estimularam tanto as exportações de máquinas inglesas como a de capitais. Com a crise da década de 1870 as oportunidades de investimentos externos tornam-se mais atraentes para o capital inglês que em seu próprio país, reforçando sua tendência de expansão internacional.

No entanto, a posição do Brasil como importador de capital não passava de 25% do total investido na América Latina e a própria América Latina não excedia 20% do investimento inglês no mundo, ou seja, o Brasil captava menos de 5% dos investimentos do principal investidor mundial. O volume em direção ao Brasil era reduzido devido à concorrência de oportunidades de empreendimentos lucrativos em outros países e colônias. No período de 1860 a 1900 o investimento inglês no Brasil se localizou principalmente em atividades não-manufatureiras, dentre as quais o setor bancário e de seguros, exportação e importação, nas companhias de navegação, na construção de ferrovias e na mineração. A partir de 1880 houve um deslocamento do setor bancário para os serviços públicos como telégrafo, gás, eletricidade, transporte urbano, portos e obras públicas em geral, além da construção e operação das ferrovias. (POSSAS, 1983).

Possas (1983) ainda com base em Castro (1979), revela que entre os primeiros anos do século XX até a Primeira Guerra Mundial, há um declínio da influência britânica na economia brasileira e um crescimento dos interesses de outros países, destacando-se os investimentos dos EUA e Canadá nos serviços públicos.

Possas (1983) verifica, a partir de dados da ONU que em 1928 há um aumento do fluxo de IDEs em direção ao Brasil, que chega a US\$ 108 milhões. Os EUA continuam crescendo em importância. Seus investimentos destinam-se agora de forma mais relevante às atividades industriais, contrastando claramente com os investimentos ingleses. O crescimento dos capitais estadunidenses estão vinculados

ao crescimento das atividades industriais ligadas à produção de bens de consumo não duráveis, mas ainda se fazem de forma reduzida nas atividades ligadas à produção de bens de capital e bens intermediários.

Para o autor as três primeiras décadas do século XX foram caracterizadas pelo intenso crescimento industrial brasileiro. Após a Primeira Guerra se dá uma importante onda de diversificação da estrutura produtiva paralelamente a uma fase de novos investimentos diretos estrangeiros, com ingresso de grandes empresas e novos produtos. Essas empresas internacionais não entram em competição direta com o capital nacional. Em alguns casos esporádicos ele adquire companhias brasileiras nos segmentos industriais de processamento do fumo, fabricação de fósforos, artigos de aço e moagem de cereais.

Possas (1983) observa que o padrão assumido pelo investimento estrangeiro revelado parece ter relação direta com as flutuações das atividades econômicas tanto dos países de origem quanto da economia brasileira, fato que se evidenciou com a crise de 1929. À medida que as economias desenvolvidas aproximam-se do final de uma fase de prosperidade o fluxo de exportações de capital normalmente se acentua. Tendo em vista esta característica, as relações de dependência secular externa da economia brasileira, que se manifestaram especialmente até a década de 1930, tornam seu nível de atividade fortemente vinculado às oscilações do mercado mundial.

O autor verifica ainda que em 1937 há uma retomada de longos investimentos diretos na indústria química e farmacêutica. Entre os anos de 1933 a 1939 a taxa média anual de crescimento da indústria chega a 11%. No entanto alerta para a distância de um crescimento autossustentado, pois o setor de bens de produção não era suficientemente grande e diversificado a ponto de assegurar o dinamismo interno da indústria. Neste período, o IDE ocorre predominantemente sob a liderança dos setores de bens de produção como os de papel, metalurgia e minerais não metálicos.

Para Possas (1983) a economia segue após a Segunda Guerra Mundial com tendências ao aumento da presença de firmas subsidiárias estrangeiras na economia brasileira em diversos ramos industriais. Observa-se a manutenção do IDE nos setores anteriores e adição de outros como os de maquinaria, equipamentos e aparelhos elétricos e tecidos sintéticos. Isto se deu devido à

liberação das restrições à importação de equipamentos no final da guerra, retornando o investimento bruto de 5% para 15% da produção, mesmo nível observado em 1939, chegando a 18% em 1951. No período de 1946 a 1952 o nível de crescimento do PIB salta para 6,9% ao ano, fortemente influenciado pela produção industrial que crescia a 9%, mesmo sujeita ao controle e limitação das importações a partir de 1947.

O autor destaca a importância e a influência do planejamento público na determinação do recebimento do IDE, percebendo o vínculo existente entre as ações do governo e o recebimento dos investimentos. Para ele no pós-guerra, pela primeira vez, a política com relação ao capital estrangeiro enfatizou a interdependência entre os fundos externos e capitais de risco, em especial dos EUA, nos planos de desenvolvimento brasileiro. Em 1948 foi estabelecido o programa oficial de pesquisa, chamado de "Missão Abbink", que veio a se tornar dois anos mais tarde a "Comissão Conjunta Brasil-EUA". Esta comissão apontou para a necessidade de imediata eliminação dos desequilíbrios e pontos de estrangulamento, fatores estes limitadores do crescimento de longo prazo.

Para Possas (1983) a presença de empresas externas instaladas juntamente com grandes empresas estatais se tornou um componente inseparável na fase de industrialização iniciada na década de 50. A partir desta constatação ele passa a pesquisar o perfil e o impacto destas empresas e grupos estrangeiros que se instalaram no Brasil, em especial os de origem norte americana.

Ele observa que os setores de destino das novas subsidiárias multinacionais no início dos anos 1950 refletiam a mesma tendência de investimento no período, ou seja, o setor manufatureiro na produção de bens intermediários, com destaque para os segmentos de papel, borracha, químicos e farmacêuticos. De 1956 a 1961 pode-se observar um dinamismo elevado no setor de bens de capital com crescimento de 27% e o de bens duráveis de consumo com crescimento de 24% ao ano. Estes setores se modernizaram e completaram sua base produtiva. A composição dos investimentos também se altera, passando a participação do setor público, de 23% do investimento em 1955, para 39% em 1961, contando com o financiamento externo que chegou a U\$ 3,3 bilhões, sendo mais de 80% na forma de empréstimos. Os investimentos diretos externos se fizeram presentes em grande volume, com enorme expansão através das multinacionais no pós-guerra, marcando o início de

uma nova tendência na internacionalização do capital, em substituição parcial da exportação de capitais via empréstimos. Os destinos dos capitais também sofreram alterações. No início do século eles se destinavam quase que exclusivamente para a exploração de matérias-primas, agora eles se direcionam para um setor produtivo mais diversificado, com ênfase nos bens de consumo durável e de capital. (POSSAS, 1983).

Fristch e Franco (1989), pesquisam o IDE como fator de uma nova estratégia de desenvolvimento industrial. Em seu artigo os autores discutem os princípios normativos que deveriam nortear as políticas em relação à atração do IDE. Primeiramente eles pesquisam as tendências de internacionalização da indústria dentro de um processo de redefinição da divisão internacional do trabalho entre os países avançados e os países de industrialização recente, ou seja, da década de 1980. Há uma preocupação com a importância do IDE na determinação da inovação tecnológica e da reestruturação internacional da indústria.

Os autores observam que as multinacionais influenciam a industrialização e o comércio mundial, apresentando variações no tempo quanto ao volume e ritmo de acumulação e mesmo transformações estruturais de acordo com os países investidores. Após a realização da análise do cenário internacional e perspectivas em relação ao IDE os autores tecem algumas considerações quanto aos princípios normativos do IDE, onde se argumenta que os fatores de atração do IDE dependem mais de políticas industriais, macroeconômicas, cambiais e comerciais, do que poucas medidas específicas em voltadas ao capital estrangeiro. Não é possível pretender o incentivo ao IDE sem que se reconstruam as condições básicas necessárias para a retomada generalizada da formação de capital no Brasil.

Na década de 1990 alguns trabalhos se destacaram, como o desenvolvido por Bielschowsky (1992). Este trabalho foi produzido para a Comissão Econômica para América Latina e Caribe na forma de um relatório sobre as empresas de capital externo no Brasil. Ao pesquisar as empresas é observado que estas pretendem realizar novos investimentos no país caso a economia se estabilize. É observado que as empresas de capital externo tiveram sua contribuição em especial no ano de 1983 na geração de superávits comerciais, contribuindo desta forma com a economia nacional. As empresas apesar de serem vinculadas ao capital externo possuíam no final da década de 1980 e início dos anos de 1990 receio em relação

ao processo de liberação comercial, devido ao aumento da concorrência externa. Os empresários viam com receio as mudanças nas regras do jogo, consideradas como originais. Há, contudo, uma preocupação do autor quanto ao aumento do progresso técnico não verificado mesmo nas empresas de capital externo, o que poderia levar à perda de produtividade e competitividade das empresas instaladas no Brasil, comprometendo suas exportações e capacidade de atendimento do crescimento do consumo interno.

Gonçalves (1993), faz estudo e levantamento de dados sobre as estratégias das Empresas Multinacionais (EMNs) ao longo dos anos 1980 no Brasil. Seus dados foram utilizados pela comissão composta por Luciano G Coutinho do Instituto de Economia da UNICAMP, João Carlos Ferraz da UFRJ, Abílio dos Santos da Fundação Dom Cabral e Pedro da Motta Veiga da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior para produção do estudo da Competitividade da Indústria Brasileira considerando as estratégias de investimento, financeiras, comerciais, industrial e tecnológica das empresas de capital externo no Brasil. Este estudo foi contratado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, pela FINEP e pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT.

Cunha (1995), estuda a inserção do capital estrangeiro na economia brasileira com foco no comportamento de grandes grupos transnacionais e sua atuação nos diversos segmentos da indústria nacional. O período de estudo compreende as décadas de 80 e início dos anos 1990. Tem-se como resultado de que o comportamento dos diferentes grupos não são necessariamente uniformes. Os diversos grupos possuem diferentes perspectivas frente a um mesmo cenário macroeconômico, respondendo de forma diversa de acordo com sua perspectiva.

Sarti e Laplane (1997), analisam a contribuição do IDE na indústria brasileira para a retomada do crescimento econômico sustentado. Eles destacam a importância crescente dos seus investimentos para o financiamento do déficit em transações correntes e a contribuição das empresas estrangeiras para a geração dos déficits comerciais, sob o ponto de vista das discussões referentes aos atuais fatores de atração do IDE e as estratégias produtivas e comerciais das empresas estrangeiras. O trabalho analisa também as características dos novos investimentos das empresas estrangeiras e sua contribuição para a retomada do crescimento sustentado. Os autores concluem que o recebimento do IDE pelo Brasil, influenciado

pela abertura comercial e processo de internacionalização da produção, limita o crescimento da demanda interna devido aos equipamentos e componentes importados. Outro fator de preocupação e limitação se dá pela restrição das filiais locais no desenvolvimento de capacidade de gerar soluções e pesquisas, considerando que estas atividades são desenvolvidas pelas matrizes no exterior. As empresas estrangeiras no período de abertura comercial, analisado pelos autores, revelam baixa capacidade de expansão da renda e limitada capacidade de realimentar endogenamente o crescimento, colocando em dúvida sua contribuição quanto à sustentabilidade do nível de investimentos das empresas após o prazo de maturação dos seus projetos.

Em estudo mais específico, relacionado ao impacto na balança comercial na década de 1990. Sarti e Laplane (1999) chegam à conclusão que, apesar do expressivo incremento no fluxo e das características do IDE sua contribuição para o crescimento do país é limitado. Sua concentração na produção de bens de consumo e bens intermediários para o mercado interno, associada à forte importação de equipamentos, matérias-primas e componentes, indica que o IDE não altera significativamente a pauta exportadora do país. Apesar de representar uma importante entrada de divisas, o IDE não desloca uma das principais restrições ao crescimento que é a restrição externa na balança comercial.

Curado (1997), analisa o papel dos investimentos estrangeiros diretos no processo de industrialização no Brasil, relacionando o IDE nos diversos períodos a partir de 1860 com o desenvolvimento industrial brasileiro, divididos da seguinte forma: de 1860 a 1933 a fase do crescimento com diversificação da atividade industrial, de 1933 a 1955 a industrialização restringida e de 1955 a 1980 a industrialização pesada. O artigo analisa o comportamento do capital produtivo no Brasil a partir de três variáveis centrais: o volume do investimento, a concentração setorial e a origem de propriedade do capital. No primeiro período (1860 a 1933) o IDE foi pouco expressivo, tendo como foco os serviços básicos ligados às atividades agroexportadoras, tendo como principal origem a Inglaterra. No segundo período (1933 a 1955) o volume de IDE passou a ser mais expressivo, a indústria passa a receber investimentos nos segmentos de produtos metálicos, papel, equipamentos e aparelhos elétricos, indústria têxtil e química, tendo como destaque os EUA. No terceiro período (1955-1980) o IDE passa a ter papel fundamental, tendo se

concentrado na indústria em setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmecânico-químico com origem principal dos EUA.

Franco (1998), escreve sobre a inserção externa brasileira na década de 1990 relacionando-a ao processo de desenvolvimento econômico. Embora não centralize sua pesquisa diretamente ao tema IDE, ele faz relacionamentos entre os investimentos das empresas externas com o processo de desenvolvimento no qual o Brasil passou na década de 1980 até 1996, pesquisando as empresas multinacionais e suas filiais, o fluxo de IDE e a propensão a exportar das empresas de capital externo. Para Franco (1998) o Brasil perdeu valiosa oportunidade de aproveitamento do IDE para o desenvolvimento do país na década de 80, período que esteve a mercê de fatores internos. Ele conclui que a realização e expansão dos IDEs exerceu papel fundamental na expansão da produtividade nos anos de 1990, melhorando a competitividade da economia brasileira.

Cario, Alexandre e Voidila (2002) verificam o alcance e as consequências dos IDEs na década de 1990. Chega-se à conclusão que o IDE é uma nova forma de expressão da globalização, iniciando-se em 1990 uma nova etapa do ciclo de crescimento e uma participação crescente dos países em desenvolvimento. No caso brasileiro o fluxo de IDE mundial foi reforçado por fatores internos como o processo de abertura econômica, liberação financeira e políticas de desregulamentação interna, e fatores externos como o excesso de liquidez nos países desenvolvidos. Este aumento do IDE beneficia não somente o Brasil mas a América do Sul.

No caso brasileiro há um aumento de participação nos fluxos e uma elevação do grau de internacionalização da sua economia à medida que as empresas multinacionais passam a participar efetivamente do processo de privatização das empresas públicas em diferentes setores e empresas privadas nacionais expostas à concorrência e condições competitivas desiguais com as empresas externas. Este processo eleva o passivo externo do país e reduz o grau de nacionalização da produção de bens e serviços no país elevando o grau de dependência e subordinação da economia brasileira ao capital internacional. Os autores defendem a regulação do IDE no país de forma a aceitar somente os que efetivamente contribuem para o desenvolvimento do país através dos ganhos dinâmicos no encadeamento das atividades. Tem-se finalmente como proposta a criação de uma

agência reguladora para orientar o IDE de forma a colocá-lo a serviço dos interesses do país.

Aguiar (2002) analisa os fluxos de investimento externo na década de 1990, com enfoque no processo de globalização e inserção do Brasil na economia mundial. O autor argumenta e conclui que os crescentes fluxos de capitais, sob forma de IDE tanto entre países desenvolvidos quanto em desenvolvimento ou semiperiféricos têm-se constituído em uma característica muito forte da fase de acumulação capitalista na década de 90, tornando-se elemento central no estudo da inserção da economia brasileira na economia mundial. As metas defendidas pelo governo brasileiro de estabilidade monetária e êxito do programa de desnacionalização colocava o Brasil na rota do capital externo, levando os IDEs de US\$ 300 milhões para US\$ 33 bilhões na década.

Para ele este aumento de fluxo de capital só foi possível por três elementos condicionantes, que foram: a construção de um cenário macroeconômico de relativa estabilidade política e monetária, o programa nacional de desestatização facilitando a entrada do capital externo em áreas estratégicas via venda de estatais e o programa de reestruturação do sistema financeiro nacional que estimulou a participação do capital externo no processo de fusões e aquisições no segmento bancário ao assumir o saneamento das empresas com dificuldades permitindo assim a transferência de propriedade. No cenário internacional as contribuições vieram devido aos excedentes relativos de capitais que se conjugaram com as vantagens comparativas em termos de lucratividades oferecidas pelo Brasil.

Nonnenberg (2003) compara a década de 1970 com a de 1990. Estas décadas são escolhidas por apresentarem crescimento dos IDEs acima da média histórica brasileira. Em sua pesquisa procura verificar quais são os determinantes externos que motivaram os IDEs nos dois períodos analisados e o impacto das empresas multinacionais sobre a economia brasileira, em especial sobre o crescimento, balança de pagamento e tecnologia. Ele chega à conclusão que o fator de atração para o IDE na década de 70 foi o regime de crescimento desenvolvimentista iniciado nos anos de 1967 e 1968. Na década de 90 o fator motivador resultou da política de privatizações e desregulamentação, afetando principalmente o setor de serviços. Em relação ao ingresso líquido de recursos, o autor conclui que "deve ter sido positiva", pois o processo acarreta aumento das

saídas decorrente de maiores importações, aumento das despesas com lucros e dividendos, juros e pagamento de *royalties*. O autor percebe que não houve contribuições através de investimentos significativo para geração de tecnologia em território nacional, permitindo apenas a transferência de tecnologia, que não seria realizada de outra forma.

Ribeiro (2006) estuda as remessas de lucros decorrentes dos investimentos diretos externos no Brasil, bem como as estratégias e determinantes macroeconômicos para o período de 2001 a 2004. Para ele duas características se destacam na conceituação do IDE. O tempo e o controle. Embora o IDE apresente uma certa volatilidade no tempo e considere o curto prazo, este é caracterizado pela perspectiva de longo prazo, haja vista a sua expectativa de permanência a um período de tempo elevado na economia, devido à irreversibilidade dos investimentos em capital. A volatilidade se dá normalmente pela mudança de cenários econômicos ou políticos. Quanto ao controle, ele pode ser total ou parcial em relação à empresa.

O autor desenvolve seu trabalho a partir do levantamento das teorias explicativas sobre o comportamento do IDE. Ele classifica as teorias em vários grupos de acordo com suas abordagens, sendo elas a “do poder de mercado e internacionalização”, a “ecclética da teoria da produção internacional”, a “do capital financeiro”, e as teorias sobre a “administração financeira” e “estratégias das empresas multinacionais”. Seu objetivo na pesquisa é verificar quais teorias ou abordagem teórica melhor explica o comportamento do IDE no período de análise. Ao final de seu painel de dados e estudo de modelagem chega à conclusão que o fluxo de IDE se revela de forma complexa não sendo possível explicá-lo, determiná-lo ou prevê-lo a partir das teorias levantadas ou da modelagem desenvolvida a partir destas teorias.

Mattos, Cassuce e Campos (2007) utilizam a modelagem econométrica para verificar em que medida o ingresso do IDE respondeu às mudanças nos níveis dos seus principais determinantes macroeconômicos no período de 1980 a 2004. Consta-se no desenvolvimento do trabalho que duas variáveis se destacam em importância no período para o recebimento dos IDEs: o grau de abertura comercial da economia e a taxa de inflação.

Curado e Cruz (2008), abordam os Investimentos Diretos Externos e a industrialização do Brasil no período de 1860 a 1980, divididas em três subperíodos:

o crescimento com diversificação da atividade industrial que vai de 1860 a 1933, a industrialização restringida, que vai de 1933 a 1955 e a industrialização pesada que vai de 1955 a 1980. O foco do trabalho se dá em três variáveis: o volume de investimentos, a concentração setorial e a origem de propriedade do capital. A proposta metodológica segue o recomendado por Castro (1979) e Possas (1983) ao se considerar a evolução do IDE como reflexo das condições verificadas no cenário doméstico e no cenário internacional.

Segundo divisão histórica adotada pelos autores, no primeiro período o volume de IDEs no Brasil revela-se pouco expressivo, sendo a Inglaterra o principal investidor. Os investimentos dão-se nos serviços básicos vinculados às atividades agrícolas e de exportação. No segundo período o volume de IDE passa a ser mais expressivo para o processo de formação industrial. Em relação aos segmentos além dos serviços públicos destaca-se alguns setores da indústria como produtos metálicos, minerais não metálicos, papel, equipamentos e aparelhos elétricos, indústria têxtil e química, que passam a receber capitais sob a forma produtiva, ultrapassando os interesses estrangeiros anteriormente revelados somente nas atividades extrativas e mercantis. No último período o IDE passou a ter papel fundamental com volume de recursos expressivos, resultando em um *boom* de capitais estrangeiros na sua forma produtiva na economia brasileira, concentrando-se na indústria de transformação em setores dinâmicos do paradigma tecnológico metalmeccânico-químico. Estes investimentos se dão em grande medida devido à expansão da indústria norte-americana em processo de internacionalização.

Para os autores a expansão do IDE norte americano no Brasil, em especial o estadunidense, foi fruto, em grande medida, do acirramento do processo de competição entre as grandes empresas multinacionais a partir do final da década de 1950. O aumento do IDE no Brasil, sobretudo a partir da década de 1970, pode ser entendido, segundo os autores, como resposta das empresas norte americanas ao movimento inicial de expansão das empresas européias, associado internamente ao Plano de Metas e ao período de prosperidade econômica internacional.

Jorge e Dantas (2009) realizam estudo sobre o IDE e seus efeitos no transbordamento e produtividade em cinco ramos selecionados da indústria brasileira: 1) produtos elétricos; 2) produtos eletrônicos; 3) automóveis, caminhões e ônibus; 4) produtos farmacêuticos e 5) óleos vegetais. Seu trabalho busca verificar

em que medida o aumento de participação do IDE observado a partir de 1998 ajudou ou iniciou o processo de mudança estrutural na indústria. Sua pesquisa parte da verificação da existência ou não de trasbordamento (*spillover*) de produtividade nas cadeias produtivas. A análise é realizada através de painel com microdados das empresas. Como resultado o autor verifica a existência de vantagens competitivas das empresas de capital internacional sobre as empresas locais. Essas vantagens, no entanto, não se revelaram como fontes de transferências de tecnologia para as empresas locais de forma a aumentar seus ganhos através da produtividade.

Paiva (2010) desenvolve sua tese pela USP a partir da observação do aumento significativo do fluxo de IDE a partir de 1990. Sua pesquisa tem por objetivo analisar se a formação do MERCOSUL contribuiu para a atração do IDE para o Brasil e Argentina. Chega-se à conclusão após análise dos fatos de acordo com as teorias disponíveis na literatura e trabalho econométrico utilizando a técnica dos Mínimos Quadrados Ordinários que a formação do MERCOSUL foi secundária no processo de atração do IDE. Os resultados sugerem que os fatores internos foram predominantes na atração do IDE não só para o Brasil mas também para a Argentina.

Sarti *et al* (2011) em publicação realizada através da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, faz estudo sobre o IDE em período mais recente revelando o panorama conjuntural e comportamento do IDE de 2009 a 2011. Os autores fazem comparações entre os maiores países receptores de IDE no período, separando-os por blocos segundo suas características comuns, como região geográfica e nível de desenvolvimento, bem como por setores produtivos, reproduzindo e analisando os dados coletados na UNCTAD e Banco Central. Em suas análises verificam um cenário internacional volátil e incerto para projeções, mas verificam no entanto, a tendência de ganho de importância dos países em desenvolvimento como principais receptores dos investimentos estrangeiros, retomando o nível pré-crise de 2007, onde o Brasil deve continuar como importante receptor do IDE nos anos que se seguirão a 2010.

Para os autores o dinamismo do IDE brasileiro se deve ao mercado interno e suas características na produção de commodities, fatores estes importantes na captação de recursos externos. Este aporte de recurso deverá contribuir para a formação bruta do capital fixo do país. É observado contudo, que os lucros não são

reinvestidos no Brasil, sendo desviados para objetivos diversos aos dos investimentos iniciais. É visto também com preocupação a possibilidade visualizada nos anos recentes de retrocesso no nível de internacionalização das empresas instaladas no país, gerando consequências negativas no recebimento do IDE.

Curado e Cruz (2012) seguindo a mesma abordagem metodológica de 2008, recomendada por Castro (1979) e Possas (1983) analisa o papel dos IDEs na economia brasileira entre 1980 a 1994. Este período é caracterizado pela alta inflação e marcado pela redução do ritmo de atividade econômica e transição no papel e na composição setorial dos IDEs no Brasil. Observam-se ainda mudanças econômicas, tecnológicas e políticas no âmbito doméstico e internacional. Os autores observam que a crise do estado brasileiro ocorrida na década de 1980 marca o início do processo de declínio da participação estatal na produção de bens e serviços e na realização dos investimentos em infraestrutura. Da mesma forma o capital privado nacional aprofunda a estabilidade e incerteza do ambiente econômico, levando por sua vez o IDE a seguir as tendências endogenamente determinadas pela economia brasileira. Procura-se assim demonstrar que as condições vigentes na década de 1980 não foram favoráveis à expansão do IDE no Brasil.

Curado e Cruz (2012) criticam Franco (1998) por creditar à expansão dos IDEs um papel fundamental na ampliação da produtividade e competitividade nos anos de 1990. Para eles Franco (1998) negligencia a importância do cenário doméstico e sua retração a partir de 1997 na definição das decisões de investimento produtivo por parte do capital externo. A década de 1980 é citada como exemplo histórico dos limites de estratégias de crescimento baseadas na expansão do capital produtivo externo. Conclui-se ainda que a redução do IDE contribuiu para a ampliação do *gap* tecnológico entre o Brasil e o restante do mundo, dada a relevância do IDE em relação aos setores tecnologicamente dinâmicos.

Percebe-se a partir da revisão bibliográfica uma relativa concentração dos trabalhos abordando o IDE com foco no processo de industrialização do Brasil e em segundo lugar trabalhos que relacionam o fluxo de IDE com as variações da balança comercial. Verifica-se, contudo, que mesmo com grande concentração dos trabalhos voltados para a área da indústria, uma menor relevância da dinâmica estadual nas discussões sobre os efeitos da IDE na economia. Via regra, as discussões são

concentradas no plano nacional. O presente estudo pretende preencher, dentro de seus limites, esta lacuna para o caso do Estado do Paraná, tema que passa a ser discutido a partir do próximo capítulo.

4 O IDEE A INDÚSTRIA NO PARANÁ

A presença de empresas estrangeiras na economia brasileira, de acordo com Possas (1983), data do início do século XIX, época em que a América Latina estava sob o domínio econômico dos interesses britânicos. Entre os primeiros anos do século XX até a Primeira Guerra Mundial, há um declínio dos investimentos ingleses na economia brasileira e um crescimento em relação aos EUA e Canadá, que atuam nos serviços públicos de produção e distribuição de eletricidade, transporte urbano, portos e na indústria de transformação, em detrimento de empresas ferroviárias e de navegação verificado nos investimentos ingleses. Possas (1983) argumenta que foi o *boom* do café o fator que tornou a região produtora (no sudeste do país) um campo atraente para aplicação de IDE na busca de novas oportunidades que se escasseavam no exterior. O volume em direção ao Brasil, no entanto, era reduzido devido à concorrência de oportunidades de empreendimentos lucrativos em outros países e colônias.

O recebimento dos primeiros investimentos externos significativos no Paraná aconteceram de forma atrasada em relação ao Brasil. Ao se estudar a história econômica do estado registra-se somente em 1906 o primeiro investimento significativo voltado para a construção e administração de estrada de ferro através da "Brazil Railway" e exploração de madeira e atividades imobiliárias, pela sua subsidiária, a "Southern Brazil Lumber & Colonization", até a falência do grupo em 1916. O segundo investimento significativo foi realizado pela "Brazil Plantations Syndicate Ltd", transformada na "Cia de Terras Norte do Paraná", que atuou de 1922 a 1944 na área de investimentos imobiliários.

Em um dos poucos relatos encontrados sobre o IDE no Paraná, Magalhães (2011) revela que o grande capital internacional não esteve completamente ausente da economia paranaense. Para ele o capital inglês chegou a ser predominante no setor bancário a partir de 1910, através dos bancos "London & River Plate", "London and Brazilian", e depois o "London & South América", desempenhando papel fundamental no financiamento do comércio com os países do Prata.

O estudo da história econômica do Paraná permite concluir que até o ano de 1973 os IDEs praticamente não se fazem presentes no estado, em especial no setor

industrial. Enquanto a economia brasileira crescia em direção à expansão e diversificação do setor industrial com forte participação do governo federal e crescente fortalecimento da burguesia industrial atrelada ao capital internacional, o Paraná tentava se desenvolver pela via da expansão das atividades agroexportadoras, tornando-se e permanecendo no tempo como uma economia do tipo primário-exportadora. O estado caminhava em direção oposta ao observado em nível nacional, em especial em relação a São Paulo. As classes dominantes no Paraná seguiam na contramão da classe política vinculada ao centro dinâmico brasileiro. Observa-se não somente um distanciamento do discurso desenvolvimentista brasileiro, mas um atraso temporal, que remetia a política paranaense à época da colônia, à preocupação de ocupação do território, à defesa de suas fronteiras e à unidade política e administrativa. Há, no entanto percepção crescente da necessidade de industrialização do estado. Os esforços neste sentido se dão na segunda metade da década de 1950, pela via do capital local em um processo de enfrentamento e substituição da produção nacional e internacional. (AUGUSTO, 1978; PADIS, 1981; MAGALHÃES, 2011).

De acordo com Magalhães (2011) a elite política do Paraná no início da década de 1960 percebeu que o estado não se industrializaria através do capital local, caracterizado pela pequena planta e pela estratégia de concorrência com as indústrias nacionais e internacionais. Somente seria possível desenvolver uma indústria competitiva pela via do grande capital. Augusto (1978), no entanto, relata que foi a centralização das políticas econômicas em nível nacional a partir do golpe militar de 1964 que obrigou o estado a se alienar às políticas nacionais, retirando a legislação discriminatória em relação ao capital nacional e internacional.

O IPPUC (1991) relata algumas empresas instaladas em Curitiba, maior pólo industrial do Paraná no final da década de 1960. As empresas eram: Fundação dos Irmãos Mueller – fundada em 1878 - fabricante de ferros de passar roupa à brasa, moldagem de peças de fogões e lareiras, localizada no bairro Centro Cívico (hoje transformado em Shopping), as Indústrias Todeschini – fundada em 1885 - fabricante de biscoitos e massas, instalada na Avenida Silva Jardim, a Essenfelder & Cia. Ltda. – fundada em 1890 - fabricante de pianos, instalada na rua João Gualberto, a fábrica de biscoitos Lucinda também na Rua João Gualberto, a Mate Leão e a Prosdócimo e algumas indústrias de móveis como a Guelmann, Kastrup,

Paciornick e Ritzmann.⁴ Observa-se nos investimentos o caráter tradicional, pouco dinâmico e vinculado ao capital paranaense.

Percebe-se, ainda a ausência de IDE significativo na economia do estado, até o ano de 1973, ao contrário do que ocorre no cenário nacional em especial no sudeste do país, mais especificamente em São Paulo. Observa-se que não há constatação de investimentos externos significativos na economia paranaense, apesar dos períodos e políticas favoráveis ao capital externo desenvolvidas pelo governo federal. Fluxos importantes de capitais produtivos estrangeiros foram observados no Paraná somente em 1973, com forte dinamismo até 1979.

De 1973 a 1979 observa-se a vinda de grandes empresas internacionais para o Paraná, em específico para a Cidade Industrial de Curitiba. A partir de 1995 observam-se novos e vultosos investimentos externos no setor industrial na Região Metropolitana de Curitiba, e um processo significativo de crescimento do IDE no estado a partir do início da década de 2000.

Seguindo as observações acima a pesquisa a seguir é dividida em três partes, de acordo com os fluxos observados. A primeira relativa à Cidade Industrial de Curitiba, que vai desde seus primeiros estudos em 1962, sua implantação em 1973, até sua consolidação. A segunda parte considera os investimentos iniciados em 1995, tendo-se como destaque a vinda das montadoras para o Paraná. A última parte verifica os investimentos das principais empresas externas de 2003⁵ a 2013. Em todas as partes é pesquisado o cenário econômico internacional, nacional e regional referente ao período.

4.1 CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

Após a superação dos impasses ideológicos quanto às Políticas de Desenvolvimento do Paraná em favor do Capital Internacional este tópico analisa

⁴ Este relato caracteriza as indústrias do final da década de 1960, podendo ser observado em outros documentos, não levantados por não ser objeto deste trabalho.

⁵ É escolhido o ano de 2003 como início do período devido à troca de governo no estado do Paraná e em decorrência disso a mudança da legislação de incentivo à industrialização.

como se deu o processo de criação da Cidade Industrial de Curitiba e a atração das empresas para seu parque industrial. O tópico 4.1.1 trata da concepção e elaboração do projeto da CIC, desde seus primeiros estudos realizados em 1962. No tópico 4.1.2 é visto como se deu sua implantação iniciada em 1973. Neste período observa-se a instalação de várias empresas de capital externo.

O tópico 4.1.3 pesquisa as alterações da estrutura econômica sofridas pelo estado devido à instalação da CIC e a importância do IDE neste processo. O período de consolidação da CIC é vista no tópico 4.1.4. Neste período onde ocorre uma acentuada redução dos IDEs para o parque industrial. Esta redução pode ser entendida frente às mudanças da legislação municipal e à luz do cenário nacional e internacional exposto no tópico 4.1.5.

4.1.1 Elaboração do Projeto

Conforme relatado por Magalhães (2011) a elite política paranaense percebeu que o Paraná não se industrializaria pela via do capital local. Junta-se a esta análise Augusto (1978) que verifica a influência do golpe militar de 1964 no processo de unificação das políticas de industrialização do país, removendo a legislação que estabelecia distinção entre o capital local e o nacional e internacional.

A pressão para alteração no projeto de desenvolvimento paranaense ocorre tanto em nível de consciência ideológica quanto por determinação legal do governo federal. Há necessidade de se pensar um projeto de desenvolvimento estadual sob as diretrizes nacionais. Suas principais alterações se deram quanto à integração da indústria local com nacional e internacional, não mais de forma concorrencial mas complementar e a aceitação dos capitais nacionais e internacionais em detrimento do local.

Frente a este cenário ganha força em Curitiba o grupo político defensor do planejamento global e integrado. Para materialização deste é aberta uma concorrência pública, visando à escolha, em nível nacional, de uma empresa para elaboração do plano diretor de Curitiba. A empresa vencedora é a Serete, de Isaac

Milder, que contrata o arquiteto Jorge Wilhelm para atuar numa equipe multidisciplinar com participação do pessoal técnico da Prefeitura de Curitiba⁶. A empresa Serete já desenvolvia trabalhos em São Paulo. O arquiteto Jorge Wilhelm se reunia em Curitiba com uma pequena equipe local. A partir desta equipe, por determinação da prefeitura, foi criada a Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, a APPUC, transformada em 1965 no Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), instalada no Juvevê, (MENDONÇA, 1998) e em pleno funcionamento até hoje.

O esboço do Plano Diretor entregue pelo IPPUC pautava três transformações básicas na cidade, a física, a econômica e a cultural. Este esboço deveria ser discutido em seminário promovido por Ivo Arzua Pereira, sob o título "Curitiba de Amanhã", prevendo a participação de todas as organizações representativas da população. (MENDONÇA, 1998).

A fim de verificar como desenvolveu a construção das políticas, sua implantação e o impacto exercido por elas na economia paranaense, em especial no que diz respeito à atração de capital externo, foram pesquisados documentos do arquivo do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), da Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba (URBS), das Publicações da Associação das Empresas da CIC, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

Observa-se, a partir dos relatórios da URBS, que em 1966 é realizado o Primeiro Seminário de Desenvolvimento Industrial de Curitiba⁷ apresentado pela Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba (URBS), visando à exposição de um estudo para a implantação de um distrito industrial no Município. Este estudo revela inicialmente a consciência de seus idealizadores quanto à vocação agrícola no Paraná, devido ao seu solo fértil e clima ameno, favorecendo culturas extensivas como o café e cereais. Um dos problemas apresentados refere-se à aplicação dos dividendos gerados por esta atividade econômica. A renda gerada pela agricultura

⁶ A equipe era composta por Francisca Maria Garfunkel Rischbieter, Dulcia Auríquio, Almir e Marlene Fernandes, José Maria Gandolfi, Jaime Lerner, Domingos Henrique Bongestabs, Reinhold Stephanes, Orci Stumpf e Lubomir Ficinski Dunin.

⁷ Mendonça (1998) faz referência a este seminário como sendo realizado durante o período de 20 a 28 de março de 1966. O documento original faz referência que ele foi apresentado neste seminário, no entanto, não revela a data.

era transferida e imobilizada preferencialmente em propriedades na cidade de Curitiba e próximas a esta, bem como na compra de grandes extensões de áreas, em sua maioria improdutivas. A capital do estado havia se transformado em um centro de consumo sem ser acompanhada pelo desenvolvimento industrial.

A concepção de desenvolvimento econômico em se tratando de políticas públicas estava fortemente vinculada à industrialização. Industrialização, para seus idealizadores, era sinônimo de desenvolvimento. Percebe-se que os processos de urbanização, industrialização e desenvolvimento do estado estavam intimamente relacionados. Estes processos relacionavam-se diretamente com a qualidade de vida dos cidadãos do estado, devendo, portanto, serem incluídos no rol das políticas públicas não só em relação à cidade de Curitiba, como do próprio estado do Paraná para serem trabalhados de forma conjunta.

No contexto nacional a industrialização ou o desenvolvimento estava sendo realizado em associação com o capital internacional. Visando o aumento do IDE haviam sido introduzidas modificações na lei federal nº 4.131, promulgada em 1962 e aplicada em 1965, onde se eliminavam algumas restrições à remessa de lucros ao exterior. A lei anterior desincentivava os investimentos externos, em especial uma das cláusulas que considerava como nacional os valores resultantes de lucros reinvestidos. Percebe-se uma política nacional favorável à atração ao capital externo já em 1962, mantida mesmo após o golpe militar de 1964.

O primeiro estudo visando o Desenvolvimento Industrial de Curitiba ocorre sob a influência desta percepção nacional que via na atração do capital externo a solução de alguns problemas para o desenvolvimento econômico. É importante destacar que após o golpe militar a política estadual encontra-se alinhada e subordinada ao Planejamento Nacional, sofrendo esta influência política que via com bons olhos e mesmo considerava a necessidade de atração de capital externo para o desenvolvimento industrial do estado.

O estudo de 1966 mostra que até o início da década de 1960 buscou-se copiar o modelo bem sucedido de industrialização promovido pelo estado de São Paulo. Na análise do problema, contudo, já se tem a consciência de que o mesmo processo observado em São Paulo não poderia ser reproduzido no Paraná, conforme se expressa:

Não se pode esperar que o mesmo modelo de desenvolvimento de São Paulo e municípios vizinhos se repita novamente em Curitiba porque os fatores determinantes de um certo tipo de industrialização são devidos à conjuntura econômica da região, do país e do mundo durante determinada época. (URBS, 1966, p.3).

Verifica-se que há uma percepção que não somente o fator geográfico deveria ser levado em conta, mas também o cenário ou conjuntura econômica nacional e internacional, visto que este não é fixo no tempo, ou seja, se algumas políticas públicas foram eficazes em uma determinada época, não significa que seriam bem sucedidas em outros períodos.

A transferência de poupança da lavoura do café para a área urbana, a existência de infraestrutura energética, de estradas de boa qualidade, do porto de Santos, dos incentivos fiscais e creditícios, a facilidade de comunicação e a tecnologia absorvida através dos imigrantes provindos da Europa se constituíram em uma conjuntura favorável à industrialização de São Paulo, não presentes em sua totalidade no Paraná.

Quanto à época em que ocorreu, tem-se as duas primeiras guerras mundiais e a necessidade de substituição de importação, a presença de mão de obra disponível em grande escala e as forças políticas se aglutinando em torno dos ideais de desenvolvimento regional, alterando as políticas nacionais com a obtenção de vantagens cambiais e creditícias favoráveis ao processo de industrialização.

O problema apresentado para o Paraná, com reflexos em Curitiba, foi da continuidade na especialização da produção agrícola e exploração florestal através do desbravamento de novas áreas de terras virgens para plantio e aplicação da renda gerada em investimentos imobiliários, ao mesmo tempo em que o restante do país promovia a industrialização. Outro fator determinante relacionava-se com a falta de infraestrutura energética, de planejamento, de financiamento de capitais mesmo de curto prazo, de técnicos qualificados e “bem intencionados” para o desencadeamento de ações industrializantes. (URBS, 1966).

A criação da Copel, da Codepar, do BRDE, do Banco do Estado e da própria URBS foi vista no projeto da URBS (1966) como ativação de forma conjunta e disponibilização de um potencial dinâmico que se refletiriam em amplas possibilidades de financiamento e criação de infraestrutura, possibilitando ao

sistema político a tomada de medidas com maior eficácia dentro dos métodos mais modernos existentes na época para o desenvolvimento industrial.

Várias vantagens eram percebidas na criação de um distrito industrial. Estas vantagens eram baseadas na experiência mundial de criação e estabelecimento de áreas com infraestrutura previamente preparada para o recebimento de indústrias, denominadas “distritos industriais”.

Do ponto de vista das empresas, essas vantagens eram tidas como redução de custos e diminuição de prazos de implantação e operacionalização, com ganho de experiência devido às instalações em escala e vantagens promocionais elevadas. Do ponto de vista da comunidade, tem-se a facilidade de implantação de serviços públicos e como consequência a redução de custos, a concentração da mão de obra e do transporte, e a identificação (ou delimitação) dos usos industriais no espaço urbano.

Como características favoráveis à implantação foram consideradas as possibilidades de planificação integral do projeto, a permissão do estabelecimento e propriedade de serviços essenciais partilhados em conjunto por todas as empresas. Outra característica apontada como vantajosa é a possibilidade de se localizar estrategicamente e de forma mais conveniente com melhor aproveitamento da infraestrutura, sob o ponto de visto comparativo entre elas.

Em seguida o estudo da URBS (1966) verifica e apresenta as possibilidades de implantação do Distrito Industrial em Curitiba. O primeiro fator a ser analisado é a infraestrutura básica onde se observa a disponibilidade de energia elétrica, a disponibilidade e suficiência de ligações rodoferroviárias⁸, a proximidade dos grandes centros já industrializados no país e a proximidade do Porto de Paranaguá, bem como a existência de um plano urbanístico.

Quanto aos recursos de financiamento, observa-se a disponibilidade tanto para realização dos pré-investimentos, quanto para financiamento das indústrias atraídas para o distrito. O financiamento seria operado de forma conjunta entre as várias fontes de recursos, cada uma em sua especialidade. Estas fontes foram elencadas como sendo: Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná; Taxa de

⁸ Foi observada na região do Barigui a confluência de redes rodoferroviárias BR 116 (São Paulo/Porto Alegre), BR 476 (estrada do Xisto), BR 277 (Paranaguá/Norte e Oeste do Estado), RVPSC (ramais ferroviários atuais e futuros).

Eletrificação; Taxa rodoviária; Fundo de água e esgotos; Fundo de urbanização e saneamento; recursos orçamentários públicos; recursos do Banco do Estado; Fundos da Aliança para o Progresso (Finame, Fundece e Fipeme); Recursos privados e outros que viriam a integrar-se.

Quanto aos fatores locacionais favoráveis imediatos, tinha-se a disponibilidade de terrenos, boa formação topográfica, condições climáticas amenas, condições geológicas apropriadas, clima social estável, níveis de renda acima da média, disponibilidade de matéria-prima próxima para construção, existência e possibilidade de treinamento de mão de obra e mercado de consumo próximo.

No estudo da URBS (1966) as estimativas para a instalação de 50 indústrias de porte médio apontavam um custo de Cr\$ 2.220.000,00⁹, divididos em: Pré-Investimentos (Cr\$ 1.000); Projeto e Administração (Cr\$ 20.000); Terrenos (Cr\$ 100.000); Arruamento e pavimentação (Cr\$ 500.000); Rede de água (Cr\$ 600.000); Rede de esgoto e drenagem (Cr\$ 300.000); Rede de energia elétrica (Cr\$ 500.000); e Diversos (Cr\$ 200.000).

Prevvia-se a criação da “Companhia do Distrito Industrial do Barigui”, denominada de CODIBA, gerida por um Conselho de Investimentos, formado por pessoas indicadas pelos órgãos estaduais, autarquias, sociedades de economia mista e associações de classes do Estado. Seu papel seria de aglutinar e orientar direta ou indiretamente a aplicação dos investimentos provenientes da Prefeitura Municipal de Curitiba, da URBS, da Codepar, da Sanepar, da Copel, do Banco do Estado do Paraná, do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) e dos recursos privados, além da venda e alienação dos lotes, administração dos serviços e equipamentos do Distrito Industrial de uso comum e assistência técnica.

As indústrias a serem instaladas deveriam ser voltadas para o mercado de consumo, sendo os segmentos:

- a) Fiação e tecelagem de algodão, ramí e sisal;
- b) Indústrias cerâmicas e de material de construção;
- c) Metalúrgicas de médio porte (estamparia e usinagem) com fundições não elétricas (fábricas de carrocerias e máquinas);

⁹ Estes valores dão apenas a noção do montante e da distribuição dos recursos. Não estão convertidos em dólar ou moeda corrente atual por não se ter com precisão a data do relatório, tornado imprecisa sua conversão ou atualização.

- d) Refinarias de açúcar, óleo de madeira e metálicos;
- e) Fábricas de confecções;
- f) Fábricas de calçados;
- g) Retíficas de motores;
- h) Fabricação e montagem de rádios, televisores e aparelhos eletrônicos;
- i) Indústrias de moldagem e extrusão de plásticos, nylon e borracha;
- j) Indústrias Alimentares (exclusive frigoríficos); e
- k) Químicos não nocivos.

O estudo da URBS (1966) conclui pela incontestabilidade das vantagens a serem oferecidas pela criação de um distrito industrial na aceleração do processo de industrialização do estado, e pela vocação para uso industrial da região do Barigui, sendo necessário, contudo, a criação da CODIBA, para orientação única do projeto e desenvolvimento das atividades. Defende-se a máxima prioridade para a concretização das idéias apresentadas no estudo a fim de atingir o objetivo proposto no mais curto prazo.

O processo de criação da CIC, no entanto, ganha força somente quando Jaime Lerner, membro da equipe de planejamento do IPPUC, torna-se prefeito em 1971. Cabe destacar que este foi nomeado pelo governador Haroldo Leon Peres, por indicação do ex-governador Ney Braga, evidenciando assim as intenções do governo do estado de levar avante os estudos e ideais da equipe de planejamento da qual Jaime Lerner fazia parte.

Em outubro de 1971, já sob a prefeitura de Jaime Lerner, verifica-se um novo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) em parceria com o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), com o objetivo de determinar uma área industrial no município. O estudo foi submetido à I Conferência de Desenvolvimento Econômico da Região Metropolitana de Curitiba, onde foi transmitido as propostas fundamentais da criação da Área Industrial de Curitiba e colhido subsídios e sugestões da classe empresarial antes que o trabalho fosse concluído.

Este estudo, como os anteriores, também faz referência, nas considerações iniciais, sobre o processo de industrialização que passou o eixo São Paulo-Rio e constata-se que este se dá “sem grandes repercussões nas áreas periféricas, numa tendência à concentração”. (IPPUC-BADEP, 1971, p.1). Observa-se no relatório a

preocupação recente do governo federal em corrigir as distorções do crescimento industrial desequilibrado pelo qual o país passava. No entanto, as ações voltavam-se somente para os problemas de ordem social, onde se dividia o país praticamente em duas macro-regiões, a Centro-Sul e Norte-Nordeste, com apresentação de benefícios e uma série de incentivos fiscais para a segunda macro-região. Esta política acentuava internamente no Centro-Sul a polarização dos investimentos, marginalizando as regiões periféricas dentro desta, de forma que cerca de 50% da produção industrial nacional se concentrasse apenas em São Paulo.

O Paraná era visto pelos idealizadores do planejamento como o principal estado agrícola do país, responsável por 60% da produção de café, 29% da produção de soja, 28% da produção de algodão, 26% da de batata e 22% de milho e feijão nos anos de 1969/1970. É exposta a falta de um parque industrial significativo, mesmo em termos relativos, com setores de baixa tecnologia, como os ramos derivados da madeira e beneficiamento de produtos alimentares. Citam-se estes dois segmentos por representarem 75% do valor de produção industrial paranaense desde 1950, com tendências de manutenção desta proporção durante os anos seguintes, chegando a 1966 com uma representatividade de 66% da renda.

Como obstáculo à industrialização é apontada novamente a estrutura agrícola, com destaque ao café e à falta de infraestrutura, fator indispensável para o desenvolvimento industrial. Verificam-se como problemas flagrantes o déficit energético e a ausência de uma rede viária, que se juntam com outros itens de suporte econômico à industrialização.

Observa-se que o café era a maior fonte de financiamento do processo de industrialização em termos nacionais e o Paraná seu maior produtor, no entanto sua renda era drenada para o pólo de industrialização, acentuando a tendência de concentração. Neste ponto o segundo estudo difere do primeiro, ao observar também o fluxo de capitais dentro do estado, com investimentos em imóveis na capital e fazendas no interior.

O estudo não nega o crescimento industrial no estado, mas evidencia seu crescimento abaixo do nível nacional.

Verifica-se que a participação da indústria paranaense na Indústria Nacional, vem decrescendo, passando de 3,2% em 1950 para 2,2% em 1968. Apesar do crescimento do parque industrial paranaense, o mesmo

não vem acompanhando o desenvolvimento do setor em termos nacionais.” (IPPUC-BADEP, 1971, p.1).

Fica evidente no estudo que o processo de industrialização do estado tem como ponto de partida o ano de 1962 com a criação da CODEPAR, e, por conseguinte, a instituição do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), gerido por esta instituição que em 1971 já havia se transformado no BADEP. O destaque da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná- CODEPAR se dá inicialmente pela via do financiamento das obras de infraestrutura, despendendo para isso 80% dos recursos, o que de certa forma incentivava a industrialização. A atuação direta no processo se deu pelos 20% restantes alocados para implantação e ampliação de indústrias.

O modelo de financiamento aproveitou a vocação do estado, mas modificou a sua participação nos ramos, buscando-se utilizar de forma mais racional as matérias-primas de origem da agropecuária, vegetal e minerais locais. O efeito da política discriminatória pode ser verificado pela redução da participação do valor total da produção dos 75% observados em 1950 em relação ao segmento da madeira e alimentos para 66% em 1966.

O estudo verifica que, igualmente ao modelo nacional, o desenvolvimento industrial no Paraná não segue de forma homogênea. Há uma polarização na região de Curitiba, onde se concentram 50% dos investimentos realizados com créditos cedidos pelo BADEP. Este fato é justificado e tem sua lógica fundamentada devido à região ser o centro político do estado, deter a maior concentração demográfica e já possuir um parque industrial com certo grau de diversificação. Outros fatores que contribuem para isso são os entroncamentos rodoviários, sua proximidade com o porto e sua infraestrutura dotada de serviços mais aperfeiçoados.

Observam-se economias externas que são entendidas de forma resumida como sendo:

- um parque industrial relativamente estrutural que favorece a implantação de novas unidades, possíveis, pelas demandas intermediárias e de mercado final;
- setor de serviços especializados, em particular os setores financeiro e de comercialização (...); e
- a mão de obra disponível na região de Curitiba é caracterizada por relativa estabilidade. As possibilidades de formação de mão de obra são adequadas para as necessidades atuais e futuras tendo em vista a existência de unidades de ensino especializadas. (IPPUC-BADEP, 1971, p.9).

Apresentou-se neste documento a preocupação em relação à política industrial realizada historicamente em Curitiba. A sua dispersão levava a efeitos negativos como problemas de circulação, de ocupação residencial harmônica e poluição das bacias hidrográficas. O número de novas unidades industriais somente tenderia a agravar este quadro, caso não fossem adotadas medidas com o objetivo de racionalizar a ocupação territorial do município. O estudo¹⁰ das diversas regiões de Curitiba constatou que a única área que apresentava características adequadas e talvez a última oportunidade de se apresentar ao poder municipal um ordenamento dos usos territoriais em benefício da população e do parque industrial era a área do Alto e Baixo Barigui, devendo os ordenamentos urbanos serem realizados de acordo com a sua localização, ou seja, em estar vinculados às zonas do Alto e Baixo Barigui¹¹ ou não.

Admitiu-se, contudo, a continuidade de recebimento de indústrias em outras áreas preferenciais, desde que não prejudiciais ao complexo urbano. Estas áreas pertenciam aos bairros de Orleans, Fazendinha, Pinheirinho, Guabirotuba e Tarumã-Atuba¹².

Por fim, dentro dos propósitos fixados para a criação da CIC destacava-se a promoção da modernização do parque industrial paranaense, adequação do nível tecnológico e a escala das empresas, o incentivo à realocização das indústrias já instaladas, com o objetivo de eliminar problemas de poluição ambiental, aceleração da implantação de um parque industrial complementar ao complexo petroquímico a ser instalado no município e a promoção de indústrias voltadas ao mercado externo, principalmente aquelas que se utilizavam de matérias-primas paranaenses produzidas no setor primário. (URBS, 1973).

A partir da análise de cada projeto poderiam ser concedidos aos investimentos vários estímulos tributários e/ou físicos e financeiros nos termos de uma legislação aprovada para atração das empresas.

¹⁰ Considerava a amplitude da área, os custos dos terrenos e seu fracionamento, a topografia, a densidade populacional e proximidade com o núcleo urbano, a localização em relação à infraestrutura básica e sua implantação, a existência de economias externas, os asphaltamentos e as bacias hidrográficas, as possibilidades de abastecimento de água e despejo, o sentido dos ventos predominantes e a adequação ao crescimento urbano ordenado.

¹¹ Zonas exclusivamente industriais.

¹² Zonas preferencialmente industriais.

Quanto aos incentivos tributários, teve-se a isenção dos Impostos Territorial Urbano Predial e de Serviços de Qualquer Natureza pelo período de até dez anos, a subvenção de até a quantia equivalente à quota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM) devida ao município, pelo período de cinco anos a partir da data de início das operações do empreendimento.

Em relação aos incentivos físicos e financeiros, teve-se a venda ou doação de uso de bens imóveis, serviço de infraestrutura física e de terraplanagem, assessoria na elaboração dos estudos de viabilidade e dos projetos de engenharia, economia e finanças, bem como a participação acionária de até 30% do capital nominal da sociedade, conforme a Lei nº 4.471, artigos 1º e 2º.

TABELA 1 - ESTIMATIVA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS DA CIC COM BASE - PROTOCOLOS ASSINADOS ATÉ 1983

Ano	Subvenção ICM	Isenção IPTU	Estímulos Físicos*	Total
1974		38,09	2.244,55	2.282,64
1975	696,39	480,15	3.201,01	3.681,16
1976	511,52	740,71	1.600,51	2.341,22
1977	2.676,69	1.203,58		3.880,27
1978	4.089,93	1.203,58		5.293,51
1979	4.635,07	1.203,58		5.838,65
1980	5.813,36	1.203,58		7.016,94
1981	5.212,21	1.203,58		6.415,79
1982	4.654,27	1.203,58		5.857,85
1983	675,09	1.203,58		1.878,67
TOTAL	27.756,62	9.684,01	7.046,07	44.486,70
%	63	21	16	100

FONTE: URBS, 1975. *TERRAPLANAGEM, POÇOS ARTESIANOS, SONDAGENS, LEVANTAMENTOS PLANALTIMÉTRICOS, DEMARCAÇÃO DE TERRENOS, ETC. OS VALORES ORIGINAIS FORAM EXPRESSOS EM CR\$ DE JANEIRO DE 1975. NA TABELA ACIMA OS VALORES FORAM ATUALIZADOS PARA R\$ 1.000 CORRIGIDOS PARA VALORES DE JUNHO DE 2014.

4.1.2 Processo de implantação (1973-1979)

Parte da área da CIC já havia sido declarada improdutivo e inexplorada em 10 de janeiro de 1967, num total de 700 hectares, fixada a partir do estudo apresentado no I Seminário de Desenvolvimento Industrial de Curitiba. A área era vista como ideal devido à declividade de apenas 0,5, considerada plana o suficiente para abrigar as construções industriais de grande porte. A localização geográfica era

apropriada, pois os ventos predominantes não levariam os resíduos gasosos em direção à cidade.

Sua área foi redefinida pela Lei nº 4.199 de 08/05/1972, com superfície de aproximadamente 4.000 hectares, tendo na primeira etapa de implantação uma área de 400 hectares, iniciando nas adjacências da bacia do Rio Barigui. Seu projeto básico foi realizado por várias instituições, sendo o IPPUC responsável pelo projeto de urbanização, a Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), pela terraplanagem e pavimentação, a Sanepar pelo projeto de abastecimento de água e esgoto, a COPEL/Força e Luz pelo sistema de extensão e distribuição de energia elétrica, a TELEPAR pelo sistema de distribuição de telecomunicações e a COHAB pelo projeto de habitação popular. (URBS, 1973).

Em 1973 a área do CIC foi declarada de utilidade pública, através do decreto número 30, possibilitando assim sua desapropriação, conforme segue abaixo:

O Prefeito Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica dos Municípios (...) decreta: Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, (...) para fins de desapropriação, total ou parcial, ou domínio útil, em favor da Companhia de Urbanização de Curitiba - URBS, as terras, imóveis e demais benfeitorias, situadas no Município de Curitiba, compreendidos na área a seguir discriminada: (...) Art. 2º - Os imóveis compreendidos na área delimitada pelo presente Decreto destinam-se à implantação da Cidade Industrial de Curitiba, ficando a Companhia de Urbanização de Curitiba - URBS, autorizada a promover e executar, amigável ou judicialmente, a referida desapropriação. (...) Palácio 29 de Março, em 19 de janeiro de 1973. JAIME LERNER - Prefeito

Em 1974 é publicada a Lei nº 4.854 (trecho a seguir), com o objetivo de regularizar as propriedades e dar novo contorno aos lotes, extinguindo as ruas existentes no interior dos lotes. Estas ruas foram incorporadas às áreas dos lotes, alterando completamente a sua configuração.

A Câmara Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei: Art. 1º - As atuais vias públicas municipais contidas no perímetro definido pelo Decreto nº 30, de 19 de janeiro de 1973, desde que não previstas no projeto viário da Cidade Industrial de Curitiba e sejam dispensáveis para a respectiva implantação, ficam desafetadas de sua destinação original. Parágrafo Único - O Executivo expedirá decreto enumerando as referidas vias públicas municipais e respectivas extensões.

O primeiro zoneamento da CIC foi realizado em 1974, previsto somente para uso industrial.

Já em uma fase mais avançada, o sistema financeiro para implantação da CIC contou com a participação do BADEP, BRDE, Conglomerado Financeiro Banestado, Caixa Econômica Federal, Bancos de Investimento e Comerciais. (URBS, 1973).

Pode-se perceber um processo fortemente articulado no sentido de proporcionar o apoio necessário às empresas interessadas em instalar-se na CIC. O esquema tem como um dos seus pólos centralizadores a URBS que se articula não só com a provisão da infraestrutura básica no processo de instalação das empresas fornecendo a terraplanagem, energia elétrica, água, esgoto e telefone, mas preocupando-se com os aspectos relativos ao financiamento das empresas, os incentivos fiscais e a concessão de vantagens de forma a atrair as empresas para a CIC.

A partir do organograma e fluxograma de atividades elaborado para a URBS (1973) o projeto de instalação da empresa era encaminhado para verificação das áreas disponíveis, para aprovação dos financiamentos, recebendo também apoio e acompanhamento na fase de implantação.

Na URBS era centralizada diversas atividades e relacionamentos com instituições públicas com vistas ao auxílio e melhoria no atendimento das necessidades dos empresários interessados em investirem na CIC. Para financiamento tinha-se convênio com o BADEP, o BRDE, a Caixa Econômica Federal e o Banco de Investimento do Estado. Na área de infraestrutura tinha-se convênios com a SANEPAR, COPEL e acesso à Prefeitura Municipal de Curitiba no caso de necessidade de terraplanagem. A URBS assessorava os investidores também em relação aos incentivos fiscais e demais vantagens. (URBS, 1973).

A partir de análise prévia os projetos eram encaminhados para as seções de projetos com terrenos, no caso de expansão, implantação, ou participação acionária para expansão e implantação. O mesmo funcionava para a realocação dos terrenos e participação das acionárias. (URBS, 1973).

Após esta triagem o projeto de implantação da indústria era encaminhado para aprovação, realização dos contratos e finalmente a implantação. Este processo ocorria mediante o controle e acompanhamento da URBS. (URBS, 1973).

Mendonça (1978), registra alguns relatos sobre a criação da CIC. Em uma ocasião, escreve o autor, baseado em entrevista com Emílio Hoffmann Gomes, governador do Paraná de 1973 a 1975, em relação à Philip Morris:

O Jaime Lerner me telefonou esbaforido, dizendo que os diretores da empresa não poderiam ficar mais tempo em Curitiba e nós arrumamos a solenidade de improviso¹³. (MENDONÇA, 1998, p. 31).

Outro relato, intitulada "o velho, a forquilha e o engenheiro poliglota", conta como um velho achou água no terreno da New-Holland e a influência de um engenheiro poliglota no processo de convencimento das empresas a se instalarem na CIC. A história e o próprio autor evidenciam o interesse na busca das empresas de capital internacional por parte do governo estadual e principalmente da prefeitura de Curitiba. O texto revela que Francisca Maria Garfunkel Rischbieter "chefiava o gabinete de Jaime Lerner e fazia os contatos por saber falar inglês" (MENDONÇA, 1978, p.33). O autor também revela a seguir:

a política de atração passou a ser mais agressiva: a Prefeitura de Curitiba ia buscar os empreendedores. Essa política de Marketing compreendia desde cartas às esposas dos executivos estrangeiros que diziam por exemplo "não deixe que seu marido a coloque em qualquer buraco desse País, venha para Curitiba". (MENDONÇA, 1978, p.33).

Os textos deixam evidente que fazia parte das políticas públicas de implantação das empresas no CIC a atração e a disputa pelo capital Internacional em relação a outros locais dentro do Brasil.

Mendonça (1978) relata:

Se a Bosch pensava em se instalar no Brasil, uma equipe ia para a Alemanha e falando em alemão. Cássio Taniguchi e outros executivos do Município e do Estado foram para o Japão com a missão, cumprida, de trazer a Furukawa. (MENDONÇA, 1978, p.33).

Em reunião em Munique, Alemanha, pode-se observar o mesmo empenho e capacidade técnica da equipe:

¹³ Contrato assinado em um domingo na própria residência do Governador.

Karlos, após fazer a exposição, respondeu em inglês a quem lhe perguntou em inglês; em alemão, a quem lhe perguntou em alemão; em francês a quem lhe perguntou em francês e em espanhol a quem lhe perguntou em espanhol. Não poderia ter deixado melhor impressão de um país que não tinha importância na conjuntura internacional. (MENDONÇA, 1978, p.33; IPPUC, 1991, p.45).

Observa-se, de acordo com os relatos históricos, o empenho pessoal de uma equipe nomeada para a criação da Cidade Industrial de Curitiba, apoiada por uma legislação que algumas vezes passava pela câmara dos vereadores e outras vezes era promulgada diretamente pelo próprio prefeito.

Do Japão, citado por Mendonça (1978), tem-se a confirmação da instalação da Furukawa industrial S.A. e da Alemanha as empresas Siemens S.A., PFAFF - Indústria de Máquinas Ltda. e Robert Bosch Ltda. logo no início do processo de implantação da CIC.

Os relatos de Mendonça (1998) são confirmados na entrevista do próprio Cássio Taniguchi¹⁴ à publicação especial sobre a CIC para o jornal Indústria & Comércio em comemoração aos 18 anos da criação da CIC:

Nós tínhamos muitos contatos. Realizávamos muitas missões oficiais. Particpei da primeira missão oficial do governo do Paraná ao Japão. A Sony, a Furukawa e a Kawasaki foram contatadas e acabaram sendo as primeiras a se interessar. A Sony e a Furukawa se instalaram... Nós nos esforçávamos. Mostrávamos o projeto da Cidade Industrial. O pessoal do BADEP fazia exposições na Europa, Estados Unidos, Canadá. Queríamos trazer indústrias com tecnologia de ponta, não poluentes, de preferência agregadoras de mão-de-obra (INDÚSTRIA & COMÉRCIO, 1991, p.5).

Em outro momento, em entrevista para o IPPUC, em alusão aos 18 anos da criação da CIC, Cássio Taniguchi revela o empenho por parte do poder público na disputa pelas empresas, acenando como incentivo a parte fiscal:

não é preciso dizer que foi uma briga terrível para trazer indústrias que utilizam tecnologia de ponta de outros estados para cá. Foi praticamente guerra. Se não houvesse esse esforço não teriam vindo para cá. Seguramente. (...) New Holland, Philip Morris, Siemens-Equitel, Gronau, enfim algumas indústrias que nos interessavam realmente trazer para cá receberam esse tipo de incentivo (...) Os incentivos de ICM representavam

¹⁴ Membro da equipe de planejamento e implantação da CIC.

abrir mão de uma pequena cota-parte que o Município, a duras penas, conseguia (...) Hoje já terminou tudo. Não há mais isenção. (IPPUC, 1991, p.29-30).

Outros expedientes eram utilizados no sentido da atração das indústrias, como a preferência nas compras governamentais ou estatais.

No início de 73, a Siemens estava se decidindo a favor de Curitiba e a TELEPAR fazia um grande projeto de desenvolvimento que abrangia 150 cidades, com grandes aquisições de equipamentos, quando nós atraímos um outro grupo: o japonês Mitsui-Furukawa, que estava querendo vir para o Brasil com uma indústria de cabos telefônicos. (...) Nós tínhamos autorização do governador e do ministro das telecomunicações para, caso essa indústria se propusesse a instalar uma unidade no Paraná, garantir a ela preferência na aquisição desde que ela oferecesse qualidade técnica e preço competitivo. Nós estávamos fazendo uma reserva de mercado para a indústria que se instalasse no Paraná, por um prazo de cinco anos, período suficiente para que ela se consolidasse. (...) O que pesou na decisão da Furukawa de instalar-se no Paraná foi um estudo feito pela TELEPAR, em 30 dias, sobre a demanda de cabos telefônicos no Brasil. (IPPUC, 1991, p.43).

O mesmo pode ser observado em relação à Siemens, conforme relata Taniguchi:

A chegada dela foi polêmica, porque a ITT achava-se dona do mercado e que poderia impor o que quisesse. E a decisão da Telepar de não escolhê-la resultou até em demanda judicial, que nós ganhamos. A nossa decisão estava respaldada num acordo do Ministério das Comunicações e da TELEBRÁS. (IPPUC, 1991, p.44).

Pode-se perceber uma clara visão da equipe responsável pelo projeto, do potencial dos investimentos externos para o desenvolvimento da indústria paranaense, bem como da liquidez financeira internacional, motivo que levou a equipe a investir neste perfil de indústrias.

Em entrevista, o responsável pela viabilização e implantação da CIC, Cássio Taniguchi, responsável também pelo IPPUC, afirma:

A conjuntura internacional extremamente favorável a novos investimentos de capitais externos no Brasil, ainda que sob forma de marketing, abriram perspectivas de investimento (...) E havia naquela época, uma facilidade muito grande para obtenção de financiamentos, principalmente externos. (INDÚSTRIA & COMÉRCIO, 1991, p.5).

Outro nome de destaque na política de implantação da CIC foi Luis Antônio Fayet, nascido em Curitiba em 1937, Economista pela UFPR, iniciou sua carreira no CODEPAR-BADEP exercendo a presidência de 1974 a 1979, atuando posteriormente como secretário geral adjunto do Ministério da Fazenda até 1982. Em seus depoimentos ele revela:

quando eu ainda estava no Ministério, nós tratávamos de um projeto que eu cuidei de desequilibrar em favor do Paraná. Era o Projeto da New Holland, um dos pioneiros. O mesmo aconteceu com o da Phillip Morris (...) Nós estávamos vivendo, em 74 e 75, em pleno milagre da reciclagem dos petrodólares. E o Brasil era badaladíssimo, a ponto de alguns ministros se darem ao luxo de esnobar grandes investimentos estrangeiros. (...) Nós, humildemente, fomos correndo atrás desse processo de consolidação industrial. Os relatórios do BADEP daquela época mostram muito bem qual era a nossa orientação. Estávamos empurrando para o interior a agroindústria, para ela ficar em cima da produção básica de matéria-prima, e tentando localizar em Curitiba o primeiro núcleo daquilo que nós chamávamos de projetos-motores, que fossem capazes de alavancar todo o processo de desenvolvimento. Fomos atrás da Siemens-Equitel, da Furukawa, de uma série de fábricas de máquinas, como a Trutscher, que produz máquinas para a indústria madeireira, a Giben do Brasil, entre outros. (IPPUC, 1991, p.61).

Fayet destaca a importância do banco que presidiu em relação às Políticas Públicas de atração das indústrias. “Antes do BADEP, a história do Paraná é a história de engenhos, de erva-mate, fábrica de farinha de mandioca, serraria, olaria, era isso”. (IPPUC, 1991, p.62). A estratégia de busca das empresas internacionais também é confirmada por Fayet:

Conseguimos trazer muitas fábricas do exterior, que geraram projetos secundários locais, graças a uma estratégia. Íamos às feiras internacionais e tentávamos relacionar as melhores oportunidades. Por exemplo, o Paraná como maior produtor de algodão do País, era preciso trazer para cá máquinas de fiação e tecelagem. Com a vocação florestal, tínhamos que trazer máquinas para madeira. Nas feiras buscávamos as marcas mais conhecidas do Brasil, as melhores tecnologias e tratávamos de marcar reuniões com antecedência. (IPPUC, 1991, p.64).

É importante ressaltar que no momento em que o Estado do Paraná está promovendo o esforço de atração de capital estrangeiro para promoção da industrialização, o cenário internacional apresentava-se favorável do ponto de vista da expansão dos movimentos do capital produtivo. Em outros termos, no cenário internacional, as décadas anteriores ao período de análise foram caracterizadas por

um forte crescimento do IDE, o que deve ter influenciado a adoção de uma Política Pública de Industrialização de Curitiba e do Paraná apoiada no Capital Externo. Em 1970 o IDE mundial havia sido de US\$ 13,3 bilhões, com crescimento contínuo, até 1975, alcançando US\$ 42,3 bilhões em 1979, o que resulta um crescimento de 318% na década, a partir de dados da tabela 2.

TABELA 2 - FLUXO DE IDE MUNDIAL NA DÉCADA DE 1970

Ano	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
IDE	13,34	14,28	14,93	20,64	24,12	26,57	22,00	27,14	34,36	42,30

FONTE: UNCTAD, 2014. EM US\$ BILHÕES - VALORES ATUALIZADOS DEZ/2014. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Observa-se também que neste período há uma ampliação dos fluxos de IDE para o Brasil resultado da expansão da indústria dos EUA em processo de internacionalização, dentro de um ambiente de acirramento do processo de competição entre as grandes empresas multinacionais, em especial as européias durante o Plano de Metas (CURADO e CRUZ, 2008). Os dados da tabela 3 demonstram o crescimento do IDE para o Brasil na década de 1970.

TABELA 3 - FLUXO DE IDE NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970

Ano	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
IDE	0,39	0,45	0,46	1,18	1,20	1,20	1,39	1,83	2,18	2,48

FONTE: UNCTAD, 2014. EM US\$ BILHÕES - VALORES ATUALIZADOS DEZ/2014. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

O país inicia a década de 1970 com um IDE de US\$ 392 milhões, o que representa a 9ª colocação na posição mundial, chegando à 5ª posição em 1979 com US\$ 2,48 bilhões, representando um considerável crescimento de 612% no período.

A concepção de Taniguchi sobre o IDE tinha, portanto, sua devida base. Em virtude desta percepção, algumas ações diretas foram traçadas, com vistas à atração do IDE para o Paraná. O período em que ocorre a implantação da Cidade Industrial de Curitiba tem como precedente em nível nacional o Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1972). Com a morte do presidente Costa e Silva, uma junta de militares assumiu o poder, sendo mantido o compromisso com o projeto de transformação da economia brasileira, o que resultou na elaboração do documento que seria o plano de Metas e Bases para Ação do Governo, que

vigoraria de 1970 a 1972 (REZENDE, 2010), momento em que é debatida a necessidade de promover a industrialização em Curitiba e a Criação da Cidade Industrial.

A criação da CIC ocorre durante o I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND (1972-1974). O I PND preserva as diretrizes e as linhas gerais dos programas que vinham seguindo deste a década de 1960, e tinha como pretensão ingressar o Brasil no mundo desenvolvido até o final do século, assegurando a viabilidade econômica, social e política do país como potência, com uma sociedade efetivamente desenvolvida e soberana. Dentre suas preocupações estava a promoção do desenvolvimento econômico e correção gradual dos desequilíbrios regionais e setoriais. (REZENDE, 2009).

Percebe-se, assim, um cenário nacional favorável à industrialização em um espaço fora do pólo industrial de São Paulo. Em 1939 o estado de São Paulo detinha 40,7% da produção industrial do país, chegando a alcançar 58,2% em 1970. Em 1980 já se observa queda do índice para 53,4%, evidenciando um processo de desconcentração. Os maiores perdedores na década foram o estado de São Paulo, e o Rio de Janeiro que passou de 15,7% para 10,6%. (Cano, 2011).

As próprias empresas começavam a sentir necessidade de instalação de suas plantas fora do eixo Rio-São Paulo. Fator que exerceria grande influência para a instalação das montadoras pós-1994 no Paraná. No caso da Volvo, em entrevista à Associação das Empresas da CIC, por ocasião do 18º aniversário da CIC, executivo Osvaldo Schmitt, responsável pelas políticas de expansão da empresa em 1977, revela que "a companhia estava mais ou menos livre para ter a sua instalação em qualquer ponto do País, entretanto, preferencialmente isso deveria ser feito fora do eixo Rio-São Paulo". (AECIC, 1991). O mesmo aconteceu com a New Holland, primeiro houve a decisão de saída de São Paulo, depois a escolha do estado onde se instalaria, conforme anúncios de sua diretoria na época.

Que a fábrica de tratores Ford sairia de São Paulo era certo, já que nessas instalações não há condições de expandir a unidade. A escolha final beneficia Curitiba, que passa a ser a sede nacional da Ford New Holland. (AECIC, 1991, p.5).

Observou-se, no caso da Volvo, em 1977, a atração de uma empresa que historicamente escolheria o estado de São Paulo para se instalar, pois 80% dos

fornecedores ainda estavam instalados lá em 1991. No momento da instalação não havia nenhum fornecedor no Paraná. Nos anos que se seguiram foram desenvolvidos fornecedores locais, que representavam 10% de suas compras totais, estimadas em US\$ 280 milhões/ano. Estes fornecedores passaram inclusive a ampliar seus negócios para as indústrias de São Paulo. No caso da produção de tratores da Ford New Holland, a decisão se deu devido à planta já instalada da New Holland na produção de colheitadeiras. Como a produção se alternava devido ao período do ano na produção de colheitadeiras e tratores, a junção destes dois produtos veio manter a linha de produção otimizada o ano todo, concentrando em Curitiba todas as atividades ligadas ao setor agrícola do grupo. (AECIC, 1991).

Para divulgação da CIC foi elaborado um material em português e inglês, intitulado "Cidade Industrial de Curitiba" que, segundo seus formuladores, continha informações básicas indispensáveis para avaliação técnica e econômica das vantagens de investimentos na CIC. A CIC era colocada como um pólo econômico de desenvolvimento regional, com divulgação dos principais dados geográficos, populacionais, distribuição setorial da mão de obra, política de ocupação das áreas urbanas instituídas pelo IPPUC, principais mapas, sistema viário, elétrico, de telecomunicação, de saneamento básico, de captação e fornecimento de água e esgoto. (CIC, 1975).

O material destacava as oportunidades de investimento, os incentivos tributários, físicos e financeiros a serem concedidos às empresas que se instalassem no distrito industrial. Ressaltava-se também a infraestrutura de serviços, a disponibilidade de matérias-primas em relação à refinaria e complexo petroquímico da Petrobrás e em relação às agroindústrias nos ramos de: processamento de carne bovina e suína, processamento de sucos, conservas e desidratados, indústria de laticínios, preparação de fertilizantes, defensivos e corretivos de solos, beneficiamento de fibras vegetais e de origem primária e processamento de produtos de origem vegetal.

Por fim disponibilizava-se a rede de financiamento para capital fixo e capital de giro a longo prazo, através dos bancos de fomento públicos e privados. A URBS foi colocada como instituição de contato e referência para as atividades de apoio, administração e assessoria na obtenção das áreas e incentivos à implantação industrial aos grupos empresariais e investidores. (CIC, 1975).

Outros materiais foram publicados neste mesmo sentido pela URBS, com o objetivo de divulgar aos empresários e investidores os benefícios em se instalar na CIC. Posteriormente¹⁵ passou-se a divulgar as empresas instaladas no distrito industrial e na região metropolitana de Curitiba e o que era produzido, com a finalidade de buscar novas empresas. Os incentivos foram utilizados de forma clara como atrativo à instalação de novas empresas externas. Conforme Taniguchi,

Foi uma guerra. Naquele tempo a gente tinha um acordo que funcionava de maneira criativa já que não existiam incentivos de natureza fiscal por parte do Estado. Fazíamos financiamentos via BADEP. Às vezes, até mesmo financiamentos de recolhimento de ICMS... Mas, em nível municipal, nós demos incentivos de ICM (...) Nós dávamos, em função da importância da indústria, a contrapartida municipal do ICM. (...) Algumas indústrias como a New Holland, Phillip Morris, Equitel-Siemens, Gronau, que nos interessava realmente em trazer para cá, receberam incentivos desse tipo. (INDÚSTRIA & COMÉRCIO, 1991, p.5).

Essa guerra entre os estados fica caracterizada em um trecho de sua entrevista ao jornal Indústria & Comércio:

Havia incentivos tributários como a isenção de IPTU por determinado prazo. Incentivos de natureza física como terraplanagem. E todos os estados ofereciam isso. Minas Gerais, por exemplo, oferecia muito mais e continua oferecendo. Não é por acaso que Minas é, hoje, o segundo orçamento do país. Se me perguntassem se valeu a pena, eu diria que sim. (INDÚSTRIA & COMÉRCIO, 1991, p.5).

Kanitar Aymoré Sabóia Cordeiro, economista pela UFPR, técnico do BADEP por 10 anos, diretor da URBS de 1971 a 1975 revela uma negociação realizada no sentido de garantir a instalação da Siemens-Equitel. A URBS havia indenizado seus proprietários em Cr\$ 5,00 por metro quadrado de terreno, vendendo a R\$ 3,00 para a Siemens-Equitel, visando os mil empregos gerados de imediato e a alta tecnologia desenvolvida no processo produtivo. Apesar de ser vista como uma boa negociação, esta rendeu assunto para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). (IPPUC, 1991).

A Philip Morris Brasileira de Cigarros Ltda. foi disputada por vários estados devido ao seu alto valor de arrecadação de impostos, que chegava a cerca de 80%

¹⁵ Por ser um material de divulgação contínua não possuem data de publicação. Os dados e informações, no entanto, remetem ao ano de 1974/75.

do valor final do produto. No momento de sua implantação, como incentivo adicional aos fornecidos pelos governos estaduais e municipais, o BADEP teve papel decisivo ao oferecer participação acionária com direito a recompra para a empresa, conforme revela Mario Busato, integrante da equipe técnica do BADEP. (IPPUC, 1991).

É sempre importante ressaltar o contexto nacional em que este processo ocorreu. Vale lembrar que o Brasil encontrava-se em pleno processo de recebimento de Investimentos Externos Diretos. Entre 1965 e 1973 a presença estrangeira havia aumentado, de forma especial nos setores mais dinâmicos, em que, simultaneamente, se verificava a predominância de grandes empresas, a diferenciação de produtos como elemento crucial de competitividade, e o controle tecnológico como barreira à entrada. Como um bom exemplo é citado o setor de "material de transporte e mecânica". (NONNENBERG, 2003).

Os investimentos norte-americanos concentravam-se cada vez mais na indústria de transformação. Sua participação, que era em 1950 de 44% passou para 56% em 1962 e 69% em 1973. Entre os anos de 1966 e 1970, as vendas das EMNs de origem norte-americana instaladas no Brasil cresceram mais nos setores de têxteis, material de transporte, mecânica, metalurgia, instrumentos e química. Estes setores se desenvolveram com alto grau de concentração, devido ao controle tecnológico ou diferenciação de produtos e marcas. (NONNENBERG, 2003). Dentro deste cenário as principais empresas de capital externo atraídas e implantadas na primeira fase da CIC, considerada de 1973 e 1974 foram¹⁶:

¹⁶ Dados obtidos a partir de relatório URBS 1975, Indústria & Comércio e site das empresas. Valores atualizados de 1973 pela ICP-SP/FIPE para 31/06/2014.

TABELA 4 - EMPRESAS INSTALADAS NA CIC DE 1973 A 1974

Aquisição do Terreno	Nome	Origem do Capital	Segmento de Atuação	Área Construída em m ²	% Valor Agregado	Empregos gerados	Investimento Fixo Inicial	Valor agregado anual
1973	Siemens S.A.	Alemanha	Centrais telefônicas	28.550	60%	1.483	Cr\$ 48.480.000 R\$ 25.100.925,86	Cr\$ 120.000.000 R\$ 62.131.004,60
1973	New Holland S.A.	EUA	Máquinas agrícolas	18.000	30%	500	Cr\$ 350.000.000R\$ 181.215.430,07	Cr\$ 131.000.000 R\$ 67.826.346,60
1973	Philip Morris	EUA	Indústria e comércio de cigarros	17.300	80%	270	Cr\$ 60.000.000 R\$ 31.065.502,30	Cr\$ 400.000.000 R\$ 207.103.348,66
1974	Furukawa industrial S.A	Japão	Cabos telefônicos e acessórios	31.000	50%	393	Cr\$ 166.414.000R\$ 86.162.241,66	Cr\$ 115.720.000R\$ 59.914.998,77
1974	PFAFF - Indústria de Máquinas Ltda	Alemanha	Fundição de precisão, indústria de máquinas de costura e industriais	18.000	60%	650	Cr\$ 45.000.000 R\$ 23.299.126,72	Cr\$ 120.000.000R\$ 62.131.004,60
1974	Maclínea	Suíça	Máquinas, para produção de compensados, móveis e madeiras fraqueadas	3.260	60%	45	Cr\$ 5.000.000 R\$ 2.588.791,86	Cr\$ 15.000.000 R\$ 7.766.375,57
1974	Robert Bosch Ltda	Alemanha	Peças de precisão para motores a diesel	150.000		2.000		Cr\$ 150.000.000R\$ 77.663.755,75
1974	White Martins S.A	EUA	Oxigênio, nitrogênio e outros gases industriais	10.000	60%	50	Cr\$ 45.000.000 R\$ 23.299.126,72	Cr\$ 31.200.000 R\$ 16.154.061,20

FONTE:IPPUC, 1991; INDÚSTRIA & COMÉRCIO, 1991.

Para cada emprego direto adicional foi calculado no projeto da CIC a geração de 2,65 empregos indiretos. Somados os empregos diretos e indiretos gerados pela CIC, estes exerceriam uma participação de cerca de 10% do emprego total do Paraná já em 1976. A CIC, até o ano de 1980 pelas projeções da URBS, deveria gerar um acréscimo de 29% no faturamento, e o mais importante, 62% do valor adicionado do setor industrial paranaense. Somente a estrangeira Philip Morris teria um acréscimo de Cr\$ 1,7 bilhões dos Cr\$ 5,5 bilhões projetados para o faturamento e Cr\$ 1,4 bilhões dos Cr\$ 4 bilhões projeto em valor agregado. (URBS, 1975).

Calculava-se um impacto inicial em 1973 de 12% sobre o faturamento e de 23% sobre o valor adicionado no setor industrial da economia paranaense com a criação da CIC. Segundo dados da Secretaria da Fazenda do Paraná, o setor industrial paranaense passaria para Cr\$ 19 bilhões e o valor adicionado de Cr\$ 6,5 bilhões em 1973. (URBS, 1975).

As empresas de capital internacional selecionadas implantadas nos anos de 1973 e 1974 representam um total de 276.110 m² de área inicial construída, 5.391 empregos diretos gerados, Cr\$ 719.894.000¹⁷ (R\$ 372.731.145,19 em valores atuais) de investimento fixo inicial e Cr\$ 1.082.920.000 (R\$ 560.690.895,82 em valores atuais) de estimativa do valor agregado anual. Em percentual elas representam 52,10% da área total construída, 61,33% dos Investimentos Fixos e 50,15% do emprego direto gerado, e o mais importante, 72,15% do valor agregado anual nos anos de 1973 e 1974¹⁸ na CIC.

Em suma, o Paraná passou a receber investimentos externos com mais relevância somente após 1973, momento em que no plano nacional predominavam os IDEs na área industrial¹⁹. O estado aproveitou-se do aumento da concorrência no cenário internacional entre as empresas internacionais norte-americanas e européias e do cenário doméstico favorável para atração de capitais estrangeiros. Não obstante este cenário favorável, é importante notar a relevância das políticas públicas conduzida pelo Estado para aproveitar este contexto favorável e, através da atração de capitais externos, avançar o processo de industrialização do Estado. A tabela 5 apresenta uma síntese das empresas instaladas na CIC entre 1974 e 1979.

¹⁷ Sem a participação da Bosch, cujo valor não foi informado nos relatórios.

¹⁸ Área construída total = 529.962 m², Investimento fixo total Cr\$ 1.173.710.000 / R\$ 607.698.178,38, e empregos totais gerados 10.749 e valor agregado total = Cr\$ 1.500.958.000 / R\$ 777.133.569,98.

¹⁹ Em 1979, 77,3% do estoque de IDE no Brasil encontravam-se nas indústrias de transformação, em especial em setores dinâmicos do paradigma tecnológico metal-mecânico-químico. Observa-se que os IDEs têm papel fundamental na viabilização do processo de industrialização pesada, embora no governo militar de 1964 a 1985 houvesse expansão das empresas estatais e proteção de grande parcela da indústria nacional, revertendo um cenário de desnacionalização que havia se instalado no governo de Juscelino Kubitschek. (NONNENBERG, 2003).

TABELA 5 - EMPRESAS INSTALADAS NA CIC DE 1974 A 1979

Aquisição do Terreno	Nome	Origem do Capital	Segmento de Atuação
1975	Oberdofer S.A	Alemanha	Máquinas para limpeza industrial
1975	Giben do Brasil	Itália	Máquinas de precisão
1976	ABS Indústria de Bombas Centrífugas	Alemanha	Bombas e centrífugas
1977	Kawasaki do Brasil Ind e Com Ltda	Japão	Motocicletas e serviços para projetos industriais
1977	HAAS do Brasil Indústria de Máquinas Ltda.	Áustria	Máquinas para indústria alimentícia
1977	Volvo do Brasil Veículos Ltda	Suécia	Indústria e comércio de veículos automotores
1977	Ford New Holland S.A	EUA	Tratores agrícolas*
1979	Sony do Brasil Ltda**	Japão	Televisores, aparelhos de som
1979	Nórdica Veículos Ltda	Suécia	Concessionária da Volvo
1979	Nippondenso Compressores Ltda	Japão	Compressores

FONTE: IPPUC, 1991; INDÚSTRIA & COMÉRCIO, 1991.

*Investimento de US\$ 20 milhões (utilização da planta já instalada em 1973)

** Transferida para a Zona Franca de Manaus em 1983

No próximo tópico serão verificados os principais impactos observados na economia paranaense decorrentes dos investimentos externos realizados na CIC. O entendimento deste impacto ajudará na compreensão do processo de desenvolvimento da economia estadual e recebimento dos IDEs nos períodos seguintes. A partir da instalação da CIC a economia do estado se modifica, deixa de ser predominantemente agrária, contribuindo para a instalação de novas plantas industriais nos períodos seguintes.

4.1.3 Impacto da Criação da CIC na Economia Paranaense na Década de 1970

Observa-se que na década de 1970 a indústria paranaense cresceu de forma muito mais rápida que os demais setores, deixando para trás a agricultura em termos de participação na renda. No ano de 1971, o setor agrícola detinha 32,22% na renda gerada no estado e a indústria 14,88%. No final da década o setor industrial representava 26,14%, enquanto a agricultura 19,04%, conforme evolução apresentada na tabela a seguir.

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES NA RENDA DO PARANÁ 1970 A 1979

Anos	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
1970	25,17	16,62	58,21	100,00
1971	32,22	14,88	51,90	100,00
1972	30,71	18,10	51,19	100,00
1973	27,74	19,67	52,59	100,00
1974	30,04	19,41	50,55	100,00
1975	28,34	19,27	52,39	100,00
1976	19,19	22,31	58,50	100,00
1977	25,56	22,49	51,95	100,00
1978	19,44	27,25	53,31	100,00
1979	19,04	26,14	54,82	100,00

FONTE: IPARDES, 1982. BOLETIM DE ANÁLISE CONJUNTURAL - EDIÇÃO ESPECIAL.

A partir de dados de Bragueto (1999) pode-se verificar que a participação do Paraná na indústria nacional também cresce. Em 1970 era de 3,56%, chegando a 1980 a 6,77%. Em relação aos segmentos industriais, observa-se um decréscimo das atividades tradicionais de 1970 para 1979 como o de madeira, que reduz sua participação de 22,5% para 14,56%, do setor têxtil que passa de 8,46% para 2,18% e dos produtos alimentares de 23,67% para 17,03%. Os setores influenciados pelos investimentos externos apresentam crescimento, como o de fumo, que tem sua participação aumentada de 0,17% para 3,66%, os materiais elétricos e de comunicação que passa de 0,54% para 2,72%, e o químico, que sai de 7,73% para 30,21%, se bem que influenciado pela instalação da refinaria da Petrobrás em Araucária, que responde sozinha 18,9% do índice da indústria química.

Bragueto (1999) confirma algumas transformações econômicas na economia paranaense e outras ainda, mais propriamente no setor industrial, como:

- a) Diversificação dos gêneros industriais, com queda relativa dos mais tradicionais;
- b) Elevação da participação de segmentos como metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transporte;
- c) Ampliação de escala de produção em boa parte dos segmentos, utilizando tecnologia mais avançada, resultando no aumento de produtividade;
- d) Surgimento, ainda que tímido, de relações de compra e venda no estado, com aumento dos fluxos interindustriais;

- e) Formação de oligopólios, como resultantes da penetração do capital estrangeiro e da extensão de outras indústrias já radicadas no Brasil.

As grandes empresas, embora representem 2,3% dos estabelecimentos em 1980, respondem por 73% do valor da produção (BRAGUETO, 1999). Em 1975 as 16 maiores empresas do Paraná passam a gerar 25% do valor adicionado industrial (IPARDES, 1982).

Ao contrário do que se possa pensar, percebe-se um forte dinamismo na agricultura. O que se deve considerar, porém, é que seu dinamismo é proveniente das transformações industriais que passam a disponibilizar tecnologia importada para o processo produtivo agrícola e o processamento da produção, tornando esta mais competitiva no cenário nacional e internacional. A esse respeito Rolim (1995) destaca as transformações. A década de 1970 foi caracterizada pela concentração fundiária, a introdução de culturas mecanizadas e grande evolução tecnológica, substituindo as culturas "coloniais", como o café, baseadas na utilização de terras recém-desmatadas por culturas "nobres" como a soja e o trigo, desenvolvidas com técnicas mais modernas seguindo os padrões capitalistas. Entre os anos de 1970 e 1980 a produção do algodão sofreu uma redução de 24,9%, a do arroz de 13,4%, e a do café de 14,2%. A cultura da cana-de-açúcar cresceu 63,2%, a de milho 15%, a de trigo 456,3% e a de soja 695,5%.

Quanto à divisão espacial, na década de 1970 há uma concentração das indústrias na microrregião de Curitiba. Em 1975 o setor detinha 32% da produção, e em 1979 52,7%, ao passo que a microrregião de Ponta Grossa reduz de 15,6% para 10,4% e o norte novo de Londrina de 14,5% para 9,5%. (BRAGUETO, 1999).

O estado inicia um processo acelerado de urbanização, à medida que a indústria se desenvolve nos grandes centros, de forma especial na região metropolitana de Curitiba, onde se instalam as principais empresas de metal-mecânica e a refinaria da Petrobrás em Araucária. Esta urbanização é estimulada também pela inviabilização de um conjunto de atividades próprias dos centros urbanos menores, devido à modernização da agricultura. A mecanização e a elevação da produtividade do trabalho agrícola pressionaram por um rápido esvaziamento populacional no campo. Houve uma reconcentração de terras nas mãos dos proprietários, em detrimento dos arrendatários e colonos, devido ao uso de tecnologias modernas. (LEÃO, 1989).

O processo de urbanização pelo qual o estado passou, decorrente da industrialização e mecanização da agricultura influenciada pela criação da CIC contribui para que a sua própria política de desenvolvimento seja alterada, à medida que promove a liberação da mão de obra e a migração em direção à capital. Estes problemas sociais parecem influenciar as políticas públicas a partir de 1979, conforme tópico a seguir.

4.1.4 Consolidação da CIC

Na década de 1980 a CIC continua sendo o grande pólo de concentração e desenvolvimento industrial do Paraná. Observa-se, no entanto, após 1979, uma redução significativa de instalação de novas empresas de capital externo.

Apenas três empresas de capital externo de porte significativo se instalaram no período de 1980 a 1986, sendo elas a Trutzschler Ind da Alemanha em 1985 na fabricação de máquinas têxteis, a Peróxidos do Brasil Ltda da Bélgica em 1985 no segmento de química para celulose e a Pepsico & Cia. / Elma Chips dos EUA em 1986, no segmento alimentício. (URBS, 1991).

A partir do ano de 1987 não são instaladas novas empresas de capital externo na CIC, apesar do grande número de novas instituições, conforme pode ser observado no Anexo I²⁰. Pergunta-se, no entanto, quais foram as causas da redução acentuada de novas plantas industriais de capital internacional e posterior esgotamento? Para esta resposta primeiramente será considerada as alterações nas Políticas Públicas em relação à CIC em 1979 por parte da prefeitura de Curitiba e posteriormente o cenário nacional e internacional.

Nas Diretrizes Básicas de Programa de Trabalho (1979) realizado pelo IPPUC em relação ao planejamento da cidade de Curitiba, debatida em seminário realizado em 28 de abril de 1979, são apresentados os programas globais de consolidação do processo de crescimento dirigido, ocupação dos espaços urbanos e preservação da cidade, bem como programas setoriais de atualização do zoneamento do uso do

²⁰ Anexo I - Relação de empresas que compraram terreno na CIC para instalação das plantas - de 1973 a 1990.

solo, sistema de transporte, habitação, ação social, educação, saneamento, entre outros, tratando também da consolidação da CIC. Neste processo de consolidação, no item Concepções Gerais, é prevista a “conclusão do processo de desapropriação das áreas, em especial, daquelas destinadas à habitação” (IPPUC, 1979, p.47).

Nas Concepções Específicas, as "Diretrizes Básicas do Planejamento Municipal de Curitiba", destaca-se o:

Desenvolvimento com prioridade total, de projetos visando ampliar a oferta de habitações na CIC, especialmente, com a desapropriação de áreas nas conectoras, como forma de dirigir o processo de crescimento da cidade. (IPPUC, 1979, p.47).

Nota-se a preocupação menos voltada à atração de indústrias, e mais focada na intenção de consolidação do próprio processo de criação da CIC, incorporando a ele habitações destinadas aos trabalhadores, o que não havia no projeto inicial.

As explicações, no entanto, parecem estar muito mais relacionadas às políticas ambientais, habitacionais e de geração de emprego que na atração de empresas com viés ao capital externo, conforme definição de prioridade das diretrizes básicas do IPPUC, que se volta para a

atração de investidores, notadamente, empreendimentos que propiciem agregação de alta tecnologia, absorvam grandes contingentes de mão-de-obra, não venham a poluir o meio ambiente e que sejam associados com empresários nacionais ou se disponham a aplicar capitais de risco. (IPPUC, Diretrizes Básicas, 1979, p.47).

As políticas públicas estaduais desenvolvidas até então viam na empresa de capital internacional uma opção e oportunidade de crescimento e desenvolvimento do setor industrial em Curitiba e no Paraná. A busca a qualquer custo de empresas internacionais parece não fazer mais parte das políticas públicas. Algumas restrições de intenções já são notadas em relação ao capital externo. Embora não limitem seus investimentos na CIC, a orientação vem no sentido de priorizar os investimentos do capital internacional associados com empresários nacionais ou empresas que se disponham a aplicar seus recursos assumindo os riscos a eles inerentes. O poder público não se dispõe mais a assumir ou minimizar os riscos dos investimentos conforme ocorrera no início do processo de implantação da CIC. Esta posição pode

ser entendida a partir do contexto da segunda crise internacional do petróleo em 1979.

É importante destacar que, principalmente no pós-crise internacional do petróleo (1979), a situação do desemprego é uma fonte de preocupação na região metropolitana de Curitiba. A região já vinha sofrendo um intenso movimento migratório interno ao estado, com deslocamento populacional do interior para a capital, o que aumentava o número de desempregados e demanda de novas residências. As transformações na base produtiva, cuja instalação de indústrias como a New Holland vieram a contribuir, levaram a um processo de concentração agrária. As novas técnicas de produção, agora mecanizadas, permitiram o plantio de grandes extensões de terra com pouca mão de obra.

Até a década de 1950 havia um fluxo migratório em direção ao interior do estado. Nos anos de 1970, com a modernização das técnicas de plantio, poupadoras de mão de obra. Parte dessa população expulsa do campo se deslocou para a região metropolitana de Curitiba, considerada como região de expansão dentro do estado. O estado tornou-se predominantemente urbano, tanto pelo fenômeno de concentração na Região Metropolitana de Curitiba, quanto pelo êxodo da população rural para outros estados, invertendo o fluxo observado até então.

A política definida para a CIC vem ao encontro destes dois fatores: a geração de empregos e a expansão do sistema habitacional urbano. A fixação do trabalhador mais próximo às empresas viria no sentido de contribuir também para a redução da demanda de meios de transporte e vias públicas de acesso.

Em 1981 ocorre alteração no zoneamento, de forma a integrar o homem à CIC, distribuindo 20% da área para habitações, reservando outros 13% para reflorestamento e 9% para áreas verdes. (INDÚSTRIA & COMÉRCIO, 1991).

Ao mesmo tempo em que é considerada como prioridade - nas diretrizes básicas de programa de trabalho da CIC - a instalação de empresas de alta tecnologia, busca-se também que elas absorvam grandes contingentes de mão de obra. Esta condição parece atuar como complicador para as empresas externas, pois a tendência das instituições que detêm alta tecnologia é o desenvolvimento de processos poupadores de mão de obra na produção.

A mudança na prioridade das Políticas Públicas em relação à CIC também se evidencia com relação às concessões de estímulos. Estes são voltados:

à transferência de pequenas e médias indústrias (não poluentes e altamente absorvedoras de mão-de-obra) para a CIC, desde que localizadas em áreas inadequadas dentro da malha urbana. (IPPUC, 1979, p.47).

Nota-se uma nítida preocupação não mais com a atração de grandes empresas de capital externo como vinha ocorrendo até então, mas na reestruturação dos espaços ocupados em relação à população e empresas já instaladas dentro do município. O tamanho das empresas a serem incentivadas também sofre alteração. Em resumo, agora o que se prioriza nas Políticas Públicas governamentais é a realocação para a CIC das pequenas e médias indústrias predominantemente de capital local ou nacional já instaladas em outras áreas.

Na prática, o coordenador de comunicação social e chefe de gabinete no Ministério do Desenvolvimento Urbano de 1986 e 1987, Ivens Moretti Pacheco, que ocupou posteriormente a direção das operações da Cidade Industrial de Curitiba S.A., revela a estratégia de desenvolvimento da CIC. Inicialmente foi realizado um trabalho em relação aos resíduos e perfil da Cidade Industrial, chegando-se à determinação do perfil das empresas. Concluiu-se que a CIC, como um shopping, tinha grandes empresas âncoras, e o melhor a ser feito era “atrair pequenas e médias empresas prestadoras de serviço, fornecedoras dessas grandes empresas que já operavam na Cidade Industrial” (IPPUC, 1991, p.152), tendo como ideal a transferência dos fornecedores nacionais da Volvo, Bosch, e New-Holland para a CIC.

Em síntese, observa-se a importância das empresas de capital externo não só no processo inicial de formação da CIC, mas também no processo de crescimento e consolidação. Como resultado da política de atração de novas empresas, entre 1989 e 1990, 85 novas empresas se instalaram ou estavam em processo de instalação na CIC, sendo elas fabricantes de autopeças, de móveis, de artefatos de cimento e serralherias, entre outras, representando atividades variadas, conforme Anexo I. A mudança das Políticas Públicas governamentais contribui para explicar a redução da atração de novas empresas de capital externo para a CIC/Paraná.

Seus idealizadores apostavam na atração das empresas em relação a São Paulo, por exemplo, por possuírem disponibilidade de terrenos com preços mais baixos, sistema de transporte eficiente, infraestrutura de comunicação e pólo industrial consolidado, estrutura de saúde, educação e lazer para os trabalhadores.

Ao se verificar a dificuldade dos empresários na compra das áreas e construção dos barracões, a própria CIC S.A. desenvolveu um projeto de construção de 30 barracões de cerca de 500 metros quadrados para serem vendidos para pequenos e médios empresários. Desta forma, as empresas poderiam, de imediato, após a aquisição dos imóveis de forma parcelada, iniciarem sua produção. (IPPUC, 1991).

A partir de 1979 novamente a prioridade das Políticas Públicas passa a ser a atração de empresas de pequeno porte, predominantemente de capital nacional, conforme havia ocorrido até a primeira metade da década de 1960. A diferenciação com o período é que agora estas se instalavam de forma complementar às indústrias internacionais já em atividade na CIC. Há uma ampliação ideológica quanto à origem do capital. Junto à indústria de capital paranaense, como se dera até 1964, agora está a indústria de capital nacional a ser incentivada.

Embora se permitisse a instalação de empresas de capital internacional, as políticas públicas priorizavam as nacionais ao exigir que estas se associem com empresários brasileiros. Percebe-se uma política que diferencia o capital nacional do internacional, em benefício do primeiro e detrimento do segundo.

A seguir será analisado o cenário econômico internacional e nacional a fim de, tal como discutido anteriormente, permitir o melhor entendimento do comportamento dos fluxos de IDEs.

4.1.5 Cenário Internacional e Nacional de 1980 a 1994

Depois do segundo choque internacional do petróleo (1979/80), o governo dos EUA decide romper com as regras do FMI, devido ao seu descontentamento com a progressiva depreciação do dólar e o comprometimento da moeda como padrão monetário internacional. O FED altera a política monetária seguida até então e eleva taxas de juros, revertendo o fluxo financeiro em seu favor. As demais economias desenvolvidas acompanham esta política, desencadeando a elevação geral dos juros e, como consequência, a redução dos investimentos, alterando o fluxo de IDE de 1980 a 1985, conforme observado na tabela a seguir.

TABELA 7 - FLUXO DE IDE MUNDIAL NA DÉCADA DE 1980

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
IDE	54,11	69,58	58,27	50,46	56,99	56,17	87,01	137,28	164,64	198,36

FONTE: UNCTAD, 2014. EM US\$ BILHÕES - VALORES ATUALIZADOS DEZ/2014. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Este processo de valorização e aumento dos juros desencadeou a crise da dívida externa em alguns países do terceiro mundo, dentre eles a do Brasil, marginalizando o país do mercado financeiro internacional até o início dos anos 1990, quando ocorreram mudanças significativas na economia mundial e nacional.

A segunda crise do petróleo fez com que o sistema brasileiro de financiamento e planejamento sofresse durante toda a década de 1980, esgotando a capacidade do país de estimular o ritmo dos investimentos, conforme vinha ocorrendo até então. Houve uma grave desorganização nas finanças públicas, minando a capacidade do estado de intervenção na economia, abrindo caminho para uma forte instabilidade inflacionária, afastando os investimentos externos, principalmente os de risco. A economia brasileira perde o seu dinamismo com acentuada redução nos investimentos. A indústria foi a principal afetada. Seu crescimento durante toda a década foi de apenas 0,2%, marcando o colapso do padrão de desenvolvimento seguido até então, estruturado entre o capital nacional estatal e privado e o capital internacional. (COUTINHO, 1996).

Silva (2006) verifica que a segunda metade da década de 1980 apresentou transformações extraordinárias no cenário internacional, não só em volume, mas em sua composição. Os investimentos diretos externos e os investimentos em portfólio assumiram uma maior importância em relação aos antigos empréstimos bancários. Este crescimento se deu sob a forma de fusões e aquisições realizadas basicamente no âmbito dos países da Tríade (Estados Unidos, União Européia e Japão), alterando o padrão de Investimento Externo, conforme relata Silva (2006):

Entre o imediato pós-guerra e o início dos anos 1980, a tendência do IDE tinha sido o de expandir o investimento por meio da instalação de novas plantas, sobretudo, na indústria manufatureira, com uma distribuição geográfica mais abrangente. A partir dos anos 1980, no entanto, o dinamismo apresentado pelos fluxos globais de IDE foi caracterizado por um crescimento sem paralelo das operações de fusões e aquisições transfronteiras (F&As) – acompanhado da expansão do investimento de portfólio e da formação de megacorporações – por sua preferência pelo

setor de serviços e por uma distribuição espacial mais concentradora. (SILVA, 2006, p.7).

Outra alteração que se pode observar é a emergência do Japão, como maior investidor, ultrapassando os Estados Unidos, que detinha o posto de tradicional fonte de investimento. (Dados da UNCTAD, 2014).

No início década de 1980 o IDE direcionado ao Brasil acompanha o fluxo de crescimento internacional, passando de US\$ 1,91 bilhões em 1980 para US\$ 2,52 bilhões em 1981. Em 1982 o fluxo continua crescendo devido à política de investimentos internos, alcançando US\$ 3,11 bilhões, apesar da redução em nível mundial. Neste ano o Brasil gera um déficit em conta corrente de US\$ 14,8 bilhões que, conjugado com os aumentos nos juros internacionais, leva à reversão da política expansionista.

A partir de 1983 é realizado um forte programa contracionista visando equilibrar suas contas externas, reduzindo significativamente a demanda interna e o ritmo de crescimento da economia. Esta política reduz o fluxo de IDE de US\$ 3,11 bilhões em 1982, para US\$ 1,32 bilhão em 1983, chegando a US\$ 0,32 em 1986 (tabela 08). Neste ano o restante das economias, principalmente dos países desenvolvidos já apresentava sinais consistentes de recuperação, impulsionando o IDE mundial para US\$ 86,38 bilhões. O Brasil, na contramão do fluxo internacional, cai da 4ª posição no ranking mundial em 1982 para 27ª em 1986. (Dados da UNCTAD, 2014).

TABELA 8 - FLUXO DE IDE NO BRASIL NA DÉCADA DE 1980

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
IDE	1,91	2,52	3,11	1,32	1,50	1,42	0,32	1,17	2,80	1,13

FONTE: UNCTAD, 2014. EM US\$ BILHÕES - VALORES ATUALIZADOS DEZ/2014. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Para Sarte e Laplane (1997), a instabilidade e a estagnação do mercado interno promoveram uma redução dos fluxos de investimento estrangeiro, principalmente na indústria de transformação na década de 1980. Curado e Cruz (2012) reforçam esta mesma análise. A queda nos fluxos de IDE para o país foi particularmente acentuada a partir de 1982, refletindo a crise econômica interna de 1981 e 1983, que se estendeu no tempo. Considerando o lapso temporal entre a decisão de investir e sua realização, houve impactos nos anos posteriores. O baixo

crescimento da economia na década e a profunda instabilidade gerada pelo crônico processo inflacionário contribuíram para a redução do fluxo do IDE no Brasil. Tem-se também, entre os anos de 1986 a 1990, a queda da participação da indústria no PIB, que recuou de 32% para 22,7%, e aumento da participação do setor de serviços no produto de 45% para 60%. Esta alteração na composição do PIB trouxe influências para o IDE nas décadas seguintes.

O período de 1980 a 1994 foi marcado pela redução do ritmo de atividade econômica e o descontrole do processo inflacionário, com rápido estancamento dos investimentos devido à crise interna e reordenamento dos fluxos financeiros internacionais em função dos choques do petróleo na década de 1970. A indústria nacional passou por uma longa estagnação, seguida de um processo de adaptação por conta da abertura comercial somente no início da década de 1990 (Curado e Cruz, 2012). Para Curado e Cruz (2012)

em síntese, os anos 80 e a primeira metade da década de 90 foram marcados no plano internacional pelo acirramento da competição em nível global, que concretamente se traduziu em uma fase de expansão significativa dos investimentos das grandes EMNs em escala global. Isso, com destaque para a ampliação da participação das economias japonesas e alemãs enquanto exportadoras de capital produtivo (...). Por fim, tais investimentos dirigiram-se essencialmente às atividades de serviços na forma de fusões e aquisições de empresas preexistentes. (CURADO e CRUZ, 2012, p.286-7).

No final da década de 1980 o governo brasileiro tomou medidas no sentido de uma maior liberação comercial. Com esta abertura acreditava-se ser possível elevar a renda real da população através da especialização da produção em setores que o país possuísse vantagens comparativas. Haveria maior diversidade de produtos e maior eficiência técnica decorrente do aumento da concorrência e da redução da intervenção governamental, levando a um aumento dos ganhos de escala pela especialização produtiva, elevando a eficiência e o bem estar (MOREIRA e CORREIA, 1997; GINNARI, 2001).

O período de 1988 a 1994 foi marcado pela mudança do modelo de crescimento na economia brasileira, com um amplo processo de liberação comercial. Em 1988 e 1989 as tarifas médias de importação foram reduzidas de 41,2% para 17,8%, abolindo-se a maior parte dos regimes especiais de importação e unificando-se tributos de compras externas. De 1990 a 1994 a Política Industrial e de Comércio

Exterior (PICE) extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias e estabeleceu um cronograma de redução das tarifas de importação (MOREIRA e CORREIA, 1997)..

Nonnenberg (2003), salienta que o governo Collor (1990 a 1992) tomou várias medidas que incentivaram a entrada de Investimento Direto:

a) início da concessão de financiamentos do BNDES, a partir de 1991 para as EMNs; b) redução do poder regulatório do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), responsável pela aprovação de acordos de transferência de tecnologia; c) fim da Lei de Informática em 1992; d) autorização, em 1991, para que as EMNs passassem a usar lucros financeiros para constituir aumento de capital registrado; e) permissão, em 1991, para pagamento de royalties das EMNs para suas matrizes; f) redução de Imposto de Renda sobre remessas; e g) autorização de remessas de dividendos associadas a capital ainda em vias de registro no Banco Central do Brasil (NONNENBERG, 2003, p.31).

Estas medidas não influenciaram de forma decisiva o IDE nacional. Seus efeitos somente seriam sentidos após 1995 com a estabilização da economia.

A década de 1990 se inicia apresentando declínio nos fluxos internacionais de Investimento Direto. No ano de 1991 o IDE cai para US\$ 155 bilhões. Em 1992 ele se recupera, alcançando US\$ 167 bilhões, mas ainda é inferior ao de 1990, sendo superado apenas em 1993 com um fluxo mundial de US\$ 222 bilhões, conforme tabela a seguir.

TABELA 9 - FLUXO DE IDE MUNDIAL DE 1990 A 1994

Ano	1990	1991	1992	1993	1994
IDE	208,17	155,37	167,42	222,701	255,92

FONTE: UNCTAD, 2014. EM US\$ BILHÕES - VALORES ATUALIZADOS DEZ/2014. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

De 1990 a 1994 o estoque de IDE mundial se manteve em ritmo de crescimento, indicando que não houve tendência de reversão dos investimentos já realizados, passando de US\$ 2,08 trilhões para US\$ 2,85 trilhões, com crescimento contínuo durante todo o período. O que se observou, contudo, foi uma leve redução de participação dos países desenvolvidos de 75% para 73,5%, apesar do crescimento do estoque de US\$ 1,56 trilhão em 1990 para US\$ 2,847 trilhões em 1994.

Silva (2006) aponta cinco fatores que levaram à queda o IDE mundial no início da década de 1990, sendo os principais: 1) recessão econômica nos principais países desenvolvidos; 2) queda na rentabilidade das filiais estrangeiras operando

nos Estados Unidos; 3) novas incertezas relacionadas ao processo de unificação européia; 4) redução das taxas de juros internacionais, que impactaram sobre os investimentos diretos no setor de serviços financeiros.

No início da década de 1990 a economia dos EUA entrou em recessão, e se disseminou entre os países do G7 nos anos de 1990 a 92, demonstrando a fragilidade do sistema bancário entre os países desenvolvidos. A recessão induziu os bancos centrais a uma política monetária mais frouxa, com redução de forma sucessiva em suas taxas de juros, o que levou a uma busca generalizada no cenário internacional por aplicações alternativas, permitindo aos mercados dos países emergentes atrair capitais com maior facilidade e em escalas crescentes. O processo de fluxo de capitais na América Latina se iniciou no México, Chile e Argentina. O Brasil, ainda em hiperinflação, começa a receber este fluxo de capitais, o que ajudou posteriormente em seu processo de estabilização, com valorização da moeda nacional e aumento das importações, com deterioração da balança comercial. O que parecia um fator positivo demonstrou ser um forte acúmulo de distorções ao longo do tempo. (COUTINHO, 1996).

Em relação aos países investidores, após o período de recessão observado nos anos de 1991 e 1992, os EUA recuperaram sua posição perdida nos anos 1980 para o Japão como principal investidor. O Japão permaneceu com seus investimentos externos bem abaixo do verificado em seu ápice alcançado em 1990. (dados da UNCTAD, 2014).

No final do período a indústria brasileira se encontra defasada de modo geral, comparativamente com os padrões internacionais. O grau de defasagem é maior nas indústrias de bens de consumo como têxtil, confecções, calçados e automobilística, em especial na difusão dos processos de automação, informatização e capacidade de projeto de processamento. A indústria brasileira não desenvolveu tecnologia de produto e sua pauta de produção se tornou pouco nobre, apresentando um nível extremamente baixo de gastos com P&D em relação ao faturamento e com deficiências em termos de controle de qualidade, tanto em nível de produto quanto de processo de fabricação. Sua difusão em nível de inovação gerencial também estava atrasada, impedindo a introdução de máquinas mais modernas. O relacionamento com os fornecedores ainda era visto como conflituoso e não cooperativo. (SUZIGAN, 1992). Estes fatores refletem o baixo grau de

investimentos e inovação pelo qual passou toda a indústria na década de 1990, necessitando investimentos compensatórios no sentido de suprir seu atraso tecnológico e melhoria de competitividade. O IDE seria uma das alternativas para correção dessa defasagem nos períodos que viriam.

Em virtude da crise econômica pela qual o país havia passado nos anos 1980, com altas taxas de inflação, problemas da dívida externa e a atuação do estado como forte interventor na economia, associado ao regime autoritário, o modelo de crescimento foi questionado. Ocorre uma crescente pressão para alteração do governo para um novo modelo econômico.

No final dos anos 1980, tanto as políticas de cunho ortodoxo, quando de caráter heterodoxo, demonstraram-se ineficazes no combate à inflação no Brasil. Foi neste ambiente de desânimo e descrença, de persistência da estagnação econômica e inflação alta que as idéias neoliberais e suas políticas encontraram campo para se desenvolver, levando ao poder Fernando Collor de Mello, nas eleições presidenciais de 1989. Neste momento há um avanço das políticas neoliberais, como a abertura da economia, a eliminação de incentivos e proteção à informática e a usineiros, as privatizações, e a redução da máquina pública.

Collor defendia o estado mínimo e regulatório iniciando as privatizações, através do Programa Nacional de Desestatização aprovado em 1990 o Congresso Nacional. Em seu mandato de 23 meses vendeu 25 empresas estatais. Itamar Franco assume a presidência após a saída de Collor, reduz a intensidade da política de privatização, com a venda de apenas quatro empresas, influenciando a queda do capital externo na compra destas estatais. Entre os anos de 1990 e 1994, as privatizações ficaram mais restritas ao sistema produtivo estatal, voltadas às empresas dos segmentos siderúrgicos, petroquímicos e de fertilizantes.

“O neoliberalismo, enquanto ideologia e como política econômica se constituiu na doutrina mais adequada para o capitalismo, nessa nova fase do seu desenvolvimento” (FIGUEIRAS, 2003, p.64). Apesar das privatizações o fluxo de IDE brasileiro se mantém em níveis baixos e inconstantes, conforme tabela a seguir.

TABELA 10 - FLUXO DE IDE PARA O BRASIL DE 1990 A 1994

Ano	1990	1991	1992	1993	1994
IDE	0,989	1,102	2,061	1,291	2,150

FONTE: UNCTAD, 2014. EM US\$ BILHÕES - VALORES ATUALIZADOS DEZ/2014. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Ao se comparar o fluxo de IDE do Brasil com o mundial no período de 1980 a 1993, conforme gráficos 01 e 02, pode-se verificar que o Brasil não seguiu a tendência internacional, demonstrando-se mais oscilante e com quedas mesmo em anos onde o fluxo mundial se demonstrava favorável.



GRÁFICO 1 - GRÁFICO FLUXO DE IDE MUNDIAL DE 1980 A 1994

FONTE: DADOS UNCTAD 2014. VALOR EM US\$ BILHÕES. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

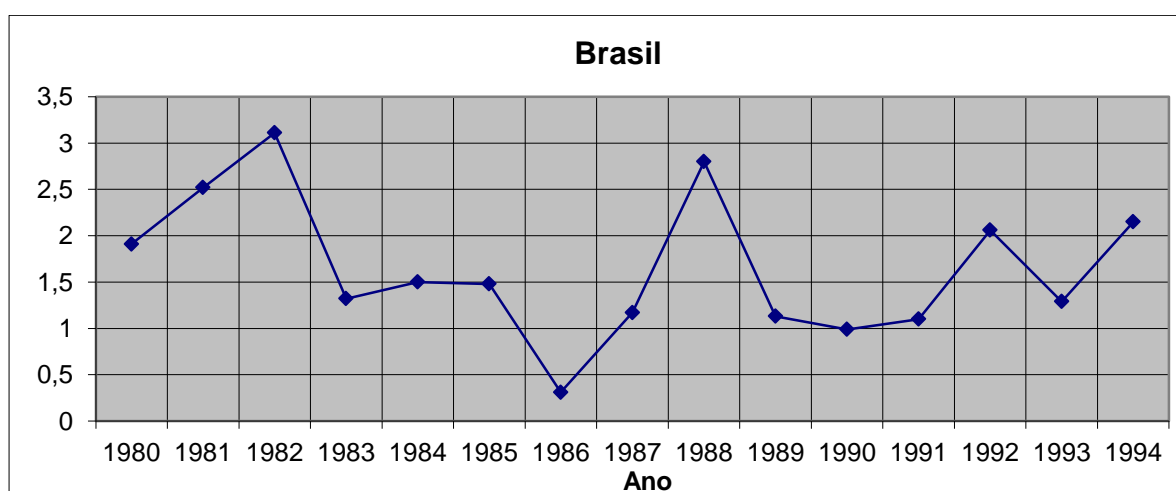


GRÁFICO 2 - GRÁFICO: FLUXO DE IDE BRASILEIRO DE 1980 A 1994

FONTE: DADOS UNCTAD 2014. EM US\$ BILHÕES - VALORES ATUALIZADOS DEZ/2014. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

À mercê de problemas internos o Brasil perdeu valiosas oportunidades de recebimento de IDE nos anos 1980 e início dos anos 90, momento em que o IDE mundial experimentava um *boom* sem precedentes.

Percebe-se a partir da verificação do cenário nacional e internacional duas forças influenciando de forma diferenciada o investimento externo no estado do Paraná.

No final da década de 70 a primeira metade da década de 80 tem-se a segunda crise internacional do petróleo, estagnando os investimentos externos mundiais até 1985, sendo observado um processo de recuperação na segunda metade da década. O início da década de 90 o IDE apresenta certa oscilação, mas permanece em níveis elevados mundialmente.

No cenário nacional ocorre a redução do IDE, até alcançar seu mínimo no ano de 1986. Há uma breve recuperação, mas o IDE apresenta-se instável até 1994, fruto de problemas econômicos internos.

Observa-se um cenário internacional positivo, especialmente após 1986, estimulando a realização do IDE, enquanto o cenário nacional, se mantém instável, com volume de IDE em níveis reduzidos. A crise nacional afeta predominantemente a indústria nacional instalada nas décadas de 1950, 1960 e 1970, que perde seu dinamismo nos anos de 1980 e se retrai. As medidas de liberação comercial, redução das tarifas e barreiras alfandegárias, concessões de financiamento, e outros benefícios ao capital internacional concedidos de 1988 a 1992 não trouxeram resultados imediatos ao IDE nacional e paranaense.

É importante destacar que o Paraná passa por um processo diferenciado de investimentos industriais. Sua indústria baseada no capital externo havia se instalado de forma tardia na década de 1970 e encontravam-se em processo de maturação. Outro diferencial percebido é a maior vinculação da economia paranaense e de segmentos da própria indústria, como a produtora de tratores, colheitadeiras e caminhões ao setor agrícola, resultando em impactos diferenciados e menores em relação à crise industrial pela qual passa o país.

Apesar desta diferenciação o que se percebe é o crescimento do IDE paranaense muito mais influenciado pelo processo de maturação das indústrias instaladas na década de 70 do que a instalação de novas industriais como visto no processo de consolidação da CIC. A segunda metade da década de 80 e a primeira

metade da década de 90 percebe-se a quase inexistência de novos investimentos industriais.

O cenário nacional com reduzido ritmo de atividade econômica e descontrole inflacionário parece influenciar as políticas locais, que se voltam para a proteção do trabalhador. A preocupação do estado e do município de Curitiba voltam-se para as questões sociais de emprego e habitação, liberando áreas na própria CIC para construção de residências e priorizando as empresas geradoras de emprego, distanciando-se das políticas anteriores favoráveis ao capital externo.

Neste período, o fluxo de IDE mundial volta-se para os países desenvolvidos, que apresentam pouco risco. Percebe-se que a política paranaense não concedeu incentivos na redução ao risco, exercendo pouco poder de atração. As políticas públicas estaduais que eventualmente tenham sido promovidas não foram suficientemente fortes para a atração de novas empresas de capital internacional ou nem mesmo tiveram este propósito.

Observa-se que dinamismo internacional não exerceu influência em relação ao IDE estadual. A influência exercida pelo cenário nacional demonstra-se mais intensa que a internacional. Nem o Brasil, nem o Paraná se beneficiou deste cenário internacional favorável de IDE.

4.2 O CASO DAS MONTADORAS E DEMAIS INVESTIMENTOS EXTERNOS NO ESTADO NO PERÍODO 1995 A 2002

Como um primeiro elemento, apresentam-se algumas informações mais elementares sobre a evolução dos fluxos de IDE e de sua origem no período estudado. Vale lembrar que em 1995 observa-se o início de um novo período de recebimento de IDE no estado. Neste ano o Paraná possuía um estoque de U\$ 823,576 milhões em investimentos externos, representando 2,22% do estoque nacional. Em 2000 o valor passa para US\$ 2,807 bilhões, um crescimento de mais de 240% em 5 anos. O Paraná passa a deter 2,73% do estoque brasileiro. Nota-se um aumento expressivo no volume e um ganho de participação em relação ao estoque nacional.

Os principais investidores no Paraná são, em ordem decrescente: Estados Unidos, Argentina, França, Suíça, Suécia, Países Baixos (Holanda) e Japão. Apesar de deterem os maiores volumes de investimentos no estado verifica-se que eles não têm como foco principal o Paraná, com exceção da Argentina. Os EUA, principal investidor em volume no Paraná, destinou apenas 1,2% do montante dos recursos ao estado. Dos mais de US\$ 10,8 bilhões investimentos no Brasil, apenas 130 milhões se destinaram ao Paraná.

TABELA 11 - ESTOQUE DE IDE NO PARANÁ POR PAÍSES DE ORIGEM EM 1995

País Origem dos Recursos	Paraná	Participação do Paraná no Brasil
Estados Unidos	130.475	1,20%
Argentina	116.950	29,71%
França	111.694	5,50%
Suíça	107.546	3,82%
Suécia	73.968	13,04%
Países Baixos (Holanda)	67.718	4,38%
Japão	67.674	2,55%
Panamá	42.298	6,34%
Bermudas	34.130	4,00%
Liechtenstein	34.113	13,39%
Alemanha	29.002	0,50%
Dinamarca	22.153	26,09%
Noruega	19.432	38,17%
Uruguai	15.867	1,82%
Cayman, ilhas	10.478	1,18%
Reino Unido	8.190	0,44%
Outros	31.888	0,33%
Total	923.576	2,22%

FONTE: BACEN, 1995. EM US\$ MIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Verifica-se que a participação do Paraná no estoque de investimentos externos sobe de 2,22% em 1995 para 2,73% em 2000. Neste ano o estado detém 5,86% de participação no produto brasileiro, demonstrando ainda uma baixa relação de investimentos externos em relação ao produto. Em 2000, conforme a seguir, os Países Baixos assumem a liderança do volume dos investimentos no estado, seguidos pela Suécia e Luxemburgo, colocando os Estados Unidos em quarta posição. A Suíça aparece em quinto lugar e, após, a França, Espanha e Japão. A Suécia e Luxemburgo concentram significativa proporção dos seus investimentos no Paraná.

TABELA 12 - ESTOQUE DE IDE NO PARANÁ POR PAÍSES DE ORIGEM EM 2000

País Origem dos Recursos	Paraná	Participação do Paraná
Países Baixos (Holanda)	587.110	5,31%
Suécia	457.176	28,96%
Luxemburgo	446.714	43,20%
Estados Unidos	306.482	1,25%
Suíça	246.989	10,97%
França	155.182	2,24%
Espanha	143.501	1,17%
Japão	121.178	4,91%
Alemanha	75.297	1,47%
Uruguai	50.279	2,39%
Noruega	24.950	14,73%
Virgens, Ilhas (Britânicas)	24.256	0,76%
Portugal	21.988	0,49%
Reino Unido	20.883	1,40%
Chile	17.143	7,51%
Itália	15.107	0,60%
Outros	92.974	0,43%
Total	2.807.209	2,73%

FONTE: BACEN, 2000. EM US\$ MIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Em grande medida, este processo de ampliação da relevância do capital estrangeiro foi fruto de políticas públicas voltadas a instalação da indústria automobilística no Paraná. O tópico a seguir demonstra os principais investimentos externos no Paraná no período de 1995 a 2002. Observa-se o destaque da Indústria automobilística. Antes porém, de verificar as políticas públicas que atraíram as empresas para o estado será visto as políticas nacionais para o setor automotivo.

4.2.1 Indústria automobilística e os IDEs

A partir de 1995 observa-se um acentuado movimento de vinda de montadoras para o Estado com a instalação da Renault (França), Chrysler (EUA), Audi (Alemanha), Nissan (Japão) e Volkswagen (Alemanha), além de outros investimentos em capital externo realizados. Segue um breve relato de como se deu a instalação de cada empresa.

a) Renault

Em 28 de junho de 1995 o presidente do Grupo Renault já havia anunciado em Paris a intenção de implantação de uma nova fábrica para o grupo. Uma equipe chegou ao Brasil em outubro do mesmo ano para a escolha do local de instalação. Conforme relata Guedes (2013)

Após estudos, análises e negociações, a empresa decidiu-se pela cidade de São José dos Pinhais, no Paraná. (...) Em 1º de outubro de 1996, foram iniciados os trabalhos de terraplanagem da nova planta. No dia 25 de agosto de 1998, os funcionários comemoraram a produção dos primeiros veículos para teste de instalações da fábrica. (GUEDES, 2013, p.143).

A Renault havia priorizado inicialmente o MERCOSUL e o Brasil para instalação de sua fábrica. Esta escolha do MERCOSUL e Brasil se dera por se tratar de um pólo de crescimento nas vendas de automóveis. (GUEDES, 2013).

A inauguração da fábrica foi feita em 04 de dezembro de 1998 em uma área construída de 105.000 m² em uma propriedade de 2.500.000 m². Sua inauguração foi de grande importância política e pública, pela presença do ministro do Comércio Exterior da França e do presidente da República do Brasil, além do governador do Estado, dentre outras autoridades. A primeira fase de investimentos foi de US\$ 670 milhões e a segunda de US\$ 330 milhões, além dos fornecedores, que chegaram a aproximadamente US\$ 230 milhões. Sua produção inicial era de 120 mil veículos, gerando 2 mil empregos diretos e entre 10 a 15 mil indiretos. (GUEDES, 2013).

A Renault, quando se instalou, trouxe consigo pelo menos 16 fornecedores, conforme relação a seguir. Em 1999 ela já tinha 80% do fornecimento com base no mercado nacional, sendo 60% no Paraná. Quatro dos fornecedores se instalaram no próprio terreno adquirido pela montadora, sendo elas a: 1) SAS Automotive - montagem eletrônica do cockpit e painel interno das portas; 2) Bertrand - assentos; 3) Ecia - eixos; 4) Valeo - eixos. Outros 12 fornecedores foram: 1) Peguform - para-choques, suporte de placa, friso lateral e paralamas; 2) Solvay - tanques; 3) Thera - estampados laterais, portas, capô e teto; 4) Vallouerc - suspensão dianteira e traseira, já com as rodas; 5) Gestamp - estamparia externa e suporte de elementos de aço; 6) Faurecia - componentes para bancos de automóveis (estrutura metálica e capas), colunas de direção e escapamentos diversos; 7) Plastauto - tanque e bomba de combustão; 8) PPG - tintas; 9) Koyo Stering - sistema de direção; 10) Staint

Gobain - vidros laterais, pára-brisa e vidro traseiro aquecido; 11) Treves - revestimentos dos veículos; 12) Denso - aparelhos de ar condicionado e radiadores. (MEZA e CARLEIAL, 2007).

A Renault foi a primeira e principal montadora a se instalar no Paraná, abrindo caminho para outras montadoras, que seguiram as concessões legais.

b) Chrysler

A Chrysler inaugurou sua fábrica em 07 de julho de 1998 no município de Campo Largo. Seus investimentos iniciais foram de US\$ 315 milhões, para produção de 15 mil automóveis por ano, gerando 400 empregos diretos. Em 2000 a empresa fez um novo investimento de US\$ 20 milhões na planta. (GUEDES, 2013).

Em 2001 a empresa anunciou o fechamento de sua planta rescindindo o contrato com 190 empregados e assumindo os débitos fiscais no valor de aproximadamente US\$ 55 milhões. (GUEDES, 2013).

Para o estado a dívida acumulada em relação ao ICMS ultrapassava os R\$ 110 milhões. Seu fechamento foi resultado de uma decisão de reestruturação global da matriz internacional, devido ao baixo volume de vendas das caminhonetes Dakota no mercado nacional. A empresa Daimler-Chrysler tinha projeção de produzir 40 mil unidades da picape por ano, no entanto conseguiu produzir somente 4,6 mil em 2000, levando-a ao encerramento da produção. O Estado perdeu US\$ 315 milhões em investimentos. (OLIVEIRA, 2003).

c) Audi

Em 1997 uma equipe de técnicos da Audi se instalou em São José dos Pinhais para analisar a área e os impactos na instalação de sua nova planta. A previsão inicial de investimentos era de R\$ 750 milhões para produção de 140 mil veículos por ano, gerando 2.600 empregos diretos e 10.000 indiretos. Sua proposta era produzir automóveis de última geração, a partir de tecnologias globais, com a utilização de soldagem a *laser* realizada por robôs e pinturas à base d'água, demonstrando preocupação com o meio ambiente e com os empregados. A sua planta foi dividida posteriormente com a Volkswagen, produzindo de forma compartilhada inicialmente o Golf e o Audi A3. (GUEDES, 2013).

d) Nissan

A Nissan começou a importar e comercializar seus produtos no país em 2000. O Brasil foi escolhido como base estratégica para o MERCOSUL. Em 2001 fez aliança com a Renault para produção, inaugurando no final do ano sua linha de produção no Complexo Ayrton Senna da Renault em São José dos Pinhais. Além da produção em conjunto, a rede de distribuição e lojas seguiram também em parceria.²¹

e) Volkswagen

A Volkswagen instalou em 18 de janeiro de 1999 sua unidade industrial no município de São José dos Pinhais, realizando investimentos superiores a 1 bilhão de euros e gerando aproximadamente 3.250 empregos diretos que, somados aos indiretos, chegam a mais de 10.000. Sua produção é iniciada com o Golf, na mesma linha de produção da Audi. Em 2003 é produzido também o Fox, a partir de novos investimentos. (VOLKSWAGEN, 2014).

f) Demais empresas instaladas e reinvestimentos realizados

Observa-se na imprensa²² anúncios de investimentos realizados pelo capital externo no Estado do Paraná no final do período, em especial no ano de 2002, conforme tabela 13. Estas empresas não representam a totalidade dos investimentos, pois nem todos ganharam destaques na mídia, mas demonstram de certa forma como amostragem, as tendências verificadas no Estado. Parte destes é constituída por reinvestimentos de empresas da CIC instaladas no período de 1973 a 1979, aquisições de empresas já instaladas, com realização de novos investimentos e novas plantas fornecedoras de autopeças para as montadoras recém-instaladas. Elas buscam não somente o mercado local, regional, ou brasileiro, mas também o mercado externo, com destaque para o MERCOSUL.

²¹ A produção da Nissan foi transferida em 15/04/2014 para Rezende/RJ, mediante financiamento da nova planta orçada em R\$ 5,9 bilhões, financiada pela postergação do recolhimento de 80% do ICMS a se pago em 50 anos, com carência de 30 anos e redução do ISS para 0,05%. (O GLOBO, 15/04/2014).

²² Tendo como base de pesquisa o Boletim “Paraná – Destaques Econômicos” do IPARDES.

TABELA 13 - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS E REINVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2002 NO PARANÁ

MUNICÍPIO	EMPRESA	ATIVIDADE	PAÍS DE ORIGEM	Valor em milhões US\$*
Cambé	Hexal do Brasil	Medicamentos	Suíça e Alemanha	45
Campo Largo	Tecumseh Products Company	Câmbio diferencial e motores de pequeno porte	EUA	80
Cascavel	Agribands	Insumos e medicamentos para animais	EUA	4,10
Curitiba	New Holland	Tratores e colheitadeiras	EUA	20
Curitiba	Volvo	Automobilística	Suécia	55
Jaquariaíva	Norske	Papel de Imprensa	Noruega	426
Nova Santa Rosa	Parmalat	Laticínios	Itália	**
Paranaguá	Dixie Toga	Embalagens	EUA	11,3
Pinhais	Witzenmann	Autopeças	Alemanha	6,55
Ponta Grossa	Masisa	Produção de Painéis de Madeira	Suíça	**
Quatro Barras	Luneng Polycity	Isqueiros	China	3,33
Siqueira Campos	Vanit Fair do Brasil	Jeans	EUA	0,60

FONTE: IPARDES - BOLETINS DE ANÁLISE CONJUNTURAL. * COTAÇÃO DE 2002 ** SEM INFORMAÇÃO.

Além das empresas relacionadas acima, tem-se os investimentos da Global Telecom em todo o estado do Paraná. A empresa surgiu em 2000 como resultado de um consórcio formado pela holandesa Global Village Telecom (78%) e as norte-americanas ComTech Communications Technologies (20%) e RSL (2%).

No interior do estado pode-se observar um nível significativamente inferior de investimentos externos, concentrando-se principalmente em atividades voltadas à agroindústria de processamento.

Apesar de se verificar outras empresas de capital externo percebe-se que as montadoras se destacam como sendo os grandes investimentos realizados no período. Em 2002 elas passam a responder por 22,3% das exportações paranaenses, perdendo apenas para a soja, com 34,3%, que representava 50% das exportações 5 anos antes. (IPARDES, 2003).

Conforme visto neste tópico, em 1995 inicia-se um novo fluxo de capitais externos em direção ao Paraná, com especial destaque à indústria automotiva. Várias empresas se instalam neste segmento no Paraná.

Antes verificar as política estaduais que resultaram na atração das montadoras, faz-se necessário entender o cenário e as políticas nacionais para o

setor automotivo, possibilitando assim perceber a influência destas em relação às políticas estaduais.

4.2.2 Políticas Nacionais para o Setor Automotivo

Após um longo período de estagnação do mercado interno com baixos investimentos, a indústria automobilística nacional se deparou com sérios problemas de competitividade internacional, conforme visto no tópico 4.1.5., referente ao cenário nacional de 1980 a 1994.

No setor automotivo não haveria de ser diferente. Almeida *et al* (2006) destaca que a baixa escala de produção levou a produtividade e qualidade dos veículos a níveis extremamente baixos. Havia defasagem tecnológica, problemas com a mão de obra, baixos índices de robotização e automação.

Regueira (2003) segue neste mesmo sentido. Para ele a falta de investimentos na década de 1980 fez com que o parque industrial brasileiro se tornasse defasado tecnologicamente. Dentre os setores o automotivo a possuía situação mais grave, passando a ser o carro-chefe dessa nova fase de retomada do crescimento econômico.

Segundo dados da Anfavea (2014), a venda de veículos em 1990 foi de 712.741 unidades, passando para 1.395.403 em 1994, elevando a produção de 914.466 para 1.581.389 veículos, sendo que parte destes foi exportada. Em 1995 a situação se revela crítica com produção inferior às vendas. Neste ano foram produzidas 1.629.008 unidades e vendidas 1.728.380, evidenciando a necessidade de novos dos investimentos para atendimento da demanda.

Além de vários anos sem investimento, que tornaram a linha de produção defasada, o câmbio valorizado colocava o setor em cheque. Somando-se a estes problemas tinha-se também a formação do MERCOSUL e com este a criação de um regime especial para o setor automotivo, que ameaçava o futuro deste importante setor na economia brasileira, se não houvesse os investimentos necessários para melhoria dos produtos e da produtividade. (REGUEIRA, 2003).

Diferentemente do que havia ocorrido nos anos 1950, a estratégia econômica abandonava qualquer tentativa de diferenciar a empresa nacional da internacional. O processo de internacionalização privilegiava alguns setores produtivos, dentre eles a indústria automotiva. Para isso foi criado um novo regime automotivo, visando atrair novos investimentos em um setor considerado estratégico no processo de modernização, reestruturação tecnológica e inserção internacional. (REGUEIRA, 2003).

Os estímulos aos investimentos se deram por conta da demanda e do Regime Automotivo Brasileiro (RAB), que vigorou de 1995 a 1999. Este regime previa tarifas especiais de importação que permitiram às montadoras já instaladas aprofundarem suas estratégias de combinação de produção doméstica com importação intrafirma, aumentando assim suas economias de escala. O regime contribuiu consideravelmente para aumentar o comércio com a Argentina e resolver problemas de baixa escala produtiva. (ALMEIDA *et al.*, 2006).

Os principais objetivos fixados no novo regime automotivo foram: 1) atrair novas companhias e marcas com estímulo de implantação de novas plantas; 2) manter as grandes montadoras e as empresas de autopeças já instaladas; 3) facilitar os processos de fusão, associação ou aquisição das empresas brasileiras no setor; 4) consolidar a posição brasileira no MERCOSUL. (ARBIX e POSE, 1999).

Com o surgimento do MERCOSUL flexibilizando as barreiras à circulação de produtos, a Argentina passa a ser uma concorrente em termos de destinos de investimentos. Para Regueira (2003), o Brasil corria o risco de se tornar um simples importador de veículos do país vizinho, caso os investimentos se direcionassem para a Argentina. Frente a este risco o Brasil tomou medidas para atrair novos investimentos no setor automotivo, entre elas procurava-se evitar consideráveis superávits de um país em relação ao outro, obrigando assim as montadoras a distribuírem sua produção nos dois países. As empresas que visavam o MERCOSUL deveriam escolher entre Brasil e Argentina, já que se considerava o Uruguai e o Paraguai como inviáveis, pelo seu reduzido mercado interno.

No caso da escolha pender para o lado brasileiro, deveria escolher o estado da federação em que realizaria os investimentos. A partir desta escolha tem-se o início da guerra fiscal entre os estados brasileiros, principalmente na concessão de postergação de pagamento do ICMS, que foi se tornando mais agressiva a cada

nova possibilidade de investimento. A maior reclamação da Argentina era que as suas províncias não tinham autonomia para conceder isenções tributárias, ao contrário dos estados brasileiros, sentindo-se desta forma prejudicada em relação ao Brasil, pois não podiam conceder os mesmos incentivos. O Brasil se destacava como mercado consumidor bem maior que o argentino, possibilitando uma maior economia de escala para a viabilização e construção das plantas.

A falta destes incentivos poderia fazer a indústria automotiva definhar. As ações do Brasil neste sentido eram vistas como uma reação aos incentivos concedidos pela Argentina, que também via perigo de desaparecimento de sua indústria. O fato é que a Argentina nunca foi exportadora de veículos em massa, sobretudo para o Brasil, mas a partir do momento do surgimento do MERCOSUL novas oportunidades apareceram e começaram a incomodar a indústria brasileira (REGUEIRA, 2003). Esta nova ameaça deveria ter uma resposta adequada, com uma forte política de atração de investimentos.

A partir do aumento da demanda pós-Plano Real e adoção do RAB, os investimentos na indústria automobilística aumentaram significativamente, com forte pressão entre os anos de 1995 a 1998. O faturamento das empresas aumentava à medida dos investimentos, que eram realizados para modernização das plantas industriais, novos produtos e processos produtivos e melhoria nos sistemas organizacionais. (REGUEIRA, 2003).

Como resultado desta política, 16 novas montadoras, 150 empresas de autopeças e 29 firmas de outros setores produtivos aderiram ao novo regime produtivo automotivo. O novo regime permitia uma maior interferência nas políticas fiscais e tributárias do governo estadual e municipal, o que ficou conhecido como guerra fiscal. (ARBIX e POSE, 1999).

De 1956 a 1968 as montadoras privilegiaram o estado de São Paulo, em especial os municípios de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Taubaté e São José dos Campos. A região concentrava a Volkswagen, General Motors, Ford, Mercedes-Benz, Toyota e Scania, constituindo-se o maior complexo da indústria automobilística da América Latina, aglutinando um enorme contingente de força de trabalho e uma ampla rede de fornecedores de autopeças. Em 1977 é observado a primeira montadora fora de São Paulo, quando a Fiat se instalada em Betim, Minas

Gerais. O segundo caso é verificado em 1979 no Paraná quando a Volvo se instala em Curitiba na Cidade Industrial. (ARBIX e POSE, 1999; ALMEIDA *et al.*, 2006)

De 1996 a 2001 ocorreu a primeira grande descentralização das montadoras da região do ABC em São Paulo para outros estados. Observa-se que os investimentos pós-1996 se dão de forma descentralizada, porém para um número reduzido de estados, com predominância de Minas Gerais e Paraná, além do tradicional estado de São Paulo.

A tabela abaixo mostra as plantas industriais automotivas instaladas de 1996 a 2001. Verifica-se investimentos na Bahia pela Ford, em Goiás pela MMC/Mitsubishi, em Minas Gerais pela Daimler Chrysler e Iveco, além da Fiat já instalada. Para o Rio Grande do Sul vão as fábricas de caminhões Internacional e General Motors na produção de automóveis. O Rio de Janeiro fica com a Peugeot/Citroen e a Volkswagen. O Paraná recebe a Renault, a Volkswagen, a Audi, e a Nissan, além de novos investimentos da Volvo.

TABELA 14 - PLANTAS INDUSTRIAIS AUTOMOTIVAS INSTALADAS DE 1996 A 2001

Local	Empresa	Produto	Ano
BA / Camaçari	Ford	Automóveis e veículos comerciais	2001
GO / Catalão	MMC/Mitsubishi	Veículos comerciais leves	1998
MG / Betim	Fiat	Motores	2000
MG / Juiz de Fora	Daimler Chrysler	Automóveis	1999
MG / Sete Lagoas	Fiat – Iveco	Veículos comerciais leves,	2000
MG / Sete Lagoas	Iveco	Motores	2000
MG / Sete Lagoas	Iveco Fiat	Veículos comerciais leves e	2001
PR / Campo Largo	Chrysler	Veículos comerciais leves	1998
PR / Curitiba	Volvo	Caminhões, cabines e ônibus	1997, 1999
PR / São José dos	Renault	Motores, automóveis, veículos	1998
PR / São José dos	Volkswagen - Audi	Automóveis e veículos comerciais	1999
PR / São José dos	Nissan	Veículos comerciais leves	2001
RJ / Porto Real	Peugeot/Citroen	Motores, automóveis, veículos	2001
RJ / Resende	Volkswagen	Caminhões e ônibus	1996
RS / Caxias do Sul	Internacional	Caminhões	1998
RS / Gravataí	GM	Automóveis	2000
SP / Indaiatuba	Toyota	Automóveis	1998
SP / Mogi das Cruzes	GM	Componentes	1999
SP / São Bernardo do	Land Rover	Veículos comerciais leves	1998
SP / São Carlos	Volkswagen	Motores	1996
SP / Sumaré	Honda	Automóveis	1997

FONTE: ANFAVEA, 2005 APUD ALMEIDA ET AL., 2006.

Esta desconcentração industrial, no entanto, não se restringe somente à indústria automobilística. Saboia (2000) estuda este movimento a partir da

movimentação do emprego industrial a partir dos dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) na década de 1990, onde verifica um processo não só de desconcentração estadual. Para Saboia (2000) "Além da desconcentração regional, um outro importante movimento tem ocorrido dentro dos estados: o deslocamento da indústria das capitais para o interior." (SABOIA, 2011, p. 79)

Este cenário de incentivo nacional ao investimento e processo de descentralização da indústria automobilística criou um campo propício para o desenvolvimento de políticas bem sucedidas de atração de montadoras para o Estado do Paraná, como será visto a seguir. Internamente ao estado observa-se uma pré-disposição política ao aproveitamento deste cenário.

4.2.3 Políticas Públicas de Industrialização no Paraná

No período de 1995 a 2002o Paraná, é governado pelo mesmo grupo que havia criado a CIC. Seu programa de governo havia sido elaborado por Luiz Antonio Fayet e Cássio Taniguchi, membros também da equipe de trabalho que havia contribuído para a implantação da CIC. Ao assumir o governo do estado o grupo traz consigo a experiência, as propostas, as concepções ideológicas e a prática das Políticas Públicas desenvolvidas na época do IPPUC. As condições básicas do Paraná, levantadas para elaboração do programa, identificavam o estado como detentor de um território totalmente ocupado, com forte base agrícola, disponibilidade de energia e uma posição geográfica estratégica, na principal rota do MERCOSUL, que ligava São Paulo e Rio de Janeiro a Buenos Aires e outro eixo de Assunção a Paranaguá, que poderia beneficiar a região no processo de industrialização. (FAYET, 2005).

Na esfera política, havia uma pressão da classe empresarial por um programa de incentivo ao desenvolvimento industrial, como acontecia no restante do país. Para eles o progresso ocorrido a partir da CIC era ainda insuficiente. Era preciso crescer mais, trazer novas indústrias para o estado. O sucesso anterior alcançado na CIC estava vivo em suas memórias (LIMA, 2007), e o ambiente econômico se demonstrava propício, como será visto no cenário nacional e internacional.

Firkowski (1997) destaca uma publicação da época com o seguinte pronunciamento de Jaime Lerner, referente à sua eleição em 1995:

Quando saí em campanha para disputar o governo do estado, uma coisa ficou muito clara para mim. O futuro do Paraná, com uma estrutura fortemente ancorada na agricultura e, por consequência, dependente de decisões da política econômica do governo federal, sempre poderia estar comprometido de alguma maneira. Nós sabíamos que seria muito difícil continuar nessa dependência e, em 1995, tudo ficou muito mais claro ainda. Assumimos o governo com a agricultura passando por seu pior ano... mas a pergunta fundamental é a seguinte: será que poderíamos condenar uma população de 9 milhões de habitantes a esse movimento pendular? A um ano bom e outro ruim, a empregos gerados somente durante seis meses do ano? Portanto era necessário criar uma alterenativa, uma mudança no perfil econômico do estado. (PARANÁ & COMPANHIA, 1997, p.6-7, *appud* FIRKOWSKI, 1997).

O grupo de oposição que havia anteriormente incentivado políticas de desenvolvimento na área industrial estava afastado do governo estadual há 12 anos. Ao seu ver era necessária a retomada do planejamento estratégico como havia ocorrido na época da CODEPAR, URBS e BADEP. O Paraná necessitava de um novo programa de desenvolvimento de médio e longo prazo para um novo salto no seu desenvolvimento industrial. Este programa deveria incorporar o novo cenário econômico por onde não só o Paraná, mas o país e o mundo passavam. O grupo de planejamento havia se desarticulado nas gestões do PMDB. Era necessária a sua reconstituição, o que se verificou já no período de pré-campanha.

Segundo Fayet (2005), antes mesmo da ocupação do governo a equipe que realizou a pré-campanha para Lerner já havia iniciado pesquisas sobre o interesse das empresas em ocupar o eixo estratégico de ligação do MERCOSUL através de contatos com o BID, CEPAL, e demais instituições do sistema financeiro internacional, além de contatos realizados diretamente com os investidores estrangeiros. Em sua concepção, boa parte do dinheiro investido no mercado financeiro poderia ser revertido para a produção, bastaria neste caso que o estado tivesse um bom projeto. O grupo já havia detectado também as dificuldades das empresas em relação aos sindicatos altamente experientes e organizados de São Paulo. Em sua campanha eleitoral deixava evidente sua intenção em trazer os investimentos que iriam ser realizados no Brasil para o Paraná, utilizando-se da já conhecida guerra fiscal.

Esta guerra se deu pela autonomia financeira e fiscal delegada pela Constituição de 1988 aos governos estaduais e municipais. A Constituição promoveu a descentralização de encargos e receitas, permitindo aos estados que fixassem suas alíquotas de ICMS. Até então estas alíquotas eram definidas pelo Senado Federal, justamente na intenção de evitar a utilização de mecanismos de um estado contra o outro na atração de empresas, conforme previsto inicialmente na Constituição de 1967. A desregulamentação foi implementada durante os governos Sarney, Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique, reduzindo a capacidade do governo federal em coordenar e disciplinar os interesses dos estados, como ocorrera no regime militar. O governo estadual estava substituindo o federal na implementação de políticas regionais. (LOURENÇO, 2003).

Resende (2009) destaca:

Os novos dispositivos constitucionais retiraram do governo federal não apenas uma parcela significativa dos recursos financeiros, mas também a capacidade que ele detinha para definir as políticas e programas e articular as ações que ficavam a cargo de estados e municípios, uma vez que a descentralização então promovida não foi acompanhada da criação de instituições e instrumentos necessários para assegurar a cooperação na federação. Com isso, as iniciativas isoladas de estados e municípios no campo do planejamento e da formulação de políticas setoriais abandonavam uma visão integrada e, ao focalizar o interesse local, fomentavam a competição e o antagonismo na federação. (REZENDE, 2010, p.12).

Conforme Rezende (2010) e Lourenço (2003), esta descentralização das responsabilidades fez com que os estados se lançassem em negociações em separado e diretamente com o setor privado na atração de investimentos, buscando o melhor para a sua unidade da federação. Rezende (2010) destaca que o setor privado se tornava mais exigente com relação aos benefícios concedidos pelos estados, não lhes dando muita margem de negociação. As desvantagens de distanciamento do mercado consumidor deveriam ser compensadas, com melhoria da infraestrutura, bem como pela qualificação da mão de obra a ser utilizada no empreendimento.

Regueira (2003) salienta que os incentivos não se limitavam à esfera estadual. Os municípios poderiam, da mesma forma que os Estados, conceder isenções do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ou Imposto Sobre Serviços (ISS). Na prática, o que ocorria eram os leilões para atração destes investimentos,

visando a geração de empregos e benefícios diretos e indiretos que viriam futuramente aos estados. As empresas, mesmo já tendo escolhido em que país investir, fomentavam a guerra fiscal, na tentativa de benefícios adicionais, o que gerou críticas ao sistema, pois tais incentivos eram desnecessários, pois de qualquer maneira seriam realizados no país.

No caso do Paraná, o governo participou da guerra fiscal com a revitalização parcial do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e a utilização do “Programa Mais Empregos”. O fundo viabilizou a participação do Estado na integralização das ações preferenciais sem direito a voto em projetos estratégicos. No caso da Renault, o fundo entrou com participação de 15%. “O FDE representava um verdadeiro orçamento paralelo para investimentos públicos e financiamento de projetos privados, livre das influências políticas na alocação dos haveres públicos” (LOURENÇO, 2003, p.96). Como destaca Lourenço (2003):

a lei complementar nº 24 de 1975, absorvida pela Constituição de 1988 proibia a concessão de incentivos relacionados ao ICMS, exceto em casos específicos analisados e aprovados por decisão unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), composto pelos secretários estaduais da Fazenda, com o objetivo de harmonizar os diferentes regimes tributários. (LOURENÇO, 2003, p.95).

A renúncia fiscal dos impostos até setembro de 2002 equivaleria a mais de R\$ 1 bilhão, o que foi apelidada na época pelo governador de “Poupança Paraná”. Uma herança que o governo estaria deixando à administração seguinte. Todas as grandes indústrias que decidiram se instalar no Paraná a partir de 1995 receberam a prorrogação do prazo de recolhimento do ICMS durante quatro anos, a contar do início da produção. Uma parte das empresas deveria pagar somente 25% dos tributos devidos referente ao Fundo de Participação dos Municípios, passando a recolher os demais impostos somente após 2016. (LOURENÇO, 2003).

Para Fayet (2005), a disputa por investimentos não era vista como uma guerra, mas como uma defesa legítima em relação à polarização dos investimentos no estado de São Paulo. Para ele, outros estados estavam reivindicando mais espaço na economia nacional e assim estavam criando condições e instituições para fomentar o crescimento industrial também no seu estado. Segundo ele, o estado do Paraná não poderia ter se comportado de forma diferente na década de 1990, pois os incentivos fiscais eram imprescindíveis para tornar o estado viável na competição

com São Paulo e demais estados, já que não havia nenhuma política industrial que procurasse resolver os desequilíbrios regionais e desenvolvimento harmonioso entre os estados da federação. O processo de industrialização observado no Paraná, em virtude da conjuntura nacional e internacional, não havia sido suficiente até então para melhorar a condição periférica do estado.

Desta forma a guerra fiscal era vista como legítima defesa, em virtude do desequilíbrio e da desigualdade de forças na competição.

A coligação de Jaime Lerner (PDT), chamada de “Movimento Paraná Novos Caminhos”, era composta pelo PDT, PTB, PFL, PV e PSDB, sendo este último o partido da situação na presidência da república, com Fernando Henrique Cardoso, trazendo apoio do governo federal às políticas estaduais, bem como o alinhamento das políticas paranaenses com as nacionais. A eleição de Lerner e seu grupo político põe fim à política de desenvolvimento regional pautado na agricultura, na pequena propriedade, em programas para o pequeno agricultor, e alinha-se novamente ao programa do governo federal no ideário de abertura de mercado, privatização e atração de multinacionais.

Em 22 de junho de 1995, seis meses após a sua posse, é lançado o decreto 919, que cria o programa “Paraná Mais Empregos” (PME), formado por um conjunto de mecanismos adotados pelo governo do estado no sentido de dinamizar a estrutura produtiva já existente e apoio à diversificação das indústrias já instaladas no estado. Com o PME, o governo esperava ampliar os investimentos produtivos, otimizando as potencialidades econômicas do Estado, resultando em mais empregos e melhoria da qualidade de vida da população.

Em sua proposta, o programa aos moldes da guerra fiscal garantia apoio através de incentivos fiscais para a “implantação de novas indústrias, projetos de expansão, reativação de indústrias paralisadas e modernização de indústrias.” (PME, 1995, p.1).

O PME foi estratégico na atração das multinacionais e no desenvolvimento das diferentes áreas da indústria, agricultura e transporte. Em contraposição à política imediatamente anterior desenvolvida de 1983 a 1994, não havia referência ao tamanho das empresas. Não havia limite máximo ou mínimo de investimento ou de tamanho de estabelecimento industrial para ter acesso ao programa. Privilegiava-

se, contudo, os grandes estabelecimentos com a dilatação dos prazos de pagamento do ICMS.

Sua ênfase estava baseada não na isenção, mas na prorrogação por até 48 meses de parte do pagamento do ICMS decorrente da ampliação da produção. O estabelecimento industrial era autorizado a reter parte do ICMS, numa forma de autofinanciamento. Suas quatro linhas de ampliação incentivavam a implantação industrial através da instalação de novas unidades de estabelecimentos de empresas não existentes no Estado ou de novo estabelecimento de empresas já existentes. A expansão industrial, considerando neste caso um percentual mínimo de 20% de aumento do ICMS em relação aos últimos 36 meses. A reativação de empreendimentos industriais paralisados há mais de um ano e a modernização tecnológica, com a incorporação de novos métodos e processos de produção que resultasse em um aumento do valor agregado industrial. (PME, 1995; decreto 919).

Os objetivos do programa eram:

- Estimular novos investimentos industriais no Paraná; - Oferecer condições de integração de cadeias produtivas prioritárias ao interesse econômico e social do Estado; - Permitir a desconcentração industrial/regional; - Estimular a criação de fornecimento de partes, peças e componentes dos gêneros: mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte e química; - Apoiar a modernização tecnológica e o desenvolvimento de novos produtos, financiando gastos com pesquisa e desenvolvimento contratados em instituições localizadas no Estado; - Incentivar o investimento produtivo (bens que produzem outros bens), através da apropriação total dos créditos de ICMS pagos na aquisição ou transferência de bens de capital. (PME, 1995, p.1).

O programa diferenciava os benefícios de acordo com a localização dos estabelecimentos, priorizando a região metropolitana de Curitiba e cidades menores do interior do Paraná, em detrimento da capital e dos municípios mais desenvolvidos do estado, como Araucária, Ponta Grossa, Maringá, Londrina e São José dos Pinhais.

As empresas que se instalassem ou ampliassem sua produção em Araucária e Curitiba poderiam postergar o pagamento do ICMS incremental em até 50%. Ponta Grossa, Maringá, Londrina e São José dos Pinhais em até 70%. Os demais municípios do Estado e da Região Metropolitana²³ poderiam prorrogar até 80% do

²³ Chamado de cinturão de empregos, com exceção de Araucária, Curitiba e São José dos Pinhais.

imposto. Para os fabricantes de produtos novos ou sem similar no Estado, este percentual poderia chegar a 100%, independentemente do município em que se instalassem. Em todos os casos, o pagamento deveria ser realizado a partir do 49º mês, até o 96º, repondo assim os impostos aos cofres públicos.(PME, 1995).

Além da diferenciação regional havia o estabelecimento da diferenciação dos gêneros, privilegiando a indústria mecânica, de material elétrico e de comunicações, material de transporte e química. Estes segmentos poderiam receber um prazo de carência adicional de 12 ou 24 meses, além dos 48 previstos inicialmente. A carência adicional de 12 meses era condicionada à compra de no mínimo 40% nos estabelecimentos industriais do Paraná e 60% para a carência adicional de 24 meses.

Os estabelecimentos industriais que investissem acima de R\$ 50 milhões (valores de junho de 1995) poderiam prorrogar até 100% do ICMS incremental por até 48 meses, independentemente da sua localização. Este procedimento, no entanto, estaria condicionado à análise de uma comissão técnica governamental, visando seu correto enquadramento.

Qualquer estabelecimento industrial, não necessariamente os que tivessem ICMS incremental, poderia deduzir até 100% do imposto pelo prazo de 12 meses com o objetivo de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento dos produtos, desde que contratados através de instituições oficiais de ensino ou pesquisa e centros tecnológicos localizados no Estado do Paraná. O prazo de pagamento previa 48 meses de carência.

Para alguns tipos de máquinas e equipamento, o estabelecimento industrial poderia creditar-se do ICMS a ser pago em até 10% do saldo devedor mensal, condicionado à permanência do bem no estabelecimento por, no mínimo, 24 meses.

Foram estabelecidos alguns órgãos ou mecanismos com a finalidade de servirem de instrumentos de apoio aos investimentos, dentre eles as câmaras setoriais. Estas câmaras teriam a incumbência de realizarem estudos para identificarem problemas e proporem soluções nos vários segmentos da economia paranaense, contando, para isso, além do governo, com entidades representativas da indústria, do comércio e dos serviços, bem como os seus respectivos trabalhadores.

Os órgãos de apoio contavam com a participação de empresas e secretarias públicas que dariam assistência técnica e infraestrutura ao programa, como ocorrera no processo de criação da CIC. Agora o apoio viria da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Paraná, Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Secretaria do Comércio e Desenvolvimento Econômico e Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná. Quanto às empresas, tinha-se a Copel, Sanepar e Cohapar. Contou-se também de forma complementar às secretarias e empresas públicas, com a Paraná Desenvolvimento S.A., uma empresa privada, responsável pela articulação e mobilização da iniciativa privada na participação de projetos prioritários do governo.(PME, 1995).

Dentro do programa havia previsão de concessões de serviços públicos e privatizações das empresas estatais na tentativa de modernização do estado. Os recursos arrecadados nestas modalidades seriam destinados a outros programas do governo e aplicados na infraestrutura do estado como portos, telecomunicações e energia elétrica. Os financiamentos viriam dos bancos Banestado, BRDE, BNDES, Caixa Econômica Federal, e Banco do Brasil, contando ainda com o FINEP e o SEBRAE.

Percebe-se que a autonomia estatal em relação ao ICMS foi um fator importante para a política de investimento do governo estadual. Sua política foi pautada pela atração de novos investimentos e a diversificação da indústria, tendo como principal atrativo uma política de incentivos fiscais, de realização de infraestrutura, de descontos em tarifas de energia elétrica e de água, de sociedade entre o estado e o investidor. Seguindo a atuação do governo do estado, muitos municípios também passaram a oferecer internamente uma gama de benefícios na intenção de receberem os investimentos destinados aos estados, criando além da disputa estadual pelos investimentos uma disputa interna ao estado, por parte dos municípios, orquestrada pelo governador.

O caso da Renault foi o que mais se destacou dentre os incentivos fiscais. O protocolo firmado entre a Renault e o governo do Paraná foi mantido em sigilo por dois anos, com forte oposição formada pelo PMDB. Esta oposição e sigilo ficam evidentes em Oliveira (2003), quando cita o condicionamento de concessão de novos empréstimos ao Paraná à divulgação dos conteúdos dos acordos com as montadoras.

Novos empréstimos passaram a ser considerados como alternativa do governo Lerner para cobrir os déficits de sua administração. Contudo, os senadores paranaenses Roberto Requião (PMDB-PR) e Osmar Dias (PSDB-PR), ambos de oposição ao governo do estado, conseguiram fazer com que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE) condicionasse a apreciação de novos empréstimos ao Estado desde que fossem revelados os conteúdos assinados com as empresas automotivas. Como o governo recusou-se a prestar tais informações, houve atraso de um ano nestes empréstimos. A aprovação somente ocorreu mediante o abandono do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e a filiação do grupo lernista ao Partido da Frente Liberal (PFL) e a sua respectiva adesão à reeleição de Fernando Henrique Cardoso (OLIVEIRA, 2003, p.135).

Tamanho foi o sigilo que se fez sobre os acordos com as montadoras que para a liberação do empréstimo o grupo político preferiu realizar a troca de partido e comprometimento de todo o grupo político em apoio à reeleição de FHC, do que a divulgação do seu conteúdo.

Para Lima (2007):

A oposição, formada pelo PMDB – principalmente o senador Roberto Requião - e pelo PT - solicitou, por várias vezes, que as condições deveriam ser levadas a público, mas por decisão do Tribunal de Justiça do Paraná o acordo foi mantido em segredo. Apenas em janeiro de 1998, praticamente dois anos depois, é que o PMDB conseguiu quebrar o sigilo. O deputado Luiz Cláudio Romanelli - PMDB, revelou o conteúdo do protocolo – que tem validade de 11 anos - na Assembléia Legislativa do Estado em 28 de janeiro de 1998. (LIMA, 2007, p.37).

De acordo com autora, a partir de divulgação realizada pelo site de Roberto Requião, as vantagens concedidas à Renault reveladas à época pelo estado e pelo município foram:

- Participação acionária de 30%, ou seja, US\$ 300 milhões, através de ações preferenciais, sem direito a voto²⁴;
- Financiamento de até US\$ 1,5 bilhão para a instalação comercial e industrial;
- Utilização de 100% dos créditos do ICMS acumulados pela Renault;

²⁴ Para Arbix (1999), a participação no capital por parte do estado seria de 40%, limitado a US\$ 300 milhões.

- Deferimentos do ICMS devido na aquisição de matéria-prima, peças e componentes;
- Tratamento diferenciado no desembaraço aduaneiro;
- Prioridade para atracar no porto de Paranaguá;
- Prioridade para atravessar a fronteira de Foz do Iguaçu;
- Prioridade para decolar e aterrissar no aeroporto Afonso Pena;
- Construção de ramal ferroviário;
- Isenção de IPTU por dez anos;
- Isenção de ISS ao grupo Renault e empresas contratadas por 10 anos;
- Doação de terreno de 2,5 milhões de m² com reserva de 500 m²;
- Terraplanagem do terreno;
- Energia elétrica com 25% de subsídio;
- O governo se responsabiliza por evitar danos ao meio ambiente;
- Crédito financeiro caso mudem as regras da economia nacional.

À Renault caberia:

- Instalar a fábrica em São José dos Pinhais;
- Acompanhar o projeto de instalação da fábrica;
- Fazer mudanças estatutárias e aumentar o capital para o FDE subscrever ações;
- Respeitar a legislação em vigor no que se refere às questões ambientais;
- Transferir à Renault do Brasil tecnologia da fábrica francesa;
- Treinar mão-de-obra.

Para Arbix e Pose (1999) e Pinto (2011), o acordo estabelecido entre o estado e a montadora foi desproporcionalmente vantajoso ao capital estrangeiro. Provavelmente por este fato foi mantido em sigilo pelo governo do Paraná. Para os autores esta negociação se demonstrou posteriormente inviável ao estado em relação aos empréstimos, e sofreu entraves pela lei de responsabilidade fiscal criada em 2000²⁵.

Um ano após a lei de responsabilidade fiscal, o “Paraná Mais Empregos” foi substituído pelo “Programa de Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social do

²⁵ Lei complementar 101 de 04 de maio de 2000 / Governo Federal.

Paraná" (PRODEPAR), fazendo alusão à renovação dos contratos. Lourenço (2003) argumenta que foi omitido neste momento a desistência da continuidade do programa de apoio aos investimentos através dos favores fiscais e financeiros adicionais, pois se visualizava a piora do cenário nacional com efeitos negativos nas finanças do estado. O autor ainda cita a revisão dos contratos com a Renault, implicando na redução da participação acionária via FDE de 40% para 17%.

De acordo com o publicado no jornal Gazeta do Povo (2002, p.23) na época, também citado por Oliveira (2003) ao final do governo Lerner, as montadoras Renault-Nissan e Audi-Volkswagen tiveram seus prazos de recolhimento do ICMS revistos, ampliando-se para quatorze anos o início dos pagamentos. As outras empresas que haviam assinado protocolos teriam seus prazos mantidos, valendo o período de dilatação de 48 meses, já no programa desenvolvido pelo PRODEPAR. Segundo nota da Assessoria de Imprensa da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, esta foi uma maneira de compensar as montadoras em face ao seu enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal em 2001 e extinção do programa "Paraná Mais Empregos"

Pode-se ver que, além da isenção tributária, o estado do Paraná se utilizou de um conjunto de atrativos divulgados como forma de atração de capitais externos, como localização privilegiada em relação ao MERCOSUL, infraestrutura adequada, e mecanismos institucionais para viabilização de implantação de novas indústrias e expansão das existentes, delineando um ciclo de investimentos estreitamente articulados com o pólo automobilístico.

Percebe-se a relevância das políticas públicas estaduais na atração dos investimentos no período de 1995 a 2002, sem as quais os investimentos dificilmente seriam realizados no estado do Paraná. Destaca-se também a relevância do cenário interno propício à descentralização da indústria automobilística do estado de São Paulo e a sincronia das políticas estaduais com as políticas desenvolvidas nacionalmente neste segmento. Esta sincronia de políticas resultou no sucesso das políticas estaduais. No tópico 4.2.4 será considerado o cenário nacional e internacional em relação ao IDE, onde será verificado a influência destes dois cenários no fluxo de IDE do Paraná de forma mais abrangente.

Além dos incentivos de instalação de empresas no estado, outro fator influenciado pelas políticas públicas estaduais contribuiu para o aumento do estoque

de capital externo ao Paraná, que foram as aquisições, fusões e privatizações, tratados nos tópicos a seguir.

4.2.3.1 Aquisições e Fusões

Com o processo de abertura comercial observa-se, de 1997 a 2000, que um grande número de empresas paranaenses foi comprado pelo capital externo, conforme tabela a seguir:

TABELA 15 - EMPRESAS PARANAENSES VENDIDAS PARA O CAPITAL EXTERNO DE 1996 A 2000

Ano	Empresa Paranaense	Compradora	Procedência	Área
1996	Plastipar	Hettich	Alemanha	Indústria
1996	Refrigeração Paraná	Eletrolux	Suécia	Indústria
1996	Inpacel - 1996	International Paper (vendida em 2006 para Stora Enso - Suécia)	Estados Unidos	Indústria
1997	Supermercados Real	Sonae (vendido em 2005 para Wal-Mart - EUA)	Portugal	Comércio
1997	Parnaplast	Zemi	EUA	Indústria
1997	Bamerindus	HSBC	Inglaterra	Serviços
1998	Mercadorama	Sonae (vendido em 2005 para o Wal-Mart - EUA)	Portugal	Comércio
1998	Batavo	Parmalat	Itália	Indústria
1999	Supermercados Coletão	Sonae (vendido em 2005 para o Wal-Mart)	Portugal	Comércio
1999	Supermercados Muffato	Sonae (vendido em 2005 para Wal-Mart)	Portugal	Comércio
2000	Drogamed/Minerva	Fasa - Farmácias Ahumada S.A.	Chile	Comércio
2000	Papel de Imprensa S.A. – PISA	Norske Skog	Noruega	Indústria

FONTE: LOURENÇO (2007), SITE DAS EMPRESAS, JORNAIS GAZETA DO POVO, FOLHA DE SÃO PAULO E GAZETA MERCANTIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Ao ser questionado, Taniguchi (2006) diz que o programa de incentivos governamentais não priorizou os investimentos externos. Sua justificativa para a imparcialidade se apegua ao argumento de que os mesmos incentivos foram disponibilizados para o capital nacional e local. Quando indagado sobre as vendas das empresas locais para o capital externo, ele destaca a falta de preparo por parte das empresas paranaenses em enfrentar o crescimento da competição, restando-

lhes as alternativas de junção a uma empresa de capital externo ou sua venda, evitando assim o processo de falência.

Segundo esta concepção parece reduzir-se o espaço das empresas regionais de gestão familiar. O Brasil e o Paraná passaram a adotar um processo de desenvolvimento desnacionalizado, com modernização e diversificação do seu perfil produtivo. Lourenço (2007) argumenta que há consenso de que faltou maior mobilização das lideranças empresariais e políticas do Estado nas reivindicações junto ao governo federal para a criação de mecanismos capazes de reduzir as dificuldades de adaptação das empresas paranaenses ao cenário de abertura comercial, liberalização e estabilização econômica. Faltaram linhas de crédito para capital de giro, investimento e modernização via BNDES, fato que estados como Rio Grande do Sul e São Paulo conseguiram, por exemplo, para o setor de calçados. Faltou ação no sentido de um tratamento equânime entre as empresas já estabelecidas e as novas empresas, principalmente em relação às operações de financiamento.

As políticas governamentais de atração de investimentos, reduziram as obrigações de pagamento do ICMS no curto prazo para as empresas instaladas no período. Houve uma melhora na competitividade das novas empresas em detrimento das já instaladas que não receberam nenhum incentivo para continuidade da produção nos níveis em que se encontravam.

Percebe-se que várias empresas paranaenses foram compradas pelo capital externo, explicando parte do ingresso e aumento do seu estoque de IDE no Estado. Parte deste aumento, no entanto, se deu no setor de serviços, em especial no segmento de comércio varejista.

4.2.3.2 Privatizações

As privatizações e concessões eram vistas pelo governo como de grande importância para a modernização do estado e para o levantamento de recursos, que seriam aplicados em outros programas. Além disso, alegava-se que estava cada vez mais difícil para as empresas estatais competirem com as concorrentes privadas. Tem-se assim um período de privatizações e concessões. Foram privatizados o Banestado, o Banco do Estado do Paraná e a Telepar. Tentou-se

privatizar a COPEL, mas devido à grande mobilização da população contrária à sua venda, o governo recuou. Um movimento contrário à sua venda se formou contra a proposta do governo. (LIMA, 2006; Folha de São Paulo, 1997).

Não havia motivo para se vender uma empresa que tivera lucro de 403,3 milhões em 1998 e 430,6 milhões em 2000, e havia se consolidado como referência de conhecimento e tecnologia na área de energia no país. A própria equipe do governo que havia dado sustentação às políticas governamentais do governo Lerner, estava dividida em relação ao tema. O que se queria por parte do governo era somente a realização de receitas imediatas, não havendo, no entanto, nenhuma determinação legal que obrigasse a sua venda, apenas uma liberação por parte do governo federal. Vendê-la ao mercado num momento de crise poderia ser um ótimo negócio para os arrematadores, mas não para o governo. O interesse da venda parecia claro por parte dos compradores e especuladores, mas não para o povo do Paraná. (LIMA, 2006; Folha de São Paulo, 1997).

Inicialmente não havia intenção do governo estadual em privatizar o Banestado, pois o banco serviria de instrumento de política de desenvolvimento do estado na qualidade de financiador do programa de desenvolvimento. O processo foi controvertido e marcado pelo difícil acesso às informações, gerando ainda hoje processos, condenações e questionamentos quanto à lisura da venda, uma vez que tal medida não fazia parte do projeto inicial. (LIMA, 2006).

As vendas destas empresas refletem as mudanças das políticas governamentais nos cenários nacional e estadual. No tópico seguinte serão verificados estes cenários que contribuirão para o entendimento dos fatores que estimularam a adoção das políticas públicas estaduais.

4.2.4 Cenário Nacional, Internacional e os fluxos de IDE para o Brasil

Após discutir o papel das políticas públicas estaduais na atração de capital estrangeiro, especialmente em relação à indústria automobilística, será considerado o comportamento do cenário nacional e internacional neste período. O intuito, tal como nas outras seções, é dimensionar qual o papel do cenário nacional e internacional nesta nova onda de IDEs para o Paraná. Além destes aspectos, a

seção apresenta as características mais relevantes do IDE no Brasil neste período. Como poderá ser notado, algumas das características do IDE no Paraná constituem-se, em última análise, em movimentos mais gerais do processo de internacionalização dos capitais produtivos.

O cenário nacional no início dos anos 1990 é marcado por uma série de fatores, dentre eles a eleição para a presidência de Fernando Collor de Mello e o processo de abertura comercial da economia brasileira, fruto de tendências e pressão internacional. Mesmo após a sua deposição, os presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique deram continuidade ao processo de abertura comercial e reestruturação produtiva.

O ano de 1994 é marcado pelo início de um período de estabilidade inflacionária, embora com fraco crescimento do PIB, que segue durante todo o período de análise. O baixo crescimento se deveu à política de juros altos e abertura do mercado interno.

Ao lado da estabilização da moeda, várias reformas continuaram a ser realizadas, influenciadas por um discurso de liberação econômica, modernização e integração à economia internacional. A adoção destas medidas levaria, segundo seus idealizadores, ao crescimento e desenvolvimento do país.

Barros e Goldenstein (1997) destacam que o início da década de 1990 passou simultaneamente por quatro diferentes processos: a globalização, a abertura da economia, a estabilização e as privatizações. Estes processos, interagindo entre si, provocaram uma verdadeira revolução no funcionamento da economia brasileira. A estrutura básica do capitalismo brasileiro composta pelo tripé empresa estatal, empresa estrangeira e empresa nacional, perde uma de suas pernas, a empresa estatal.

Com a abertura comercial, as indústrias aqui instaladas, quer nacionais ou estrangeiras, acostumadas com a reserva de mercado, onde poderiam repassar seus preços aos produtos finais livremente devido à ausência de concorrência, são obrigadas a reduzir seus custos e aumentarem sua produtividade através da introdução de novas tecnologias. Essa abertura provoca uma brutal transferência de renda para o consumidor correspondente às tarifas que deixam de ser pagas ao governo e ao sobrepreço que os empresários obtinham com a reserva de mercado. A demanda reprimida e a transferência de renda ao consumidor ampliam

significativamente o mercado consumidor, a ponto de afetarem de forma positiva os investimentos das empresas, não só das instaladas, mas de outras importantes empresas internacionais que passam a olhar o mercado brasileiro com outros olhos. (BARROS E GOLDENSTEIN, 1997).

Observa-se um maior interesse das empresas multinacionais na compra de empresas já instaladas, como forma de conquistar mais rapidamente o mercado em plena expansão. Somado ao MERCOSUL, o tamanho do mercado mais que justificou as intenções de investimentos, que passaram, em alguns casos, pela ampliação das importações como forma de teste do mercado local na aceitação dos seus produtos, primeiramente realizando investimentos na criação de uma rede de distribuição e assistência técnica e posteriormente realizando propriamente os investimentos produtivos. Outro fator observado é a perda de espaço da tradicional empresa brasileira, dependente de reserva de mercado e subsídios públicos. Aquelas que perceberam em tempo as mudanças procuraram parceiros internacionais ou fundiram-se com outras empresas nacionais na busca de ampliação do seu porte com ganho de competitividade através da economia de escala. (BARROS e GOLDENSTEIN, 1997).

Para Silva (2006) a retomada do IDE mundial a partir da segunda metade da década de 1990 foi impulsionada pelos movimentos de liberação financeira, de regulamentação dos investimentos externos no comércio e pelas mudanças tecnológicas em vários países. Juntamente com este movimento foram observados programas de alteração estrutural em vários países, que levaram à redução do tamanho do Estado e à privatização, disponibilizando ativos em escala global, atraindo assim investidores estrangeiros.

Marques (2010) vê no Brasil neste período o aumento das fusões e aquisições, seguindo a tendência já observada na economia mundial. As estruturas oligopolísticas iniciam um processo de modernização, onde fortes movimentos de financeirização de acumulação se dão juntos com a busca de vantagens comparativas pelas economias centrais, que buscam as vantagens naturais para os produtos primários e/ou intensivos em mão de obra industrial barata. Desta forma os oligopólios, agora chamados de nova geração, são integrados ao funcionamento do mercado internacional.

A implantação do Plano Real fez com que o PIB chegasse a uma taxa de 5,3% em 1994, significativamente superior ao observado nos anos anteriores, ultrapassando inclusive a taxa média de crescimento mundial. Este aumento do PIB veio em decorrência de um aquecimento no consumo interno, proporcionado pela estabilidade econômica. O fim da ilusão monetária fez com que houvesse uma despoupança destinada ao consumo de mercadorias, em especial as classificadas como de bens duráveis. O controle da inflação levou à retomada do crédito, fomentando o consumo de produtos com maior valor agregado. O mercado também passa a demandar mais produtos de consumo, especialmente pelas classes mais baixas da população. Neste cenário há um aumento nos investimentos para atender a demanda crescente.

Apesar de apresentar taxas positivas em todos os anos, o período não se caracteriza pela retomada do crescimento econômico. A taxa média do PIB entre 1995 e 2002 foi de apenas 2,3%, significativamente abaixo do observado na década de 1970 (8,8%) e menor que na década de 1980 (3,01%). Comparando-se o desempenho brasileiro com a média de crescimento mundial, o melhor resultado é verificado no ano de implantação do Plano Real, com resultado 0,5% acima da média global. No restante do período o PIB, situando-se abaixo do crescimento mundial, chega a zero em 1998, como observado na tabela 16.

TABELA 16 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB NO BRASIL E MUNDO DE 1995 A 2002

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
PIB Brasil	4,2	2,2	3,4	0,0	0,3	4,3	1,3	2,7
PIB Mundo	4,3	4,0	4,1	2,5	3,3	4,8	2,4	3,0

FONTE: ADAPTADO DE IBGE/BANCO MUNDIAL - FMI.

O baixo desempenho do PIB influencia negativamente o estímulo à atração do IDE. Estes se dariam, no entanto, pela via da reestruturação produtiva, pelas fusões, pelo processo de aquisições das empresas privadas e pelas privatizações.

O ano de 1995 marca o início de um período de recuperação do IDE no Brasil. Em 1994 o país havia recebido US\$ 2,15 bilhões em IDE, passando para US\$ 4,40 bilhões em 1995 e chegando a US\$ 32,78 bilhões em 2000, conforme tabela 17. Sua participação alcança 15,23% do fluxo destinado aos países em desenvolvimento e 4,08% do fluxo mundial no ano de 1998.

No cenário internacional o período de 1995-2002 se inicia com um fluxo mundial de US\$ 343 bilhões, alcançando um pico em 2000 com US\$ 1,4 trilhão e

caindo para US\$ 628 bilhões em 2002. Pode-se perceber que o fluxo de investimentos apresenta maior crescimento e posterior redução entre os países desenvolvidos. Este crescimento, segundo Silva (2006), foi decorrente em parte pelas trocas de titularidade entre os investidores nos países desenvolvidos. Em 1995 os países desenvolvidos detinham 64% de participação do IDE, e chegam 81,25% em 2000. Nos países em desenvolvimento, apesar das crises que passaram, o montante dos fluxos de investimentos se mantém relativamente estável.

TABELA 17 - FLUXO DE IDE MUNDIAL, PAÍSES DESENVOLVIDOS, EM DESENVOLVIMENTO E BRASIL DE 1995 A 2002

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
IDE Mundial	343	391	488	706	1.091	1.400	828	628
Países Desenvolvidos (%)	65%	60%	59%	72%	78%	81%	73%	71%
Países em Desenvolvim. (%)	34%	38%	39%	27%	21%	18%	26%	28%
Brasil	4,40	10,79	3,89	28,85	28,58	32,78	22,45	16,59

FONTE: UNCTAD, 2014. EM US\$ BILHÕES - VALORES ATUALIZADOS²⁶ DEZ/2014. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

O aumento do IDE nos países desenvolvidos se dá principalmente pela via das fusões e aquisições iniciadas como forma predominante nos EUA nos anos 1980, ganhando força na segunda metade da década 1990 nos demais países.

Quanto à redução do IDE em direção aos países em desenvolvimento no período de 1995 a 1999, pode-se observar que ele é influenciado pelas sucessivas crises pela qual passam. Em 1994 teve-se a crise mexicana. Em 1997 tem-se a crise financeira do Sudeste Asiático. Ela teve início na Tailândia, se espalhou para as economias emergentes do Sudeste da Ásia como Malásia, Indonésia, Filipinas e Coreia do Sul, além do Japão. No ano de 1998 desenvolveu-se a crise na Rússia, e ficou conhecida como Moratória Russa²⁷, resultando em desvalorização da sua moeda e declaração de moratória e em 1999 tem-se a crise brasileira.

²⁶ A somatória de países desenvolvidos e em desenvolvimento não totaliza o investimento mundial devido ao grupo dos países não desenvolvidos ou em "economias em transição" não estarem relacionadas na tabela 17 e 18.

²⁷ Suas causas principais foram o alto endividamento do país, associado com desemprego, inflação, baixo crescimento, e problemas na transição para economia de mercado.

Com relação à participação brasileira no IDE mundial, pode-se verificar um aumento no fluxo de capitais no período de 1995 a 2002, que passa de 1,28% para 2,64%. No estoque, no entanto, há uma redução de 1,39% para 1,32% na participação em nível mundial. Esta constatação evidencia o crescimento dos ingressos de IDE de forma expressiva, acima da taxa média mundial, no entanto os reinvestimentos, sua permanência ou valorização é menor que o verificado no restante dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

TABELA 18 - ESTOQUE²⁸ DE IDE MUNDIAL, PAÍSES DESENVOLVIDOS, EM DESENVOLVIMENTO E BRASIL DE 1995 A 2002

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
IDE Mundial	3.425	3.990	4.586	5.754	7.127	7.511	7.589	7.638
Países Desenvolvidos (%)	2.564	2.982	3.450	4.492	5.499	5.682	5.629	5.705
	75%	75%	75%	78%	77%	76%	74%	75%
Países em Desenvolvim. (%)	850	992	1.108	1.230	1.587	1.771	1.875	1.823
	25%	25%	24%	21%	22%	24%	25%	24%
Brasil	47,88	54,84	69,72	99,50	102,33	122,25	121,95	100,86
(%)	1,39%	1,37%	1,52%	1,72%	1,43%	1,62%	1,6%	1,32%

FONTE: UNCTAD, 2014. EM US\$ BILHÕES - VALORES ATUALIZADOS DEZ/2014. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Os fluxos de investimento desenvolveram-se neste período no Brasil devido à redução das restrições à entrada de capital estrangeiro, às privatizações e à abertura financeira, que ampliaram a participação dos fundos de pensão e intermediários financeiros norte-americanos e europeus. Houve absorção crescente do IDE no setor de serviços, seguindo as tendências iniciadas na década de 1980, variando, contudo, entre os países e regiões. Os setores que se destacam são os de finanças, serviços de transporte, armazenagem e comunicações e serviços relacionados a negócios. (SILVA, 2006).

De 1995 a 2002 ocorrem reformas econômicas visando a desestatização das empresas públicas e o fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações. Ocorre mudança no tratamento do capital estrangeiro e do

²⁸ Os estoques consideram, além da entrada de recursos via fluxo de investimentos, os reinvestimentos dos lucros que as empresas estrangeiras realizaram no Brasil, refletindo a permanência destes em território nacional e seu valor de mercado. Não inclui países em transição - vide nota de referência número 30.

sistema financeiro, facilitando a entrada de bancos estrangeiros, atendendo a política governamental de busca de ampliação da concorrência e internacionalização da economia. (GIAMBIAGI, 2005).

Sarti e Laplane (1997 e 1999) destacam como fatores decisivos para o retorno do fluxo dos IDEs, além do processo de abertura comercial, a redução das tarifas nominais e efetivas, e eliminação de barreiras não tarifárias. Para eles a valorização cambial ocorrida a partir de 1994 contribuiu para redução da proteção ao mercado doméstico, com pressão crescente dos artigos importados sobre a indústria nacional. As importações cresceram 158%, passando de US\$ 20,6 bilhões em 1990 para US\$ 53,3 bilhões em 1996, enquanto o setor exportador cresceu 52%, passando de US\$ 31,4 bilhões em 1990 para US\$ 47,7 em 1996, gerando déficits comerciais de US\$ 3,2 bilhões em 1995 e US\$ 5,5 em 1996, o que não era observado desde 1982.

O déficit comercial somado ao déficit dos serviços da dívida externa e outros serviços passaram de US\$ 18,6 bilhões em 1995 para US\$ 21,7 bilhões em 1996, gerando déficits de transação corrente de US\$ 17,8 bilhões em 1995 e US\$ 24,3 bilhões em 1996, o que representou 2,5% e 3,3% do PIB, respectivamente, sendo financiado totalmente pela entrada de recursos externos, sobretudo pelo aumento dos investimentos estrangeiros (direto e em portfólio). Os investimentos diretos, reinvestimentos, financiamentos e empréstimos de médio e longo prazo somaram em 1996, US\$ 22,5 bilhões, o que representa 93% do déficit em conta corrente, contra 60% do ano anterior. Os recursos de curto prazo financiaram a parte restante, elevando as reservas para US\$ 60 bilhões no final do período. (SARTI e LAPLANE, 1997 e 1999).

Para Rego (2006), a elevação dos déficits em conta corrente tornou-se um fator de vulnerabilidade e fragilidade da economia brasileira em relação aos movimentos e alterações na economia internacional. O fator decisivo para o financiamento deste déficit em conta corrente e redução da vulnerabilidade foi justamente o aumento do fluxo do IDE em direção ao Brasil. A atração dos IDEs deveria ser estimulada e já apresentava resultados. A queda da inflação, considerada a última resistência dos investidores externos no mercado brasileiro, veio a consolidar o cenário como receptivo aos capitais internacionais, dado que a

abertura comercial, as reduções das restrições setoriais e a renegociação da dívida externa já haviam ocorrido.

Para manutenção do nível das reservas e câmbio ao longo do tempo, além da estratégia de manutenção das taxas de juros em níveis internacionais atrativos, o IDE deveria trazer sua contribuição. Após junho de 1994 o ingresso de capitais externos foi utilizado para financiar os déficits nas contas correntes, com a moeda nacional valorizada. Os fluxos de IDE contribuíram a partir de 1995 muito mais que na década de 1980, não só para a balança comercial, mas também com o total de investimentos no Brasil. Em 1996 os IDEs representaram de 7,8% a 9% dos investimentos no país (SARTI e LAPLANE, 1997).

Em 1995 e 1996 foi criado o Conselho Nacional de Desestatização (CND) onde se ampliou o Plano Nacional de Desestatização (PND). Foram editadas várias medidas favoráveis ao investimento estrangeiro, dentre elas a eliminação da diferenciação constitucional entre as empresas nacionais e estrangeiras, a eliminação ou redução das restrições aos investimentos externos nos setores de petróleo, extrativo mineral, bancos e seguradoras, navegação de cabotagem e telecomunicações, editando ainda uma nova lei de propriedade industrial e estimulando o processo de privatizações das empresas governamentais vinculadas à produção industrial sob argumentação de melhoria na qualidade do serviço à população e aumento dos investimentos realizados pelos novos controladores. O programa se estendeu também às empresas estaduais, sendo apontado pelo governo FHC como um dos principais instrumentos de reforma do estado, e parte integrante do programa de governo. (SARTI e LAPLANE, 1999; SILVA, 2006; BNDES, 2013).

As privatizações iniciadas em 1991 entram em um ritmo muito maior após 1995, contando com a participação do capital internacional. Somente as privatizações no valor total de US\$ 84,10 bilhões no período de 1991 a 2001, trouxeram US\$ 40,4 bilhões do exterior, dentre os quais destacam-se os EUA e Espanha como principais investidores, com US\$ 26,2 bilhões ou 65% dos ingressos, seguidos por Portugal, com US\$ 4,8 bilhões e Itália, com US\$ 2,6 bilhões, deixando de fora os tradicionais investidores como a Inglaterra, Alemanha, França e Holanda (SARTI e LAPLANE, 1999; SILVA, 2006; BNDES, 2013).

Observa-se que estes países tradicionais não destinam seu capital para o processo de privatizações, não significando, contudo, que deixaram de investir no sistema produtivo ou no sistema financeiro.

Em 1997 ocorre a primeira privatização no setor financeiro com a venda do Banco Meridional do Brasil S.A. A arrecadação federal no ano chegou a US\$ 4,265 bilhões e a estadual US\$ 14,9 bilhões. Somente as concessões de serviço de telefonia celular móvel rendeu ao governo US\$ 4 bilhões. Neste mesmo ano foi aprovada a Lei Geral de Telecomunicações, tornando possível a venda de 12 holdings do sistema Telebrás em 1988. Vários terminais portuários foram transferidos para a iniciativa privada. As desestatizações continuaram no ano de 1999, aprofundando-se no âmbito estadual. Em 2000 elas atingem o valor de US\$ 7,7 bilhões. Este foi o maior volume anual arrecadado pelo programa, incluindo as ações da Petrobrás, do Banespa, concessões no setor de hidrelétricas e novas linhas de transmissão (BNDES, 2013).

De acordo com Nonnenberg (2003) de 1996 a 2000, US\$ 22,7 bilhões do IDE vieram das privatizações das telecomunicações, e US\$ 13,3 bilhões do setor elétrico, que juntas corresponderam a cerca de 35% do total dos ingressos. Mais da metade dos fluxos de IDE no período foi resultado de políticas de privatização e desregulamentação, enquanto somente 18% foram de investimentos industriais.

Pode-se verificar, além das privatizações estatais, um processo de compra de empresas brasileiras por grupos estrangeiros, conforme tabela 19²⁹.

TABELA 19 - AMOSTRA DE GRANDES EMPRESAS COMPRADAS POR GRUPOS ESTRANGEIROS DE 1994 A 2000

Empresa	Comprador	País
Petroquímica União	Union Carbide	EUA
Celbrás	Rhodia	França
Celb	Cataguases	EUA
Adria	Quaker Oats	EUA
Continental	Bosh/Siemens	Alemanha
Bamerindus	HSBC	Reino Unido
Laticínios Avaré	Nabisco	EUA
Petroquímica Bahia	Dow Chemical	EUA
Lacta	Phillips Morris	EUA
Tintas Coral	ICI	Reino Unido
Saelpa	Cataguases	EUA
Refrig. Paraná	Eletrolux	Suécia

²⁹ Verifica-se um paralelo entre a venda das empresas privadas nacionais a grupos internacionais também no Paraná, fruto do mesmo contexto econômico nacional, conforme visto no tópico 4.2.3.1. Neste sentido serão tecidas algumas considerações no final deste tópico e na conclusão do trabalho.

Metal Leve	Mahie/ Cofap	Alemanha
Kenko do Brasil	Kimberly-Clark	EUA
Cia. Eletron. Celma	General Electric	EUA
Paulista Seguros	Liberty Mutual	EUA
Bompreço	Royal Ahold	Holanda
Dako	General Electric	EUA
Lab. Carlo Erba	Searle	EUA
Banco G. do Com.	Santander	Espanha
Arno	Seb	França
Cia Real de Distribuição.	Sonae	Portugal
Veja Eng. Amb.	Sita	França
Kibon	Unilever	R.U./Holanda
Cofap	Magneti Marelli	Itália
Gevisa/Locomotiv	General Electric	EUA
Agrocere	Monsanto do Br.	EUA
Freios Varga	Grupo Lucas	Reino Unido
Eldorado	Carrefour	França
Phitoervas	Bristol-Myers	EUA
C. de Brito (Peixe)	Bombril-Cirio	Itália/Luxemb.
Real	ABN Amro	Holanda
Postos Hudson	Texaco	EUA
Garantia	Crédit Suisse	Suíça
CST/Acesita	Usinor	França
Excel	Bilbao Vizcaya	Espanha
Lojas Renner	J.C. Penney	EUA
Banco América do Sul	Sudameris	Portugal
Banespa	Santander	Espanha

FONTE: BACEN, *APUD* AGUIAR (2002).

À medida que as privatizações foram reduzidas, os ingressos de investimentos diminuíram substancialmente. Isso fica evidente quando é observado o período de 2000 a 2002, com ingressos de IDE passando de US\$ 32,77 bilhões para US\$ 16,59 bilhões.

Para Sarti e Laplane (1997), o Fluxo de IDE no início dos anos 1990 esteve também fortemente associado a um processo de racionalização e modernização da estrutura produtiva. A necessidade de redução de custos e aumento de competitividade, para fazer frente às importações, a busca de novos mercados em menor medida, e a perda do mercado doméstico, estimulou a adoção de estratégias de especialização e complementaridade produtiva e comercial, primeiramente através de maiores importações e após com a retomada do crescimento interno pela entrada de novas empresas. A partir de 1994, os fluxos de IDE não são apenas mais volumosos e decisivos para o financiamento do déficit em transação corrente, mas seguem a expansão da capacidade produtiva para atender o mercado interno em crescimento.

Pesquisa realizada por Sarti e Laplane (1997) com 27 empresas, entre os períodos de 1994 e 1998, mostra que os principais motivos que levaram à realização

de investimento pelas empresas estrangeiras estiveram relacionados ao crescimento do mercado interno, a consolidação do MERCOSUL, a maior proximidade do cliente, o investimento dos concorrentes e a abertura comercial.

Nonnenberg (2003) destaca que até o ano de 1996 o setor de serviços ainda não havia começado a ganhar importância. Com base nos dados do BACEN (2005) o fluxo de IDE, no período de 1996 a 2000, passou de US\$ 110 milhões para US\$ 649 milhões no setor primário (agricultura, pecuária e extrativa mineral - aumento de 490%), de US\$ 1,740 bilhão para US\$ 5,07 bilhões na indústria (aumento de 191%) e de US\$ 5,814 bilhões para US\$ 24,15 bilhões no caso dos serviços (aumento de 315%). Em termos de porcentagem o setor primário apresentou maior crescimento, no entanto em termos de valor absoluto e estoque de IDE não foi de grande impacto. O setor de serviços foi o que mais cresceu em volume, conforme tabela 20.

TABELA 20 - FLUXO DE IDE NO BRASIL POR SETOR 1996-2002

Setor/Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Primário	0,11	0,45	0,14	0,42	0,65	1,49	0,64
Secundário	1,74	2,03	2,76	7,00	5,07	7,00	7,55
Terciário	5,81	12,81	20,36	20,14	24,15	12,55	10,58

FONTE: BACEN. 2005³⁰. EM US\$ BILHÕES. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Dividindo o estoque de IDE por setor de atividade econômica (Tabela 21), a partir dos dados disponíveis para o período, pode-se verificar que durante toda a década de 1990 o setor primário, pouco ou quase nada ganha em relevância. O setor secundário demonstra uma tendência de alta, enquanto o terciário destaca-se como o principal receptor de investimentos, passando de US\$ 9,32 bilhões em 1990 para US\$ 65,88 em 2000, o que representa um crescimento significativo de 607%. Pode-se ver que o dinamismo dos investimentos em serviços no final da década apresentou-se significativamente superior ao observado na indústria e na agricultura.

³⁰ A tabela 20 apresenta valores atualizados em dólares calculados pela UNCTD em dezembro de 2014 e a tabela 22 apresenta valores no ano de levantamento.

TABELA 21 - ESTOQUE DE IDE NO BRASIL POR SETOR NA DÉCADA DE 90

Setores/Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	2000
Primário	1,29	1,18	1,23	1,27	1,53	0,92	0,80	1,25	1,40	2,40
Secundário	25,72	26,15	25,57	27,30	28,95	27,91	25,14	27,18	29,95	34,72
Terciário	9,32	10,15	12,04	17,27	25,32	12,86	24,25	37,07	57,43	65,88

FONTE: BACEN, 2014 E UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2004. EM US\$ BILHÕES. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Comparando censos de 1995 e 2000 do BACEN observa-se um aumento expressivos na atividade de extração de petróleo e extração de minerais não metálicos no setor primário. Na indústria, destaca-se a fabricação e montagem de veículos automotores, que passa de US\$ 4,8 bilhões para US\$ 6,3 bilhões, seguido pela fabricação de produtos químicos, que passa de US\$ 5,3 bilhões para US\$ 6 bilhões e dos produtos alimentícios que passa de US\$ 2,8 bilhões para US\$ 4,6 bilhões. É porém no setor de serviços que ocorre o maior incremento. Ele sozinho responde por um aumento de mais de US\$ 53 bilhões. Tem-se como segmentos de destaque, tanto em importância quanto em nível de crescimento, as atividades de correios e telecomunicações, com crescimento de mais de US\$ 18 bilhões, o de intermediação financeira com US\$ 9 bilhões, eletricidade próximo a US\$ 7 bilhões e prestação de serviços a empresas com crescimento de US\$ 6 bilhões. (BACEN, 1995 e 2000).

Na tabela 22 tem-se a relação dos 10 maiores investidores no Brasil, excluídos os paraísos fiscais, considerando-se os estoques, e suas principais atividades de investimento em nível de importância.

TABELA 22 - 10 MAIORES INVESTIDORES NO BRASIL – ESTOQUE 1995

País	Estoque	Principais Atividades de Investimento
Estados Unidos	10.852.183	Produtos químicos Veículos Prestação de Serviço a Empresas Fabricação de Alimentos e Bebidas
Alemanha	5.828.042	Veículos Produtos Químicos Máquinas e Equipamentos Aparelhos e Materiais Elétricos
Suíça	2.815.302	Alimentos e Bebidas Atividades Imobiliárias Artigos de Borracha e Plástico Produtos Químicos
Japão	2.658.517	Metalurgia Básica Produtos Químicos Material Eletrônico e Aparelhos de Comunicação
França	2.031.459	Produtos Químicos Minerais Não Metálicos Serviços a Empresas
Reino Unido	1.862.609	Fabricação Produtos do Fumo Veículos Produtos Químicos

		Comércio Atacadista
Canadá	1.818.978	Produtos Químicos Metalurgia Básica Material Eletrônico e Aparelhos de Comunicação Máquinas e Equipamentos
Países Baixos (Holanda)	1.545.799	Produtos Químicos Prestação de Serviços a Empresas Intermediação Financeira Máquinas e Equipamentos
Itália	1.258.558	Veículos Metalurgia Básica Intermediação Financeira Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico
Uruguai	874.147	Comércio Atacado e Intermediários Fabricação de Borrachas e Plásticos Atividades Imobiliárias

FONTE: BACEN, 1995. EM US\$ BILHÕES. EXCLUI OS PARAÍSOIS FISCAIS. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Para Rego (2006) o câmbio sobrevalorizado e as elevadas taxas de juros empregadas até janeiro de 1999 representaram o principal fator de restrição dos investimentos externos no Brasil. Com a crise de 1999 consequente desvalorização cambial há um aumento do fluxo de IDE para o país.

Em 2000 o mercado se mostrou aquecido, com um crescimento de 4,3% do PIB. Índice significativo se considerados os anos anteriores, estimulando ainda mais o recebimento dos IDEs, que alcançam o volume de US\$ 32,77 bilhões, US\$ 4,19 bilhões a mais que o ano anterior. Devido à crise energética e queda do crescimento em 2001 o fluxo de IDE se reduziu para US\$ 22,45 bilhões, chegando em 2002 a US\$ 16,59 bilhões (dados da UNCTAD, 2014), influenciado também pela crise energética na Argentina e atentados terroristas em 11 de setembro de 2001, que abalaram fortemente os mercados mundiais, levando a uma menor disponibilidade de capitais.

No ano 2000 (tabela 23) os EUA se mantêm no posto de principal investidor considerando os estoques de IDE. No entanto, há uma mudança no ranking dos setores de investimentos realizados pelo país. Agora em primeiro lugar encontram-se as telecomunicações recém-privatizadas, seguido da fabricação de veículos e prestação de serviços a empresas. A Espanha, como observado anteriormente, realiza pesados investimentos no Brasil, principalmente nas áreas de telecomunicações (US\$ 5,9 bilhões) e intermediação financeira (US\$ 2 bilhões).

TABELA 23 - 10 MAIORES INVESTIDORES NO BRASIL - ESTOQUE 2000

País	Estoque	Principais Atividades de Investimento
Estados Unidos	24.500.107	Correios e Telecomunicações Fabricação de Veículos Prestação de Serviços a Empresas
Espanha	12.253.090	Correios e Telecomunicações Intermediação Financeira Eletricidade, Gás e Água Quente
Países Baixos (Holanda)	11.055.332	Correios e Telecomunicações Intermediação Financeira Comércio Varejista
França	6.930.850	Comércio Atacadista Intermediação Financeira Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas
Alemanha	5.110.235	Intermediação Financeira Fabricação de Produtos Químicos Fabricação de Veículos
Portugal	4.512.102	Correios e Telecomunicações Comércio Varejista Eletricidade, Gás e Água Quente
Reino Unido	2.586.313	Intermediação Financeira Serviços Prestados a Empresas Fabricação de Produtos do Fumo
Itália	2.507.168	Fabricação de Veículos Comércio Atacadista Fabricação de Produtos Alimentícios
Japão	2.468.157	Metalurgia Básica Correios e Telecomunicações Intermediação Financeira
Suíça	2.252.052	Fabricação de Produtos Alimentícios Fabricação de Produtos Químicos Fabricação de Produtos de Borracha e Plástico

FONTE: BACEN, 2000. EM US\$ BILHÕES. EXCLUI OS PARAÍSOIS FISCAIS. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Em 1994 o Brasil encontrava-se na 26ª posição do ranking mundial de recebimento de IDE. Em 1996, após o início das privatizações, ele alcança a 8ª posição, e em 1997 a 5ª. Com a redução do ritmo das privatizações, crise energética e queda do crescimento, o país vai para 12ª posição 2002, (UNCTAD, 2014). Apesar da queda o país ainda se mantém em níveis superiores aos observados em 1994.

Verifica-se que as políticas estaduais implantadas no Paraná foram influenciadas pelo cenário nacional e internacional. De 1988 a 1994 o Brasil e o Paraná não se destacam na atração de investimentos externos. A estabilização econômica nacional em 1994 eleva o fluxo de IDE em direção ao Brasil, apesar do baixo crescimento do PIB em relação ao restante do mundo e da redução da participação dos países em desenvolvimento no fluxo do IDE. No Paraná a política interna é influenciada pela chegada ao poder do governador Jaime Lerner, que havia atuado na criação da CIC. Neste momento ocorre um alinhamento das políticas públicas estaduais em relação às políticas já desenvolvidas nacionalmente e internacionalmente (globalização, abertura econômica, estabilização e privatização). Mesmo antes de sua chegada ao poder o grupo político já visualizava em seu

projeto político de desenvolvimento econômico o aproveitamento das oportunidades do cenário nacional propícias à atração de novas indústrias, pela via da guerra fiscal e pela localização privilegiada em relação ao MERCOSUL.

As políticas nacionais de redução do tamanho do estado e privatizações são incorporadas às políticas estaduais. Este processo, no entanto, não se desenvolveu de forma completa, restando empresas a serem desestatizadas no final do período, devido a um movimento político de forte oposição no próprio estado.

Observa-se também como desdobramento do cenário nacional o processo de desnacionalização das empresas paranaenses. Percebe-se este fenômeno não como sendo puramente estadual, fruto da retirada das políticas protecionistas às empresas paranaenses mas como desdobramento do observado no cenário nacional como um todo.

O Paraná se beneficia da retomada do fluxo de IDE em direção ao Brasil. Observa-se, no entanto, que o estado apresenta taxas superiores às nacionais no crescimento do estoque, evidenciando um maior dinamismo no estado em relação ao Brasil e uma predominância européia em relação aos investimentos ao passo que o país ainda tem predominância dos EUA.

4.3 INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO DE 2003 A 2013

No ano 2000 o estoque de IDE no Paraná havia sido de US\$ 2,807 bilhões, correspondendo a 2,73% do IDE nacional. Em 2005 ele passou para US\$ 7,51 bilhões, representando 4,61% do IDE nacional, apresentando crescimento de 267%, mais que dobrando sua participação no montante nacional em cinco anos. Em 2010, somente o estoque do setor industrial foi de US\$ 8,303 bilhões. Percebe-se um aumento significativo do capital externo na economia paranaense neste período não só em volume, mas em ganho de participação em relação ao estoque nacional.

Da mesma forma que nos censos de 1995 e 2000 o Banco Central disponibilizou informações por estados em relação aos estoques de IDE em 2005, possibilitando a verificação dos países investidores no Paraná. A França possuiu o maior investimento. Os Países Baixos aparecem em segundo lugar. Eles duplicam

seus investimentos em relação ao ano de 2000, alcançando US\$ 1,15 bilhões. O Reino Unido também apresenta crescimento surpreendente, chegando a US\$ 930 milhões e o México a US\$ 858 milhões. Os Estados Unidos, principal investidor no Brasil é o quinto país em investimentos no Paraná, com US\$ 574 milhões, o que representa apenas 2,12% do estoque investido no Brasil.

TABELA 24 - ESTOQUE DE IDE NO PARANÁ POR PAÍSES DE ORIGEM EM 2005

País Origem dos Recursos	Paraná	Participação do Paraná
França	1.639.063	13,39%
Países Baixos	1.156.119	4,28%
Reino Unido	930.555	26,65%
México	858.971	5,71%
Estados Unidos	574.760	2,12%
Suécia	423.499	52,79%
Alemanha	375.634	5,18%
Espanha	320.817	1,82%
Suíça	163.803	5,76%
Chile	157.161	24,63%
Japão	155.366	4,76%
Panamá	81.678	6,08%
Uruguai	74.613	3,95%
Portugal	64.179	2,87%
Argentina	50.095	7,34%
Outros	483.797	0,81%
Total	7.510.110	4,61%

FONTE: BACEN, 2005. EM US\$ MIL. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Os censos do Banco Central têm apresentado sucessivas alterações dificultando a análise. O de 2010 não disponibilizou o IDE por estado a partidos países de origem³¹. Foi disponibilizado, no entanto, os estoques industriais, descritos na tabela a seguir.

³¹ Até dezembro de 2014. Em contato com a equipe técnica do BACEN, responsável pela disponibilização dos dados, foi informado que os controles por estados estão sendo realizados através das reservas de câmbio. Estas reservas, contudo, apresentam-se problemáticas pois não fornecem garantias de sua realização. Estas reservas não refletem necessariamente o país de origem do investidor, visto que as transferências podem se dar de outras filiais ou mercados espalhados pelo mundo, ou mesmo repasses de recursos de exportação de uma filial para outra, objetivando a realização de investimentos. Por fim, contratos de câmbio podem ser repassados para contas e bancos sediados em outros estados, dificultando e colocando em cheque a precisão e confiabilidade dos dados.

TABELA 25 - ESTOQUE INDUSTRIAL DE IDE NO PARANÁ EM 2010 – PRINCIPAIS SEGMENTOS

Segmentos	Brasil	Paraná	Participação do Paraná
Veículos automotores, reboques e carrocerias	28.661	2.019	7,04%
Bebidas	40.861	1.480	3,62%
Produtos alimentícios	14.646	734	5,01%
Produtos químicos	25.384	720	2,84%
Celulose, papel e produtos de papel	6.169	685	11,10%
Máquinas e equipamentos	11.184	660	5,90%
Produtos de borracha e de material plástico	6.914	246	3,56%
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	8.871	126	1,42%
Produtos de madeira	426	120	28,17%
Outros	93.260	1.513	1,62
Total da Indústria	236.376	8.303	3,51%

FONTE: BACEN 2010. EM US\$ MILHÕES. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Os segmentos que mais se destacam em volume de IDE são os de veículos automotores, reboques e carrocerias, com mais de US\$ 2 bilhões.

Após a verificação da realização de IDE no Paraná, o tópico 4.3.1 verifica as principais empresas externas que realizaram anúncios de investimento no período, divididas por municípios. Em seguida é visto as políticas públicas de atração de investimentos industriais no período (tópico 4.3.2), e posteriormente tem-se as verificações e considerações sobre o cenário nacional e internacional (tópico 4.3.3) considerando as influências da Crise internacional de 2008 no comportamento do IDE (4.3.3.1).

4.3.1 Empresas Investidoras

A partir de pesquisas realizadas nos boletins de análise conjuntural do IPARDES para o período de 2003 a 2013, foram encontrados 144anúncios de investimentos realizados por empresas vinculadas ao capital externo.

Conforme exposto na metodologia de pesquisa os boletins do IPARDES são publicados a bimestralmente. Em uma de suas seções são registrados os principais investimentos anunciados ou realizados no Paraná. Seguiu-se a pesquisa a partir dos boletins durante todo o período, a fim de padronizar a informação, permitindo sua comparação no tempo. Após a sistematização dos anúncios, verificou-se no site

das empresas ou de suas matrizes a procedência externa do seu capital, bem como a efetivação dos investimentos anunciados. Para verificação da efetivação dos investimentos buscou-se também informação em outros meios de comunicação disponíveis na internet, sendo eliminados os que apresentaram indícios de que não foram realizados.

Os investimentos e reinvestimentos nos municípios, descritos a seguir, indicam o nome da empresa, segmento de atuação e país de origem do capital.

Apucarana: Arimex Internacional Represent./Marca Sehwa (Cosméticos - Coréia), InVivo (Ração Animal - França) e Mollificio Lombardo (Molas - Itália).

Arapongas: Hoffmann & Hofmann (Máquinas para montagens de Móveis - Alemanha).

Arapoti: Arauco (MDF - Chile) e Stora Enso (Compra dos ativos da Inpapel da International Paper - Papel - Suécia-Finlândia).

Araucária: Air-Lique (CO2 para Bebidas - França), American Axle & Manufacturing (Autopeças - EUA), Brasiofuel (Combustíveis - Participação Italiana), Leax (Autopeças - Suécia), Metso-Paper (Equipamentos Indústria Papel e Celulose - Finlândia) e Novo Nordisk (Farmacêutica - Dinamarca).

Cambé: Hexal (Medicamentos - Alemanha) e Novartis (Compra do Grupo Hexal - Suíça);

Campo Largo: Cartepillar (Máquinas Construção Civil - EUA), Dana Corporation (Autopeças - EUA), Fiat (Motores - Itália), Sig Combibloc (Embalagens Longa Vida - Suíça e Nova Zelândia), Tecumseh (Autopeças - EUA), e TMT Motoco (Motores para pequenas Máquinas Agrícolas - EUA).

Campo Mourão: Tyson Foods (Frigorífico - EUA).

Cascavel: Cargill (Ração Animal - EUA), Purina (Ração Animal - EUA), Serval e Jafaco do Brasil (Frigorífico - Canadá).

Castro: Cargill (Processamento de Milho - EUA) e Evonik (Aminoácidos - Ração Animal - Alemanha).

Colombo: Roemmers (Compra do Laboratório Herbarium - Argentina).

Curitiba: Aikawa Advance Fiber Technologies - (Equipamentos para Indústria de Papel e Celulose - Japão), Aker Solutions (Equipamentos para Petrobrás - Noruega), Arauco (Melanina para MDF - Chile), BHS Corrugated (Equipamentos para Indústria do Papelão - Alemanha), Bosch (Autopeças - Alemanha), Case & New

Holland (Maquinário Construção Civil e Agrícola - EUA), Caterpillar (Compra da Detroit Diesel Motores do Brasil - EUA), Coca-Cola (Bebidas - Mate Leão - EUA), Eletrolux (Eletrodomésticos - Suécia), Emak (Máquinas Agrícolas - Itália), Furukawa (Cabos de Fibra Ótica - Japão), Kraft Foods (Alimentícia - EUA), Landis+Gyr (Medidores - Suíça), Linde (Química - Alemanha), Multivac (Equipamentos Embalagens a Vácuo - Alemanha), New Holland (Tratores e Colheitadeiras - EUA), Peróxidos do Brasil (Química para Celulose - Bélgica), Sara Lee (Alimentos - Compra da Café Damasco - EUA), Siemens (Tecnologia/Telecomunicação - Alemanha), Spaipa (Bebidas - EUA/México) e Volvo (Ônibus, Caminhões e Motores - Suécia).

Fazenda Rio Grande: Dunlop (Pneus - Japão), Leão Junior/Coca-Cola (Bebidas - EUA), NTN-SRN (Autopeças/Rolamentos - Japão e França), Sumitomo (Pneus - Japão).

Jaguariaíva: Arauco (MDF - Suécia e Finlândia, depois Chile), Norske/Pisa (Papel de Imprensa - Noruega) e Pisa (Papel - Chile).

Londrina: Ingersoll (Compressores - EUA), Markhteshim Agan (Defensivos Agrícolas - Israel), SanDisk (Dispositivos de Memória/Informática - EUA), White Martins (Gases Medicinais - EUA).

Marinalva: Agrenco (Biodiesel - Holanda/Japão).

Maringá: Avio International Group (Aviões e Helicópteros - Suíça) e Spaipa/Coca-cola (Bebidas - EUA).

Paranaguá: Yara do Brasil (Adubos - Noruega).

Pato Branco: GX-Audio (Autopeças - China);

Piên: Timber Creek (Madeira - Canadá).

Pinhais: Gemalto (Microchips e Policarbonato - Holanda) e Huhtamaki Plásticos Rígidos Brasil (Embalagens - EUA).

Piraquara: Häfele - (Ferragens - Alemanha) e OKE (Perfis Plásticos - Alemanha).

Ponta Grossa: BO Packaging (Embalagens - Chile), BUNGE (Processamento de Soja - EUA), Cimpor (Cimento - Portugal), Continental (Autopeças e Equipamentos - Alemanha), Crown Holdings (Embalagens - EUA), DAF (Automobilística/Caminhões - Holanda), Makita (Ferramentas - Japão), Masisa (MDF e Painéis para Construção Civil - Chile e EUA), Tafibrás (Painéis de Madeira - Chile),

Tetra Pak (Embalagens - Suécia), THK (Autopeças - Japão), Winner Chemical (Produtos Químicos - Alemanha) e Wuth (Lubrificantes - Alemanha) - 2010.

Pontal do Paraná: Subsea 7 (Tubulações para Petróleo - Noruega) e Techint Engenharia e Construção (Plataformas Marítimas - Itália).

São José dos Pinhais: Aksys - FPK do Brasil (Componentes Automotivos - Espanha), Argo Spa/Landini (Tratores - Itália), Audi (Automóveis - Alemanha), Briggs & Stratton (Motores, Bombas e Geradores - EUA), Brose (Autopeças - Alemanha), General Mechanical Equipamentos (Automação Industrial - Itália), JTEKT (Autopeças - Japão), Nissan (Automobilística - Japão), Renault (Automobilística - França), Tremec (Autopeças - México) e Volkswagen (Automobilística - Alemanha).

São Pedro do Ivaí e Marinalva: Renuka do Brasil (Açúcar, Alcool e Bicomcombustíveis - Índia) e Shree Renuka Sugars (Açúcar, Alcool e Bicomcombustíveis - Índia) 2009.

Os investimentos relacionados acima podem ser verificados no anexo II. A partir da observação do anexo II é possível perceber uma grande concentração de países europeus como investidores no Paraná. Parte considerável destes anúncios de IDE até 2007 se referem a reinvestimentos de empresas já instaladas, principalmente na capital do estado e região metropolitana. Observa-se ainda a influência dos reinvestimentos ligados à indústria automobilística na região no início do período.

A partir de 2008 é notado um maior número de novos empreendimentos em direção ao interior do estado. Estes tem maior vinculação prioritariamente ao setor primário, quer como receptor de matéria prima para processamento, que no fornecimento de insumos para a produção agrícola ou animal.

Observa-se que no início do período em análise vários investimentos visavam não só o mercado interno, mas a exportação do excedente da produção. Com o decorrer do tempo, principalmente após 2008, os investimentos se destinam ao atendimento do mercado interno.

No tópico a seguir será verificada a legislação pertinente às políticas públicas estaduais de industrialização, a fim de detectar sua influência ou relevância na realização dos IDEs no período.

4.3.2 Políticas Públicas de Industrialização no Paraná

Após a verificação da ocorrência do IDE no Paraná em suas características gerais e a distribuição dos anúncios de investimentos externos nos municípios do estado será visto as políticas públicas estaduais objetivando a verificação da influência destas no comportamento ou atração do IDE ao Estado.

Em 01 de janeiro de 2003 retorna ao governo do estado do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva, sob a bandeira do PMDB. Neste mesmo ano, no dia 18 de junho é publicado o decreto 1.465/2003, estabelecendo o "Programa Bom Emprego", com cláusulas semelhantes às do "Programa Mais Empregos" desenvolvido no governo anterior. Este programa concede carência no pagamento do ICMS de 48 meses para novos investimentos ou ampliação da produção para as plantas já existentes no estado. Como no caso do programa anterior, os incentivos destinam-se somente ao setor industrial. (FAZENDA-PR, 2015; CASA CIVIL DO PARANÁ, 2015).

Apesar das semelhanças entre o "Programa Bom Emprego" com o "Paraná Mais Empregos", verifica-se algumas alterações em relação aos grupos de municípios beneficiários e percentuais de prorrogação dos pagamentos de ICMS, a título de empréstimos. Estes variam de 50% a 90% de acordo com o município. O percentual de incentivo vai decrescendo de acordo com o aumento do tamanho dos municípios. Quanto maior o município, menores os incentivos. Observa-se a tentativa de deslocar as novas plantas industriais para os municípios menores. O tamanho da planta, contudo, não é limitado. (FAZENDA-PR, 2015)

O percentual inicial de prorrogação de 50% do ICMS é concedido a um grupo de municípios de maior porte, sendo eles: Campina Grande do Sul, Campo Largo, Cascavel, Colombo, Londrina, Maringá, Pinhais, Piraquara, Ponta Grossa e Quatro Barras.

Os municípios de médio porte podem prorrogar até 70% do imposto. Este grupo é composto por: Apucarana, Arapongas, Cambé, Campo Mourão, Fazenda Rio Grande, Francisco Beltrão, Guarapuava, Paranavaí, Pato Branco, Sarandi, Telêmaco Borba, Toledo e Umuarama. Os demais municípios podem prorrogar em até 90%.

Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais se valem dos benefícios somente nos casos de fabricação de produtos sem similar³² no estado, pois este incentivo é concedido às empresas que se instalarem em qualquer município do estado. Neste caso, não há um incentivo específico à instalação de plantas industriais nestes municípios, eles apenas são tratados como os demais.

Dois outros decretos promulgados em 2003 afetam a atividade industrial, o 949/2003 e o 950/2003. O primeiro reduz o ICMS de 18% para 12% nas operações comerciais realizadas entre as empresas do Paraná, aumentando a competitividade e as vendas das empresas do estado. Como consequência dessa legislação as compras de insumos internos passaram de 43% para 48%³³.

O decreto 950/2003 beneficia as importações de bens de capital e de insumos, componentes, peças e partes, quando realizadas através de portos ou aeroportos paranaenses, com parcelamento em 48 vezes do pagamento de ICMS no momento do desembarço aduaneiro.(FAZENDA-PR, 2015).

O decreto 6.144/2006 beneficia as empresas que importam ativos permanentes ou mercadorias pelos portos de Paranaguá ou Antonina, com concessão de crédito de 75% do ICMS, pagáveis no momento da exportação ou da remessa de mercadorias para outros estados.(FAZENDA-PR, 2015).

Os incentivos não se limitaram somente às indústrias. A Lei nº 58/2005 estabelece redução do ISS para 2% às empresas que se instalarem em alguns segmentos selecionados, dentre eles as atividades de centrais de atendimento como *Call Centers* e assistência técnica remota. A Lei nº 69/2008, neste mesmo sentido, estende o benefício para empresas de setores estratégicos e de alta tecnologia. Ela pode ter influenciado na decisão de investimentos do HSBC (Inglaterra) na criação do seu centro de tecnologia no estado, visando atender o mercado externo, e da Atos Origin (Grupo Europeu), na produção de software, e os *call centres* da ASK (Colômbia) e Portugal Telecon (Portugal). A influência da legislação em relação aos serviços pode se dar de forma indireta, no desenvolvimento de atividades de apoio às empresas, ou como reflexo do próprio desenvolvimento econômico do estado

³² O programa considera ausência de similar a não manifestação expressa de um estabelecimento fabricante paranaense à Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo máximo de até quinze dias a partir da data da publicação do edital no Diário Oficial do Estado.

³³ Dados da Agência Curitiba (2014)

influenciado pelas novas plantas industriais, no entanto não será verificada esta legislação por estar fora do foco principal da pesquisa.(FAZENDA-PR, 2015)

Em 2007, com a recondução de Roberto Requião (PMDB) ao governo do estado, novos decretos são publicados, prorrogando as concessões anteriores. O decreto 279/2007 restabelece as práticas de forma similar ao decreto 950/2003. O decreto 1.190/2007 regulamenta a Lei 15.562/2007, que concede isenção e/ou redução do ICMS nas operações das micros e pequenas empresas enquadradas no "Simples" nacional, criando-se 16 faixas de redução de alíquotas para microempresas e empresas de pequeno porte com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 2,4 milhões. Em 2008, através do decreto 16.016/2008, é reduzida a alíquota do ICMS de cerca de 95 mil produtos chamados de "consumo salário" de 25% para 18%. Este estímulo veio no sentido de fomentar a economia local, reduzindo a pressão da contração do mercado paranaense provocada pela crise mundial de 2008.(FAZENDA-PR, 2015).

Em 2011, com a troca de governo e de partido político no governo do estado, que passa agora para o PSDB com Carlos Alberto Richa, é promulgado o decreto no seu primeiro ano de governo, sob número 630/2011, criando uma nova legislação de incentivos à industrialização, o qual recebe o nome de “Programa Paraná Competitivo”. Seus objetivos são especificados da seguinte forma em seu Artigo primeiro:

objetiva atrair novos investimentos, gerar emprego e renda, promover a descentralização regional e a preservação ambiental, pela indução do desenvolvimento industrial do Estado, e se destina a estabelecimento industrial, sediado ou que venha a se instalar no território paranaense, que realizar investimento permanente. (Decreto 630/2011, artigo 1º).

Percebe-se, como nos programas anteriores, a preocupação com o segmento industrial e com a geração de emprego e renda à população do Paraná. Sua política permanece concedendo incentivos na forma de parcelamento do ICMS incremental e concessões de crédito para obras de infra estrutura para as empresas instaladas ou que pretendem se instalar no Paraná.

As tabelas 26 e 27 a seguir apresentam o número dos investimentos realizados no período e a porcentagem que representam nos períodos de 2003 a 2007, de 2008 a 2010 e de 2011 a 2013.

O período de 2003 a 2007 é influenciado pela nova legislação que beneficia em maior medida os investimentos no interior do estado. Os anos de 2008 a 2010 é fortemente influenciado pela crise internacional nos países desenvolvidos e o período de 2011 a 2013 é influenciado por um novo governo e nova legislação vista na sequência do desenvolvimento desta pesquisa.

Os municípios na tabela 26 são divididos de acordo com o decreto 1.465/2003 que estabelece o “Programa Bom Emprego”, facilitando assim a verificação da influência da legislação em relação aos investimentos. O grupo dos municípios grandes é composto por Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais. O grupo médio superior é composto pelos municípios médios da região metropolitana de Curitiba, além de Londrina e Maringá. O grupo médio inferior conta com vários municípios médios do interior do estado, estando o restante incluído nos municípios pequenos e/ou baixo nível de industrialização.

TABELA 26 - INVESTIMENTOS ANUNCIADOS DE 2003 A 2013

Município / Período	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Pequeno	0	1	0	1	2	4	1	2	3	2	1
Médio Inferior	0	1	0	0	0	2	1	1	3	0	4
Médio Superior	2	1	1	2	3	6	5	8	9	1	2
Grande	8	5	0	6	10	12	5	9	10	4	5
Total	10	8	1	9	15	24	12	20	25	7	12

FONTE: IPARDES, 2003 A 2013 - SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Percebe-se a partir da tabulação do número de anúncios de investimentos realizados pelas empresas com origem no capital externo uma tendência de interiorização ao estado, conforme relatado anteriormente a partir da observação dos dados dispostos no anexo II.

Após a distribuição dos anúncios de IDE por grupo e em porcentagem de participação no tempo, conforme tabela 27, a observação da interiorização fica mais evidente. Os pequenos municípios, predominantemente localizados no interior do estado detinham apenas 9,3% dos anúncios, passando para 12,05% de 2008 a 2010 e 13,63% de 2011 a 2013. Observa-se também um aumento de participação dos

municípios médios inferiores, que passam de 2,3% dos anúncios de 2003 a 2007 para 7,14% de 2008 a 2010 e 15,9% de 2011 a 2013.

Em relação aos municípios médios superior a tendência primeiramente é de crescimento e depois de redução na participação, e a dos municípios de grande porte a tendência é de redução nos períodos analisados.

TABELA 27 - PORCENTAGEM DOS INVESTIMENTOS ANUNCIADOS POR PERÍODOS DE 2003 A 2013

Município / Período	2003 a 2007	2008 a 2010	2011 a 2013
Pequeno	9,30	12,50	13,63
Médio Inferior	2,33	7,14	15,90
Médio Superior	20,93	33,93	27,27
Grande	67,44	46,43	43,20

FONTE: IPARDES, 2003 A 2013.

Pode-se observar portando a influência da legislação no movimento do IDE no estado. Ocorre crescimento significativo de participação no número de anúncios de IDE nos dois grupos que representam os menores municípios, com instabilidade no grupo dos municípios médios superior e clara redução em relação aos maiores municípios.

Cabe, no entanto, as observações de Saboia (2011), na verificação do deslocamento da indústria das capitais para o interior do estado como tendência nacional. A legislação, contudo, vem no sentido de acelerar este processo, que ocorre de forma escalonada no tempo. Nos períodos seguintes não somente são contados os novos investimentos, mas os reinvestimentos realizados pelas empresas instaladas em períodos anteriores, consolidando as tendências observadas na tabela 26 e 27.

Segue-se o tópico referente ao cenário nacional e internacional.

4.3.3 Cenário Nacional e Internacional

Após a verificação da legislação de incentivo ao investimento industrial no cenário estadual será visto o cenário nacional e internacional e as influências destes em relação ao IDE do Paraná no período de 2003 a 2013.

A economia Brasileira foi marcada em 2003 pela mudança na presidência da república, com a saída de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A eleição do novo governo demonstrou o desejo de mudanças pela população.

Embora o programa de governo do presidente Lula e sua equipe pareça ser simplesmente uma continuidade da política econômica desenvolvida no governo de Fernando Henrique, e seguir as recomendações do Banco Mundial, não alterando as regras do jogo, e agindo com toda cautela para não romper as linhas de governo, ele apresenta características diferentes do programa anterior, gerando, portanto, resultados diferentes. O ímpeto das políticas neoliberais e da redução do tamanho do estado na economia adotadas no período anterior não encontrou mais significativo apoio. Moraes e Saad Filho (2011) destacam que estas medidas de política econômica foram introduzidas de forma a complementar as políticas macroeconômicas vigentes no governo anterior, e não em sua substituição. Estas mudanças são consideradas como inflexão e não como novas políticas econômicas. Para os autores:

O sentido mais amplo das mudanças foi dar ativismo ao Estado no domínio econômico, principalmente (a) no fomento à produção via financiamento de capital e investimentos públicos em infraestrutura; (b) na expansão do mercado de consumo de massa via programas de transferência de renda, elevação do salário mínimo e do crédito ao consumo; e (c) apoio à formação de grandes empresas brasileiras, transformando-as em agentes competitivos frente às multinacionais, tanto no mercado interno quanto no mercado internacional via crédito e outros incentivos regulatórios para aquisições e fusões, e também via apoio diplomático em especial nas relações Sul-Sul. (MORAES e SAAD FILHO, 2011, p. 520).

O governo Lula se preocupou com a formação de um estado forte, como pré-condição para um desenvolvimento com equidade social. O desenvolvimento não se daria apenas com as leis de mercado. Era preciso que o estado implementasse estratégias nacionais de desenvolvimento voltado para a superação da distância

entre o país e as economias capitalistas desenvolvidas, estabelecendo uma política híbrida. O estado viria a ser o agente capaz de regular o mercado de modo a garantir a estabilidade macro-econômica e monetária que induziria ao crescimento da riqueza. (MORAES e SAAD FILHO, 2011).

No cenário internacional as tensões geopolítica do período seguinte ao 11 de setembro 2001 trouxeram a sensação de que poderíamos estar entrando em uma nova onda de instabilidade mundial, mas, apesar da contração da renda e do comércio entre os anos de 2001 e 2003, o mundo não experimentou nenhuma crise sistêmica. Em 2003 a economia internacional já demonstrava estar em uma trajetória de sólida recuperação. Em 2004 a economia mundial já havia se recuperado de acordo com a taxa histórica de crescimento anterior. (Cunha *et al.*, 2007; BANCO MUNDIAL, 2013).

Observa-se na tabela 28 o crescimento do Fluxo Mundial de IDE. Para Cunha et al (2007) vários fatores contribuíram para a melhoria do IDE no cenário mundial como: elevado crescimento da economia mundial e de forma generalizada, forte expansão do comércio internacional, abundante liquidez financeira com perspectiva de elevados *déficits* dos EUA, ambiente global de baixa taxa de juros reais e elevação dos preços nos diversos ativos financeiros como imóveis, ações e *commodities*.

Na economia brasileira um dos entraves para o crescimento econômico brasileiro no período anterior foi as suas contas externas. À medida que a economia brasileira crescia, aumentava a pressão pelas importações, levando a um desequilíbrio na Balança Comercial. Para Carcanholo (2010) vários fatores no cenário internacional e nacional contribuíram para a minimização deste fator, dentre eles a recuperação das exportações devido à desvalorização do câmbio por causa das incertezas do processo eleitoral de 2002, somados à desvalorização da crise de 1999, a volta do crescimento da economia mundial permitindo o aumento das exportações, a alta do preço das *commodities*, a alta da liquidez internacional levando a uma baixa nos juros internacionais.

O aumento da liquidez nos EUA e o aquecimento da economia trouxeram reflexos para a economia mundial, influenciando o crescimento do IDE internacional. O ano de 2003 apresenta um fluxo de investimentos na ordem de US\$ 604 bilhões, com crescimento contínuo até 2007 quando bate o recorde histórico com fluxo de

US\$ 2 trilhões. O IDE mais que dobra num prazo de apenas três anos, demonstrando sua grande performance.

Este cenário internacional favorável permitiu a retomada do crescimento do Brasil em 2004, com aumento do PIB em 5,71%. O crescimento fez com que as autoridades econômicas ganhassem confiança quanto à utilização da política econômica. (BRESSER PEREIRA e GOMES, 2009).

No ano de 2005 o PIB cresceu 3,16%, em 2006 3,96% e em 2007 6,09%. Neste período há um aumento significativo da participação dos países desenvolvidos no fluxo total de IDE. Em 2003 eles representavam 56% da participação do recebimento total dos recursos passando para 66% em 2007, conforme tabela a seguir.

TABELA 28 - FLUXO DE IDE MUNDIAL, PAÍSES DESENVOLVIDOS, EM DESENVOLVIMENTO E BRASIL DE 2003 A 2013

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
IDE Mundial	604	737	997	1.481	2.001	1.819	1.221	1.422	1.700	1.330	1.452
Países Desenvolv (%)	33	424	623	988	1.32	1.03	618	703	880	516	566
	56	57	63	67	66	57	51	49	52	39	39
Países em Desenvolv (%)	19	285	341	432	591	669	533	648	725	729	778
	33	39	34	29	29	37	44	45	42	55	54
Brasil (%)	10,1	18,14	15,06	18,82	34,58	45,06	25,94	48,50	66,66	65,27	64,04
	1,67	2,46	1,51	1,27	1,72	2,47	2,12	3,41	3,92	4,90	4,41

FONTE: UNCTAD, 2014. EM US\$ BILHÕES - VALORES ATUALIZADOS DEZ/2014³⁴. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

No Brasil, em 2003, é observado um fluxo de IDE de US\$ 10,14 bilhões, menor valor desde 1995. O ano de 2004 inicia uma nova fase de crescimento, que vai até 2011, com manutenção em níveis elevados até o final do período em 2013 e uma interrupção em 2009, ano seguinte à crise internacional. Percebe-se um aumento de participação mundial do Brasil durante o período. Em 2003 o país detinha 1,67% dos investimentos mundiais, passando para 4,90% em 2012 e 4,41% em 2013.

³⁴A somatória de países desenvolvidos e em desenvolvimento não totaliza o investimento mundial devido ao grupo dos países não desenvolvidos ou em "economias em transição" não relacionadas na tabela 27 e 28.

Em relação ao estoque mundial, pode-se verificar um crescimento contínuo durante o período de 2003 a 2013. Apesar de perderem participação no fluxo de capitais nota-se um crescimento da participação dos países em desenvolvimento (tabela 29).

TABELA 29 - ESTOQUE DE IDE MUNDIAL, PAÍSES DESENVOLVIDOS, EM DESENVOLVIMENTO E BRASIL DE 2003 A 2013

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
IDE Mundial	9.562	11.29	11.739	14.495	18.136	15.679	18.427	20.370	21.117	23.304	25.46
Países Desenvolv (%)	77	77	74	73	71	70	68	64	64	62	63
Países em Des. (%)	22	22	24	24	26	28	29	32	33	34	33
Brasil (%)	1,38	1,42	1,54	1,52	1,70	1,83	2,17	3,34	3,29	3,20	2,84

FONTE: UNCTAD, 2014. EM US\$ BILHÕES - VALORES ATUALIZADOS DEZ/2014. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

O cenário mundial dominante de 2003 a 2007 foi de um ambiente de taxas de juros excessivamente baixas, e condições financeiras acomodáticas, com forte crescimento da alavancagem nas economias desenvolvidas, que contavam com inovações financeiras que em tese reduziram os riscos. As instituições financeiras passaram a operar com mais tolerância ao risco na busca por retornos elevados, incluindo segmentos com fundamentos de crédito mais frágeis, o que levou à crise conhecida como "sub-prime" de junho de 2007. (MESQUITA e TORÓS, 2010).

O IDE entre 2003 e 2007 foi influenciado por um mundo em crescimento e estável até meados de 2007, com processos de liberação comercial em curso na busca de investimentos, somados à estratégia de internacionalização realizada em grande escala por empresas transnacionais, elevada liquidez e forte captação de recursos para investimento. (UNCTAD, 2009a; MESQUITA e TORÓS, 2010). Como resultado tem-se o recorde mundial histórico de IDE em 2007.

Observa-se que o IDE brasileiro até 2007 acompanha não só tendência mundial de crescimento em volume, mas ganha em participação.

Em relação aos setores econômicos, de acordo com os dados disponíveis do BACEN (2010) descritos na tabela 30, observa-se de 2003a 2007 um forte crescimento em percentual no setor primário (234%). O setor secundário Também cresce significativamente (170%). Seu índice percentual é menor que o primário, no entanto em volume ele representa um aumento de R\$ 7,66 bilhões. As razões para

este dinamismo podem ser encontradas na retomada do crescimento do país, impulsionada pelo aumento da demanda interna promovida no governo Lula.

O setor terciário é o que apresenta o maior crescimento em volume, seguindo a tendência histórica brasileira e mundial. Sua taxa de crescimento de 139,8% situa-se abaixo do setor primário e secundário, no entanto pode ser considerado relevante pelo volume, que passa de US\$ 6,9 bilhões para US\$ 16,55 bilhões, ou US\$ 9,65 bilhões de aumento.

TABELA 30 - FLUXO DE IDE NO BRASIL POR SETOR DE 2003 A 2007

Setor/Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Primário	1,49	1,07	2,19	1,36	4,98
Secundário	4,50	10,70	6,40	8,74	12,16
Terciário	6,90	8,48	12,9	12,12	16,55

FONTE: BACEN (2010). EM US\$ BILHÕES. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Os principais fatores motivadores que contribuíram com o fluxo de IDE no Brasil foi a busca do mercado interno, nas indústrias automotiva, de alimentos, telecomunicação, finanças e comércio atacadista. (PAIVA, 2010).

4.3.3.1 Influências da Crise Internacional de 2008 no Comportamento do IDE

O ano de 2008 foi marcado pelo desenvolvimento da crise mundial iniciada em 2007, deixando suas primeiras marcas já no início de 2008. A instabilidade financeira desencadeada pela crise do sub-prime nos EUA em 2007 levou à deteriorização dos investimentos durante o primeiro semestre de 2008. No início de 2008 ocorre queda em relação às fusões e aquisições, reduzindo o fluxo de IDE internacional (UNCTAD, 2009). O aumento contínuo do fluxo de IDE observado desde 2003, sofre uma brusca interrupção nos anos seguintes, como descrito na tabela 28.

O PIB mundial passa de 3,94% do ano de 2007 para 1,5% em 2008 e alcança o fundo da crise com crescimento negativo de 2,05% em 2009, recuperando-se só em 2010 com crescimento de 4,22%. Sua estabilização se dá somente a partir de 2011 quando cresce 3,8%. (Dados do BANCO MUNDIAL, 2013).

A crise de 2008 levou à queda no crescimento econômico nos EUA e se espalhou principalmente pelos países desenvolvidos, ocasionando a redução dos lucros das companhias, e a necessidade de repatriação do capital para compensar

essas baixas, o que explica a redução do valor dos estoques globais de IDE naquele ano, como medida de curto prazo. Os impactos no fluxo de IDE foram diferenciados, de acordo com os grupos de países. As maiores reduções em 2008 se deram na Europa, Japão e Oeste da Ásia. Os EUA, epicentro da crise, teve seu fluxo aumentado, devido à transferência de recursos externos para socorro das filiais no país. Somando-se a este movimento abriu-se uma nova oportunidade de aquisição de firmas locais por empresas estrangeiras. (UNCTAD, 2009).

Com a crise há uma queda de mais de 9% do fluxo de IDE mundial já no ano de 2008. O valor observado em 2009 é mais de 39% inferior ao de 2007. Ele sofre uma redução de US\$ 780 bilhões em relação ao alcançado no período pré-crise. Em 2010 e 2011, no entanto, já se observa uma recuperação dos investimentos externos mundiais.

O valor do fluxo do IDE em 2011 ainda é menor que o observado nos anos de 2007 e 2008. De 2009 para 2010 é apresentado um crescimento de 9,28%. O ritmo de recuperação aumenta de 2010 para 2011, com 16,45% de crescimento. Verifica-se grandes diferenças entre os grupos de países, conforme tabela 28. O bloco dos países desenvolvidos cresce menos do que o bloco dos países em desenvolvimento ou emergentes, os quais passam a ser os principais responsáveis pela retomada no recebimento do fluxo de IDE. O Brasil é beneficiado por este crescimento, inclusive superando o nível pré-crise.

A crise de 2008, diferentemente das ocorridas nos anos de 1994 (mexicana), 1997 (asiática), 1998 (russa) e 1999 (brasileira), atinge agora os países desenvolvidos. Este fato faz com que a estrutura de distribuição dos investimentos internacional sofra alterações na sua distribuição. Pode-se notar o significativo ganho de participação no fluxo de IDE dos países em desenvolvimento no período, passando de 26% no pré-crise para 33/34% no pós-crise. No início da década de 2000 os países em desenvolvimento recebiam apenas 18% do IDE mundial, chegando a 55% em 2012. Pela primeira vez na história os países em desenvolvimento ultrapassaram o valor recebido pelos países desenvolvidos. Considerando os anos de 2003 e 2013, o IDE destinado a países desenvolvidos teve um crescimento de 67%, enquanto nos países em desenvolvimento este índice foi de mais de 295%. No Brasil o crescimento foi de 531%, significativamente maior que o crescimento mundial. Em relação ao estoque, tem-se um crescimento de 119%

nos países desenvolvidos, 307% nos em desenvolvimento, e 448% no Brasil. O país não só acompanhou o crescimento mundial como superou seus índices.

Para Sarti *et al.*(2011) o IDE neste período busca a redução de custos para manter a competitividade das empresas e o mercado interno dos países recebedores.

Sarti *et al.*(2011) observa que, ainda em 2011, a crise de 2008 tem exercido seus impactos nos investimentos das economias dos EUA e Europa. As dívidas Grega, Espanhola, Portuguesa, Irlandesa e Italiana influenciaram negativamente a economia da região do Euro. A dívida tem levado à condução de políticas fiscais mais contracionistas, influenciando no crescimento do PIB e no IDE. O montante recebido pela Europa em 2010 foi apenas 34% do fluxo de 2007.

O baixo crescimento econômico europeu, com perspectiva de retração em alguns países, em função de suas dívidas e da austeridade fiscal para contorná-la, gerou queda na demanda interna e grande desestímulo ao investimento direto na zona do euro.

Entre os países em desenvolvimento o cenário é diferente do observado na Europa e EUA. Há um maior dinamismo das suas economias. Suas dívidas públicas geralmente são menores, e possuem mercados internos em expansão. Este cenário faz com que se tornem mais atrativos ao IDE. Devido às limitações de investimentos nos países desenvolvidos, principalmente nos europeus, os países em desenvolvimento surgem como opção ao investimento externo, em especial o Brasil.

Considerando o estoque de IDE na década, demonstrado na tabela 29, pode-se verificar um aumento do estoque global de forma contínua com ganho de participação dos países em desenvolvimento com a crise. Em 2003 o estoque de IDE dos países desenvolvidos era 3,5 vezes maior o dos países em desenvolvimento. No ano de 2013 esta relação cai para 1,9, demonstrando um grande ganho de participação no estoque mundial, por parte dos países em desenvolvimento. A participação do Brasil, embora pequena, mais que dobra, passando de 1,38% para 2,84%.

A situação brasileira frente à crise foi relativamente confortável, diferentemente do que ocorre com países asiáticos, onde o peso das exportações na economia é significativo e têm como seus principais mercados a Europa e os

Estados Unidos. Esta diferenciação levou ao país a manter seu mercado interno aquecido, recebendo maior volume de IDE.

Em 2005 os EUA é principal investidor no Brasil, com destaque no setor secundário, de fabricação e montagem de veículos e produtos químicos. Os Países Baixos, Espanha e México, ocupantes da 2ª, 3ª e 4ª posição destinam seus investimentos prioritariamente no setor terciário, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

TABELA 31- 10 MAIORES INVESTIDORES NO BRASIL - ESTOQUE 2005

País	Estoque	Principais Atividades de Investimento
Estados Unidos	27.096.546	Fabricação e Montagem de Veículos Fabricação de Produtos Químicos Intermediação Financeira
Países Baixos	27.012.259	Correios e Telecomunicações Intermediação Financeira Serviços Prestados a Empresas
Espanha	17.588.919	Correios e Telecomunicações Intermediação Financeira Fabricação de Produtos Químicos
México	15.050.777	Correios e Telecomunicações Demais atividades sem muita significação
França	12.238.007	Transporte e Viagens Fabricação e Montagem de Veículos Fabricação de Produtos Químicos
Alemanha	7.250.882	Fabricação e Montagem de Veículos Fabricação de Produtos Químicos Intermediação Financeira
Canadá	6.690.029	Com. de Varejo e Reparação de Objetos Prestação de Serviços a Empresas Fabricação de Produtos Alimentícios
Itália	4.181.269	Fabricação e Montagem de Veículos Prestação de Serviços a Empresas Eletricidade, Gás e Água Quente
Reino Unido	3.491.377	Intermediação Financeira Prestação de Serviços a Empresas Fabricação de Produtos Químicos
Japão	3.261.433	Fabricação e Montagem de Veículos Extração de Minerais Metálicos Fabricação de Máq. e Aparelhos Elétricos

FONTE: BACEN, 2005. EM US\$. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Considerando o estoque de IDE em 2010, conforme demonstrado na tabela 32, os Estados Unidos continuam na liderança dos investimentos no Brasil. Os Países Baixos que detinham a terceira posição em 2000 e a segunda em 2005, caem para a décima posição em 2010. A Bélgica sobe da 18ª colocação em 2000 para 3ª em 2010 e Portugal deixa a lista dos 10 maiores investidores para ocupar a 17ª posição, com estoque de investimento de apenas US\$ 7,2 bilhões. Dos 10

maiores investidores, considerando os estoques, 7 continuam sendo países da Europa.

TABELA 32 - 10 MAIORES INVESTIDORES NO BRASIL - ESTOQUE 2010

País	Estoque	Grupo de Atividades de Investimento ³⁵
Estados Unidos	109.700	Indústria de Transformação Ativid Financeiras de Seguros e Serviços Relacionados Eletricidade e Gás
Espanha	85.421	Ativid Financeiras de Seguros e Serviços Relacionados Informação e Comunicação Indústrias Extrativas
Bélgica	50.342	Indústria de Transformação
Reino Unido	41.635	Indústria de Transformação Indústria Extrativa Ativid Financeiras de Seguros e Serviços Relacionados
França	30.674	Indústria de Transformação Comércio, Reparação de Veículos Automot. e Motocicl. Ativid Financeiras de Seguros e Serviços Relacionados
Alemanha	30 350	Indústria de Transformação Ativid Financeiras de Seguros e Serviços Relacionados Comércio, Reparação de Veículos Automot. e Motocicl
Japão	29.004	Indústria de Transformação Indústria Extrativa Ativid Financeiras de Seguros e Serviços Relacionados
Itália	18.235	Informação e Comunicação Indústria de Transformação Eletricidade e Gás
México	15.684	Informação e Comunicação Indústria de Transformação
Países Baixos	14.868	Indústria de Transformação Ativid Financeiras de Seguros e Serviços Relacionados Comércio, Reparação de Veículos Automot. e Motocicl

FONTE BACEN (2010). EM US\$ MIL. VALOR DE MERCADO. EXCLUÍDO OS PARAÍSOIS FISCAIS. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Percebe-se no cenário internacional um forte crescimento do IDE, em especial para os países desenvolvidos até 2007 e a favor dos países em desenvolvimento a partir da crise internacional de 2008. Não só a tendência de crescimento é observada até 2007, mas também a reversão da tendência de investimentos externo dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento beneficiando o fluxo de IDE em direção ao Brasil.

³⁵ O BACEN alterou no censo de 2010 a metodologia seguida nos levantamentos anteriores. As atividades econômicas foram agrupadas em grandes grupos. Foi adicionado no levantamento o conceito de investidores imediatos, que participa diretamente no capital da empresa investida, mas não controla a empresa. O conceito adotado na tabela, no entanto, segue o conceito de Investidor Final adotado anteriormente, representado o país proprietário da empresa investidora que ocupa o topo da cadeia de empresas. É relacionado para a Bélgica apenas um grupo de atividades principais e para o México dois pois os demais grupos não são significantivos.

No cenário nacional a redução do ímpeto das políticas neoliberais permite ao estado a intervenção na economia. Sua atuação na distribuição de renda leva ao aumento da demanda, que puxa taxa de crescimento do PIB. Esta configuração é justamente o fator de atração do IDE internacional.

Frente a este cenário observa-se uma elevação tanto do fluxo de IDE em direção ao Brasil, quanto do estoque, com ganho de participação do país nos dois indicadores. O setor secundário, objeto desta análise apresenta forte crescimento. Dentre os países tem-se os EUA como principal investidor.

Os censos do período apresentam informações restritas aos estados. É possível, contudo notar que ao contrário do Brasil, os EUA não assume a posição de principal investidor, diferenciando o Paraná do cenário nacional. Sua predominância continua se fortalecendo a partir de países investidores europeus e latino americanos.

Percebe-se que no início do período vários dos IDEs objetivavam as vantagens da produção no Paraná, exportando parte de sua produção. Em um segundo momento, esta estratégia deixa de ser notada. Observa-se como foco principal dos IDEs a busca do mercado interno. Frente a estas verificações percebe-se a influência do cenário internacional e nacional no favorecimento da elevação do IDE no Paraná.

É importante considerar entretanto que estes cenários favoráveis aos investimentos não atuam no sentido da escolha ou definição da unidade da federação que estes são realizados.

5 CONCLUSÃO

Os trabalhos produzidos sobre o IDE no Brasil não dão conta da análise ou das considerações sobre o fluxo de IDE em direção aos diferentes estados brasileiros. O tema é tratado considerando o conjunto das unidades federação, sem diferenciá-los. Esta forma de pesquisa pode induzir ao leitor a pensar ou concluir que o movimento dos Investimentos Diretos Externos ocorreram historicamente de forma igualitária entre os diversos estados brasileiros. O que se tem, a partir desta abordagem nacional, é apenas um reflexo do que predominou nos estados do sudeste do país. Não se pode adotar estes estudos como padrão para o restante do país. O presente estudo revela estas distorções.

Tem-se como exemplo o estado do Paraná, que recebe os primeiros IDEs somente no início do século XX, isto é, de forma tardia e não se perpetuando no tempo. Os primeiros registros significativos no estado são vistos somente em 1906 e se esgotam em 1916 (Brazil Railway Company) e no segundo caso de 1922 a 1944 (Brazil Plantations Syndicate Ltd / Cia de Terras Norte do Paraná), enquanto no Brasil há registros de IDE desde a segunda metade do século XIX, atraídos pelas condições econômicas verificadas predominantemente na economia cafeeira de São Paulo e fruto dos interesses crescentes do capital internacional em especial a partir da década de 1870. Com exceção dos IDEs realizados pela "Southern Brazil Lumber & Colonization" subsidiária da "Brazil Railway" na indústria madeireira os investimentos não contemplam o segmento industrial.

No Brasil, principalmente após 1956 com a elaboração e execução do Plano de Metas o IDE é visto como fator importante de financiamento da industrialização e do desenvolvimento. No Paraná, no entanto, impera a defesa do capital privado e público estadual como indutor do desenvolvimento local. Há um temor que o capital externo, não necessariamente o internacional, leve à fragmentação do território e à perda do poder econômico e político.

Frente a este receita verifica-se que o Paraná não compartilhou o momento histórico de desenvolvimento pelo qual o país passou, ausentando-se dos benefícios do fluxo de capitais externos captados pelo país no processo de industrialização. Sua economia permaneceu essencialmente agrícola. Percebe-se que o cenário

nacional e internacional favorável não exerceu influência na economia paranaense no sentido da alteração de seu plano de desenvolvimento em relação ao IDE, nem sequer no recebimento de IDE propriamente dito.

Não há constatação até 1973 de investimentos externos significativos na economia paranaense, apesar das políticas de incentivo ao IDE desenvolvidas pelo governo federal e cenário externo favorável. As primeiras observações de IDEs na área industrial são verificadas com a criação da CIC.

Ao se pesquisar os aspectos históricos do Paraná nota-se que com a mudança do regime político em 1964, onde se instala o militarismo, ocorre um alinhamento das políticas de desenvolvimento estaduais com as nacionais, obrigando o estado a retirar o tratamento discriminatório em relação ao capital não estadual. Neste momento já se observava forças políticas atuando no sentido da promoção da industrialização do estado pela via do capital externo, visto que o capital estadual baseado de forma geral na pequena planta produtiva não poderia competir com o capital de fora do estado, restando a opção de um projeto de desenvolvimento econômico não concorrencial à produção da indústria nacional e vinculado ao capital internacional.

O desenvolvimento industrial paranaense não deveria mais ocorrer de forma concorrencial com o restante do país, mas de forma integrada segundo sua vocação regional.

Ao se pesquisar a criação da CIC desde sua concepção até sua instalação nota-se em 1966 as primeiras iniciativas concretas de planejamento da Cidade Industrial, tendo-se claro que a industrialização do Paraná passaria pela estratégia de atração de empresas multinacionais de elevado nível tecnológico e de alto valor agregado.

Para atração destas empresas foi implementado um conjunto de Políticas Públicas concedendo vários incentivos por parte do governo do estado e da prefeitura de Curitiba através do IPPUC e da URBS fornecendo apoio logístico e se articulando com instituições de financiamento, infraestrutura, burocráticas e fiscais do estado. As Políticas Públicas de atração ao capital externo foram bem sucedidas devido ao cenário mundial de alta liquidez internacional e crescente fluxo de IDE, bem como pelo cenário brasileiro favorável à industrialização e descentralização industrial.

Verifica-se que a atração das indústrias de capital externo ao Paraná na implantação da CIC em 1973 foi fruto de políticas públicas destinadas especificamente para este fim, exercendo impacto significativo na economia, com elevação da participação dos segmentos de metalurgia, mecânica, material elétrico, de comunicações e material de transporte, ampliando a escala de produção em boa parte dos segmentos, utilizando tecnologia mais avançada, resultando no aumento de produtividade e dos fluxos interindustriais no estado, formação de oligopólios e concentração industrial na região metropolitana de Curitiba.

Com a produção interna de máquinas, tratores, sementes selecionadas, esquemas sofisticados de financiamento e comercialização, observa-se um estreitamento da relação da agricultura com a indústria, alteração do tipo da atividade industrial no Paraná e mudança no próprio perfil do capital, que ganha em escala e se internacionaliza. A transformação nas relações entre a indústria e agropecuária gerou um processo virtuoso de Investimentos Externos.

No processo de concepção e execução do projeto de criação da CIC percebe-se a influência de um novo grupo político e ideológico na capital do estado, levando a um processo planejado e consciente de atração de grandes empresas de capital externo, com políticas ativas de marketing, divulgações em feiras internacionais e missões de negociações ao exterior, entre outros mecanismos, revelando empenho pessoal da própria equipe de elaboração do projeto também na sua execução.

Observa-se na década de 1970 um fluxo de IDE com tendências claramente favoráveis, tanto no cenário nacional quanto no internacional. O IDE internacional se multiplica por três e o nacional por seis, o que contribui para o sucesso na instalação de empresas de capital externo na CIC.

Percebe-se que com a mudança das políticas públicas municipais e estaduais no final da década de 70, há um estancamento do fluxo de novos Investimentos Diretos Externos. Este estancamento é reforçado pelo cenário internacional pouco favorável ao fluxo de IDE no início da década de 80 e pelas instabilidades econômicas internas até o ano de 1994.

Nos anos de 1980 o IDE no Brasil se mantém instável e em níveis reduzidos. A crise nacional afeta predominantemente a indústria. O Paraná, no entanto, tem parte da sua indústria originada no capital externo vinculada à produção agrícola apresentando um viés diferenciado. Apesar de não se verificar novos investimentos

com tanta intensidade como de 1973 a 1979, o processo de maturação e consolidação destes continua acontecendo. Trata-se de um processo tardio de industrialização do estado em relação ao Brasil. Este se encontra em fase de maturação seguindo ainda seu curso de desenvolvimento. A forte vinculação da economia paranaense à agricultura resulta em menores impactos em relação à crise industrial nacional.

Em relação ao mercado internacional observa-se a ocorrência de turbulências no IDE devido aos reflexos da segunda crise do petróleo e ajustes nas taxas de juros nos EUA, redirecionando o fluxo decapitais para seu mercado interno. Ao analisar o fluxo de capitais mundiais observa-se, contudo, que ele apresenta instabilidade somente na primeira metade da década. A década se inicia com um fluxo mundial de US\$ 54,11 bilhões chegando em 1985 a US\$ 56,99 bilhões. A segunda metade da década apresenta um elevado dinamismo, chegando em 1989 a US\$ 198,36 bilhões. Verifica-se que nem o Brasil, nem o Paraná foi influenciado por este cenário internacional favorável de IDE.

É observado no Paraná apenas três investimentos significativos na década de 80, sendo dois no ano de 1985, gestados e realizados em meio a turbulência internacional e outro em 1986 de pouca expressividade. Percebe-se assim a inexistência de novos IDEs no estado no momento em que o fluxo de IDE internacional apresenta um elevado dinamismo. O estado permanece indiferente ao movimento de retomada do IDE internacional. O cenário nacional parece predominar sobre o internacional em relação ao IDE do Paraná.

De 1980 a 1994 observa-se redução significativa no ritmo de instalação das empresas de capital externo na CIC. Ao se pesquisar os motivos no cenário estadual verifica-se o início do processo de consolidação da CIC. Não se tem mais uma política agressiva de busca das empresas internacionais. Em 1979 ocorre alterações nas políticas industriais da CIC, que deixam de estimular o ingresso do capital externo em benefício de um processo de reorganização geográfica industrial interna ao município e ao estado, focando seus esforços na geração de emprego e habitação. Esta motivação se dá pelo próprio contexto nacional de aumento de desemprego e migração interna do interior para a capital e região metropolitana. As políticas públicas estaduais voltam-se às questões sociais de emprego e habitação,

com incentivos às pequenas e médias empresas nacionais que atuam como fornecedoras das grandes empresas predominantemente internacionais.

Não só a retirada dos incentivos ao capital externo é notada, mas observa-se também a diferenciação entre o capital internacional e nacional, visto os incentivos aos investimentos internacionais somente se associados com empresas nacionais. Estas empresas-satélites são predominantemente de médio e pequeno porte, tendo como constituição básica o capital nacional.

Verifica-se que nem o Brasil, nem o Paraná foi beneficiado por este cenário internacional favorável de IDE. Neste período o fluxo de capitais em nível mundial voltou-se para os países desenvolvidos e com pouco risco. Percebe-se que a política paranaense não concedeu incentivos na redução ao risco. Os segmentos cujas empresas haviam se instalado, se encontravam em processo de exaustão (química e metal-mecânica).

Da mesma forma que no início da década de 1980, o início dos anos de 1990, também apresentam instabilidades no fluxo de IDE mundial, decrescendo consideravelmente em 1991. Sua retomada dá-se em seguida e ganha força na segunda metade da década, com valores passando de US\$ 343 bilhões em 1995 para mais de US\$ 1 trilhão em 1999. O estoque de IDE segue uma tendência mais estável, com crescimento constante e significativo na segunda parte da década. O aumento do IDE nos países em desenvolvimento é menos significativo, embora expressivo tanto no estoque quanto no fluxo de IDE. É justamente neste período de crescimento do IDE internacional que ocorre no Paraná a instalação das montadoras, desencadeando um segundo período de fluxo de IDE em direção ao estado.

De 1995 a 1999 o Paraná recebe as plantas da Renault, Volkswagen, Audi, Nissan e Chrysler, além de novos investimentos da Volvo já implantada na década de 1970. Percebe-se a vinda destas montadoras ao estado como fruto de políticas nacionais favoráveis aos investimentos na indústria automobilística e conjuntura internacional propícia à realização do IDE.

No cenário nacional o ingresso do capital externo era fator estratégico para a manutenção das reservas internacionais brasileiras, sendo desta forma apoiada pelo governo federal, o que favorecia as iniciativas do novo governo paranaense no recebimento de novas empresas externas, desnacionalização e privatização com

atração de capital externo. Verifica-se que as empresas privatizadas no Paraná não se deram de forma isolada, mas dentro das políticas econômicas e tendências nacionais.

As instituições do estado sofrem influências das políticas nacionais decorrentes da abertura comercial pela qual o país está passando, desencadeando um processo de vendas das empresas paranaenses e privatizações pela via do capital externo, contribuindo para o aumento do estoque de IDE. Apesar de um cenário internacional pouco favorável aos IDE em direção aos países em desenvolvimento, o Brasil se destaca em seu recebimento, influenciado, sobretudo, por este processo de privatizações e concessões públicas.

O processo de privatizações no Paraná, somente ocorre na segunda metade da década de 1990, e não é feito de forma completa, conforme política do governo nacional, atraindo assim menos recursos externos. O estado não consegue vender, por exemplo, a Copel, devido a pressões políticas e da população contrárias à privatização. O ingresso de IDE, contudo, é verificado com mais força que no restante do país em relação às vendas de empresas de capital privado local. Estas empresas, predominantemente vinculadas ao capital paranaense são incapazes de competir com o grande capital internacional e são vendidas pelos seus proprietários que temem o processo de abertura comercial e o enfrentamento do capital externo.

Observa-se o desenvolvimento de políticas federais de incentivo à modernização e melhoria da competitividade da indústria automobilística, defasada por vários anos sem investimento. Esta política estimulava ações de reestruturação e atração de novas companhias e marcas e mesmo a implantação de novas plantas industriais das marcas já existentes. Junto a este processo ocorre sua desconcentração em relação ao estado de São Paulo, como tendência nacional.

No cenário estadual observa-se que o mesmo grupo político que havia implementado as políticas de atração aos investimentos externos na CIC assume o governo. As políticas públicas desenvolvidas no Paraná se realinham às políticas nacionais, em especial em relação ao processo de abertura comercial e desestatização. É implantado, o "Programa Mais Empregos", que tem por objetivo a atração de investimentos, concedendo incentivos fiscais para instalação ou ampliação de novas empresas, colocando o Paraná em "guerra fiscal" com outros estados.

O governo do estado se aproveita da criação do novo Regime Automotivo Brasileiro do governo federal, para atrair a indústria automobilística. Como fator de atração às empresas foram oferecidas vantagens não só pelo estado, mas pelos municípios na realização de infraestrutura, postergação no pagamento de impostos, ou mesmo participação acionária, descontos em tarifas de energia elétrica e de água e estabelecimento de sociedade entre o estado e o investidor.

Embora não se priorizasse diretamente o capital externo, ele é atraído pelo “Programa Mais Empregos”, visto que as novas indústrias que se instalam têm grande predominância e vinculação com capital internacional.

Devido à consolidação do MERCOSUL e à necessidade de proximidade dos investimentos com o cliente final o Paraná se beneficia pela sua localização estratégica, próximo ao sudeste, maior mercado consumidor nacional e próximo à Argentina, Paraguai e Uruguai.

Os IDEs no Paraná não seguem necessariamente o perfil verificado nacionalmente. Suas características se assemelham ainda com o observado em períodos anteriores do desenvolvimento brasileiro. Ao passo que no Brasil os investimentos externos se direcionam para o setor de serviços, modernização e reestruturação industrial e privatizações, o Paraná ainda está vinculado ao setor secundário, com o IDE decorrente de implantação de novas indústrias (montadoras). O fluxo de IDE em direção ao Paraná parece estar ainda vinculado ao processo tardio de industrialização.

Quanto à origem, o IDE paranaense se vincula mais a empresas européias, diferenciando-se levemente do cenário nacional, em especial do paulista, que tem predominância estadunidense, fruto de investimentos das décadas de 1950 e 1960. Os Países Baixos crescem consideravelmente no estado. Portugal, Espanha e Itália, que não apareciam em 1995 como principais investidores, ganham posições e se destacam, devido principalmente ao processo de privatizações, concessões e compras de empresas de capital paranaense. Parte deste capital, no entanto se destina ao setor de serviços.

Observa-se o capital francês, responsável pela maior montadora instalada no estado, detendo a sexta posição em 2000, abaixo da verificada em 1995 (terceira posição). Esta constatação pode induzir à conclusão que os investimentos realizados no estado se deram principalmente pelas inversões realizadas a partir

das dívidas assumidas pela postergação do pagamento do ICMS, não se caracterizando em aportes de capital da matriz para a empresa. Há de se destacar também o baixo nível de remessas providas do exterior devido aos empréstimos, doação do terreno, realização da terraplanagem e infraestrutura por parte do Estado.

Embora os IDEs realizados no Paraná revelem características diferenciadas do nacional, pode-se observar que o cenário nacional positivo pós-plano real acaba por potencializar o recebimento de IDE no estado, quer através do estímulo pelo aumento do consumo interno, quer na formação do MERCOSUL ou na segurança legal sentida pelo capital externo no território nacional.

Quanto à distribuição regional de IDE interna ao estado, o “Programa Mais Empregos”, adotado em 1995, previa a postergação do ICMS incremental em 50% para novos investimentos e ampliação nos municípios de Curitiba e Araucária, 70% para Ponta Grossa, Maringá, Londrina e São José dos Pinhais, 80% para os demais municípios e 100% para novos produtos sem similar no estado, independente do município. Verifica-se a intenção de beneficiamento dos municípios menos industrializados e do interior do estado. No entanto, os IDEs observados não seguem esta lógica. O que se verifica é seu baixo volume no interior.

O fator preponderante se dá, no entanto, no sentido do aproveitamento de 100% da postergação do ICMS para produtos sem similar estadual, válidos para qualquer município, tendo como destaque São José dos Pinhais, que recebe o conjunto das montadoras.

Além dos incentivos estaduais, outros incentivos municipais foram concedidos em relação aos impostos como IPTU e ISS, além do empenho da prefeitura de São José dos Pinhais nas negociações e apoio para realização da infraestrutura. Curitiba, com redução no destaque no IDE recebe basicamente reinvestimentos de empresas instaladas na década de 1970 na CIC.

Após 2003, estando o Paraná sob novo governo e novo plano de incentivo à industrialização, não se observa descontinuidade do programa anterior. O “Programa Bom Emprego” segue linhas semelhantes ao “Programa Mais Empregos”. Seus incentivos, além da preocupação com a quantidade de emprego gerado dão ênfase à qualidade e aumentam os incentivos ao desenvolvimento industrial nos municípios menores ou com menor grau de desenvolvimento industrial, predominantemente fora da região metropolitana de Curitiba. Os maiores municípios

passam a não receber incentivos na prorrogação do ICMS, a não ser no caso de produtos sem similares estaduais. Os municípios médios superiores recebem 50% de prorrogação, os médios inferiores 70% e os pequenos até 90%.

Verifica-se a partir dos anúncios de investimento um processo de interiorização dos investimentos ao decorrer do tempo, em especial na instalação de novas indústrias. Percebe-se desta forma a influência das políticas de incentivo ao investimento na atração do IDE em direção ao interior do estado. Há de se ressaltar contudo, que este movimento de interiorização da indústria é observado nos demais estados da federação como tendência econômica iniciada na década de 1990.

Observa-se no período de 2003 a 2013 os cenários internacional e nacional favoráveis ao IDE. Mesmo com a redução do IDE mundial decorrente da crise internacional de 2008 o fluxo em direção aos países em desenvolvimento demonstra-se aquecido. O Brasil de forma especial aumenta significativamente a quantidade de IDE recebido.

Inicialmente percebe-se que os IDEs instalados no Paraná objetivam se beneficiar das vantagens de produção, sendo parte da produção exportada. No final do período seu o foco principal volta-se para o mercado interno, principalmente após 2008, com a crise de demanda nos países desenvolvidos, em especial a Europa.

A predominância dos investimentos no Paraná continuam se fortalecendo a partir de países europeus, agora com destaque também de latino americanos, diferenciando-se do restante do Brasil ainda com predominância norte americana.

A partir de 2011, ocorre alteração da legislação de incentivo ao investimento industrial, não diferenciando os grandes municípios dos pequenos. Mesmo assim é observado o movimento de aumento do investimento em direção ao interior do estado no período de 2003 a 2013.

Os municípios que mais ganham participação são os de porte médio inferior, que passam de 2,33% dos anúncios de IDE no período de 2003 a 2007 para 7,14% de 2008 a 2010 e para 15,90% de 2011 a 2013. Os municípios de grande porte, no entanto passam de 67,44% para 46,43% e 43,20% respectivamente.

Observa-se abaixo um quadro síntese relacionando o fluxo industrial por período, relacionando o desempenho do fluxo de IDE com os cenários estadual, nacional e internacional.

TABELA 33 - QUADRO SÍNTESE - FLUXO DE IDE INDUSTRIAL NO PARANÁ POR PERÍODOS

PERÍODOS	Fluxo de IDE para Indústria Paranaense	Cenário Estadual	Cenário Nacional	Cenário Internacional
1870 a 1972	Insignificante	Desfavorável	Predominantemente Favorável	Predominantemente Favorável
1973 a 1979	Forte	Favorável	Favorável	Favorável
1980 a 1985	Fraco	Desfavorável	Desfavorável	Estável
1986 a 1994	Fraco	Desfavorável	Desfavorável	Favorável
1995 a 2002	Forte	Favorável	Favorável	Favorável
2003 a 2013	Forte	Favorável	Favorável	Favorável

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Percebe-se que apesar do cenário internacional e/ou nacional se mostrarem predominantemente favoráveis ao IDE em períodos anteriores a 1973 estes não se traduziram em investimentos externos significativos no setor industrial no estado do Paraná. Estes cenários favoráveis não foram suficientes, ou historicamente fortes para levar a um transbordamento dos estados receptores tradicionais de IDE para o Paraná e o desencadeamento do processo de IDE no estado. Eles por si só não atuaram no sentido da escolha ou definição da unidade da federação em que se fixaram. Em suma, foram necessários, mas não suficientes para o desencadeamento do processo de investimento externo no Paraná.

Conforme a tabela acima, somente com a ocorrência de um cenário internacional favorável não se verificou a garantia de aproveitamento por parte do país como ocorreu de 1986 a 1994, muito menos pelo estado. Foi preciso que o próprio país apresentasse condições favoráveis para o recebimento do IDE e a partir destas o desenvolvimento de um cenário favorável pelo próprio estado em 1995 para que o fluxo de IDE voltasse a contribuir no processo de industrialização paranaense, se prolongando até 2013, seguindo no sentido da interiorização conforme tendências da economia e incentivo da legislação na aceleração do processo. Esta legislação, apesar de atuar de forma geral no incentivo aos investimentos, trouxe como consequência um clima propício ao capital externo, que se aproveitou de suas concessões.

O IDE ocorre no Paraná somente no momento em que são desenvolvidas políticas públicas municipais e estaduais favoráveis aos investimentos de forma não discriminativas ao capital externo.

Percebe-se assim, que a ocorrência do IDE no estado se deu pela conjugação de três fatores principais: 1) cenário internacional favorável; 2) cenário

nacional favorável; e 3) políticas públicas estaduais e municipais de incentivo ao investimento industrial não discriminativas ao capital externo.

Verifica-se que as políticas públicas municipais se tornam bem sucedidas quando inseridas num contexto internacional e nacional favorável à realização do IDE, não sendo possível desconsiderar a contribuição destes para o seu sucesso. Após as considerações deste estudo percebe-se a importância em especial no que diz respeito aos investimentos externos, da necessidade do entendimento dos cenários nacional e internacional para o desenvolvimento das políticas locais. Ao formulador destas políticas é preciso pensar globalmente para a tomada de decisões mesmo que locais. É necessário entender os movimentos que se desenvolvem no contexto em que se insere o estado a fim de permitir o desenvolvimento de políticas acertadas localmente.

O trabalho apresentou limitações, em especial quanto a disponibilização dos dados quantitativos, reduzindo sua análise aos limitados dados fornecidos pelo Banco Central em relação ao Paraná, levando a uma análise predominantemente histórica do Estado, não interferindo ou invalidando contudo, as conclusões do trabalho.

Verificou-se que as políticas públicas municipais e estaduais se constituíram os últimos fatores de atração a se integrarem na realização do IDE no estado. A ausência destas, poderiam levar os investimentos a qualquer outro lugar do país.

Confirma-se assim a hipótese que os IDEs no estado do Paraná desencadeados em 1973 e nos períodos seguintes tiveram como fator decisivo as políticas públicas municipais e estaduais, mediante a influência dos cenários econômicos nacional e internacional, inibindo ou potencializando os investimentos.

Novas pesquisa poderão ser desenvolvidas no sentido da verificação do comportamento dos demais estados, mapeando como se deram os investimentos externos no Brasil a partir das diversas unidades da federação. A realidade dos IDEs estaduais em certos períodos podem se distanciar fortemente do observado em nível nacional. A generalização do fenômeno como geralmente ocorre nas pesquisas faz com que suas particularidades sejam desconsideradas, permitindo a distorção da sua realidade para cada unidade da federação. A compreensão deste processo a partir dos estados contribui para evitar sua generalização dando uma visão mais correta da influência do IDE nas economias locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Gelfa de Maria Costa. **Globalização e inserção econômica do Brasil**: fluxos de investimento externo direto na década de 90. Universidade Técnica de Lisboa. Portugal-Lisboa: 2002.

AECIC. Associação das Empresas da CIC. **Revista comemorativa dos 18 anos**. Curitiba: 1991.

AGÊNCIA CURITIBA. Disponível em: <<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=50>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

ALMEIDA, Carla Cristina Rosa de *et al.* Indústria automobilística brasileira: conjuntura recente e estratégias de desenvolvimento. **Indicadores Econômicos FEE**. V.34, n.1, p.135-152. Porto Alegre: 2006.

ALVES, Madga. **Como escrever teses e Monografias: um roteiro passo a passo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

AMIN, Samir; VERGAPOULUS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANFAVEA. Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. **Anuário Estatístico da Indústria Automotiva Brasileira**. São Paulo: 2005.

ARBIX, Glauco. Guerra fiscal e competição intermunicipal por novos investimentos no setor automotivo brasileiro. **Revista de Ciências Sociais. IUPERJ**, Rio de Janeiro: jul. 2010.

ARBIX, Glauco; POSE, Andrés Rodrigues. Estratégia do desperdício: a guerra fiscal e as incertezas do desenvolvimento. **Revista Novos Estudos**. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, jul. 1999.

AUGUSTO, M.H.O. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista**. São Paulo: Símbolo, 1978.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Censos de capitais externos**. 1995, 2000, 2005 e 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

BARROS, José Alberto Mendonça de; GOLDENSTEIN, Lídia. Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. **Revista de Economia Política**. V.17, n.2, 1997.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Transnational corporations and the manufacturing sector in Brazil**. Santiago-Chile: 1992.

BRAGUETO, Cláudio Roberto. O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970. Londrina: **Revista de Geografia**, v.8, n.2, p.149-160, jul/dez 1999.

BANCO MUNDIAL. **Banco de dados estatísticos**. 2013. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 03 out. 2014.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Privatizacao/historico.html>. Acesso em: 21 mar. 2013.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; GOMES, C. O regime de metas de inflação no Brasil e a armadilha da taxa de juros/taxa de câmbio. *In: Política monetária, bancos centrais e metas de inflação: teoria e experiência brasileira*. São Paulo: FGV Editora, 2009.

CANO, Wilson. **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980**. Texto para Discussão nº 193. IE/Unicamp: 2011.

CASA CIVIL DO PARANÁ. Disponível em <http://www.casacivil.pr.gov.br/> Consultado em dezembro de 2014.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. *In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p.103-131.

CARIO, Silvio Antonio Ferraz; ALEXANDRE, Arlete; VOIDILA, Tânia Marta. Investimento direto externo na economia brasileira nos anos 90: significado, alcance e consequências ao desenvolvimento. **Textos de Economia**, UFSC, v.7, n.1, p.103-136, 2002.

CASTRO, Ana Célia. **As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913)**. São Paulo: Zahar, 1979.

CEPAL. **Lá inversión extranjera en América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile, Publicação das Nações Unidas, 2007.

CIC. Cidade Industrial de Curitiba. **Material de divulgação ao investidor da CIC**. 1975.

COUTINHO, L.G. Afragilidade do Brasil em face da globalização. *In: O Brasil e a economia global*. BAUMANN, R. (Org.). Rio de Janeiro: Campus, SOBEET, 1996.

CUNHA, A.M. **Estratégias de empresas transnacionais na economia brasileira nos anos 80 e 90.** (Dissertação). Mestrado da Unicamp, Instituto de Economia, Campinas: 1995.

CUNHA, André Moreira; BIANCARELI, André Martins; PRATES, Daniela Magalhães. A diplomacia do Yuan Fraco. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: v.11, n.3, p.525-562, set/dez 2007.

CUNHA, S.K. O papel das políticas e das instituições no desenvolvimento industrial do Paraná. **Revista de Economia**. Curitiba: UFPR, n.19, 1995, p.101-135.

CURADO, M.L.; CRUZ, M.J.V. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro: v.12, n.3, 2008.

_____. Investimento direto externo no Brasil: uma análise para o período de alta inflação. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas: v.21, n.2, 2012.

CURADO, Marcelo Luiz. **Investimento estrangeiro direto e industrialização no Brasil.** (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.

DECRETO 630/2011. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

FAYET, Luiz Antonio. Entrevista concedida a Candida Deixhmann Santos Lima em dezembro de 2005, *apud* LIMA, Candida de F. Deixhmann Santos. **O governo Jaime Lerner e o Programa Paraná mais Empregos (1995-2002)**. Curitiba: UFPR, 2007.

FAZENDA-PR. Disponível em: <http://www.fazenda.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=349>. Acesso março de 2015.

FIGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2003.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. Industrialização e ação do estado. Considerações sobre a Região Metropolitana de Curitiba (PR). **Revista Espaço Geográfico em Análise**. Depto. de Geografia da UFPR, n.1, ano 1, 1997.

FMI. International Monetary Fund. **Report on the of Implementation of Methodological Standards for Direct Investimento**. Statistic Departament, 1998.

FOLHA DE SÃO PAULO, Jornal. Edição de 22/12/1997, p. 15.

FONSECA, P.C.D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, vol. 15, n.2 (26), 2004.

FRANCO, G. A inserção externa e o desenvolvimento. **Revista de Economia Política**. São Paulo: v.18, n.3, jul-set 1998.

FRITSCH, W.; FRANCO, F. O investimento direto estrangeiro em uma nova estratégia industrial. **Revista de Economia Política**. São Paulo: v.9, n.2, 1989.

GAZETA DO POVO. **Jornal Gazeta do Povo**. Curitiba: 2002, 2014.

GIAMBIAGI, F. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). In: **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Orgs.: GIAMBIAGI, F.; VILELLA, A.; BARROS DE CASTRO, L. e HERMANN, J. Campus, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GINNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura economia no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate**. v.13, n.1(21), São Paulo: Unesp, 2001, p.30-45.

GONÇALVES, R. Estratégias dos oligopólios mundiais nos anos 90 e oportunidades para o Brasil. Nota técnica temática do Bloco: Condicionantes Internacionais da Competitividade. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**, 1993.

GUEDES, Ana Lúcia. A Instalação da Renault, Chrysler. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, 2013.

GUERRA, Miguela Pedro *et al.* Exploração, manejo e conservação da araucária (araucária angustifolia). In: SIMÕES, Luciana Lopes; LINO, Clayton F. **Sustentável mata atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2003, p.85-101.

INDÚSTRIA & COMÉRCIO. **Jornal comemorativo aos 18 anos de criação da CIC**. Curitiba: FIEP, 1991.

IPARDES. **Boletim de Análise Conjuntural**. Número Especial. Curitiba: fev. 1982, p.1-45.

_____. _____. Curitiba: 2002 a 2013.

_____. Disponível em: <www.ipardes.pr.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2014.

IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Diretrizes básicas de planejamento da cidade de Curitiba programa de trabalho de 1979**.

_____. **Memória da Curitiba urbana**. Curitiba: abril de 1991.

IPPUC-BADEP. **Estudo da área Industrial de Curitiba**. Curitiba: out. 1971.

JORGE, Maria Figueiras; DANTAS, Aléxis Toribio. **Investimento Estrangeiro Direto e Produtividade: um estudo sobre ramos selecionados da indústria no Brasil**. Revista Brasileira de Inovação. Rio de Janeiro, 2009.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. **O Paraná nos anos setenta**. Coleção Teses 1. IPARDES, CONCITEC, 1989.

LIMA, Candida de F. Deixhmann Santos. **O Governo Jaime Lerner e o Programa Paraná mais Empregos (1995-2002)**. (Dissertação) Sociologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. O processo de industrialização do Paraná e suas perspectivas. **Revista de Análise Conjuntural do IparDES**. Curitiba: abr. 1988.

_____. **A economia paranaense em tempos de globalização**. Curitiba: Ed. do Autor, 2003.

_____. **Economia paranaense: fatores de mudanças e entraves ao desenvolvimento**. Curitiba: Ed. do Autor, 2007.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paraná Desenvolvimento**, Curitiba, n.87, p.131-148, jan/abr 1996.

_____. **Da construção ao desmanche, análise do projeto de desenvolvimento paranaense**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

MARQUES, Rosa Maria (Org). **O Brasil sob a nova ordem – a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor e Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

MATTOS, L.B.; CASSUCE, F.C.C.; CAMPOS, A.C. Determinantes dos investimentos diretos externos no Brasil, 1980-94. **Revista de Economia Contemporânea**, v.11, Rio de Janeiro: jan/abr, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MENDONÇA, Maí Nascimento (Org.). **Cidade Industrial de Curitiba: 25 anos bem empregados**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1998.

MESQUITA, Mario; TORÓS, Mario. Considerações sobre a atuação do Banco Central na Crise de 2008. **Trabalho para discussão 202**. Banco Central, mar. 2010.

MEZA, Maria Lúcia Figueiredo Gomes de; CARLEIAL, Liana. Estratégias na indústria automotiva: o caso da Renault no Brasil. Texto apresentado no **4º Congresso do Instituto Franco Brasileiro de Administração de Empresas**. Porto Alegre: 2007.

MORAES, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. O novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**. V.32, n.4(124), out/dez 2011.

MOREIRA, Mauricio Mesquita; CORREIA, Paulo Guilherme. Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. **Revista de Economia Política**, v.17, n 2 (66), abr/jun 1997.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. **Determinantes dos investimentos externos e impactos das empresas multinacionais no Brasil** - as décadas de 70 e 90. Texto para discussão IPEA, 969. Rio de Janeiro: 2003.

NONNENBERG, Marcelo José Braga e MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso de. **Determinantes dos Investimentos Diretos Externos em Países em Desenvolvimento**. IPEA, Rio de Janeiro: 2004

_____. _____. **Determinantes dos Investimentos Diretos Externos em Países em Desenvolvimento**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 631-655, out/dez 2005

OCDE – Organização para a Cooperação e para o Desenvolvimento Econômico. **Survey of OECD work on international investment**. Working papers on International Investment, n.1. Paris: OCDE, Directorate for Financial, Fiscal and Enterprise Affairs, 1998.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização do Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Vladimir Luís de. Estado, empresariado regional e o setor automotivo no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.206, p.125-140, jul/dez 2003.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. Curitiba: Irapres, 1981.

PAIVA, Donizetti Leônicas de. **Integração econômica regional e investimento estrangeiro direto na América Latina: os casos do Brasil e Argentina**. (Tese) Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

PARANÁ & COMPANHIA. Revista. Curitiba, ano 3, n.27, jan. 1997.

PINTO, Geraldo Augusto. **O regime automotivo brasileiro de 1995 e a descentralização industrial: o caso da Região Metropolitana de Curitiba**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2011.

PME. **Programa Mais Empregos**: Plano de Desenvolvimento do Paraná. Manual Explicativo desenvolvido pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico – SEID, Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA e Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP. Curitiba: 1995.

POSSAS. M.L. Multinacionais e industrialização no Brasil. *In*: BELLUZO, L.G.M.; COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. (Orgs.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2006.

REGUEIRA, Krongnon Wailamer de Souza. A política Industrial nos anos 90 e a alocação de recursos produtivos: guerra e renúncia fiscal. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.104, p.61-78. Curitiba, 2003.

REZENDE, Fernando. **Planejamento no Brasil**: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. CEPAL, Escritório no Brasil, 2010.

RFFSA. Rede Ferroviária Federal S.A. Disponível em: <<http://www.rffsa.gov.br/principal/historico.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

RIBEIRO, Mauro Sudano. **Investimento estrangeiro direto e remessas de lucros e dividendos no Brasil**: estratégia microeconômica e determinantes macroeconômicos (2001-2004). Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2006.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para formação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.86, set/dez 1995.

SABOIA, João. Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. IPEA. Brasília, 2000.

SAMPAIO, João. **Fundação de Londrina**. Disponível em: <www.uel.br/museu/complementares/fundacao.html>. Acesso em: 20 mar. 2014.

SARTI, Fernando *et al.* **Panorama do investimento direto estrangeiro**. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. Instituto de Economia da UNICAMP, 2011.

SARTI, Fernando; LAPLANE, F. Mariano. **Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90**. Economia e Sociedade, Campinas, jun1997.

_____. Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90. **Texto para discussão IPEA, 629**. Brasília: 1999.

SILVA, Luciana Acioly da. Tendências dos fluxos globais de investimento direto externo. **Texto para Discussão IPEA, 1192**. Brasília: jun. 2006.

SINGER, Paul Israel. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. **História Geral da Civilização Brasileira**. T.2, v.1, São Paulo: Difel, 1977.

SUZIGAN, Wilson. A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial. **Revista Economia e Sociedade**, n.1, 1992.

SUZIGAN, W.; SZMRECSÁNYI, T. Os investimentos estrangeiros no início do processo de industrialização no Brasil. **Texto para discussão**. IE/Unicamp, n.33, 1994.

TANIGUCHI, Cássio. Entrevista concedida a Candida Deixmann Santos Lima em fev. 2006, *apud* LIMA, Candida de F. Deixmann Santos. **O governo Jaime Lerner e o Programa Paraná mais Empregos (1995-2002)**, UFPR, 2007.

UNCTAD - **United Nations Conference on Trade And Development**.Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>>, Acesso em: 10 dez. 2014.

UNCTAD.**Assessing the impact of the current financial and economic crisis on global FDI flows**.Abr. 2009.

_____. **Global investment trends monitor**. N.11, jan. 2013a.

_____. **Word investment report**.Transnational Corporations, Agricultural Production and Development, New York and Geneva, 2009a.

URBS. Companhia de Urbanização de Curitiba. A implantação de um parque industrial em Curitiba. **Relatório da Companhia de Urbanização de Curitiba**. Curitiba: 1966.

_____. **Diretrizes de Implantação da Cidade Industrial de Curitiba**. Curitiba: 1973.

_____. **Uma experiência em planejamento urbano: Cidade Industrial**. Curitiba: jan.1975.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway no Sul do Brasil. A instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado. 1906-1916.** (Tese). Programa de Pós-graduação de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2009.

VOLKSWAGEN. Disponível em: <[http://www.vwbr.com.br/ImprensaVW/page/Sao-Jose-dos-Pinhais-\(PR\).aspx](http://www.vwbr.com.br/ImprensaVW/page/Sao-Jose-dos-Pinhais-(PR).aspx)>. Acesso em: em 23 nov. 2014.

ANEXO I - RELAÇÃO DE EMPRESAS QUE COMPRARAM TERRENO NA CIC
PARA INSTALAÇÃO DAS PLANTAS - DE 1973 A 1990

RELAÇÃO DE EMPRESAS QUE COMPRARAM TERRENO NA CIC PARA INSTALAÇÃO
DAS PLANTAS - DE 1973 A 1990

1973

Ford New Holland Ind Com Ltda.

Frigoríficos Yukijurushi S/A

Gronau S/A Ind Têxteis Ltda.

Indústrias Químicas Carbomatra S/A

Philip Morris Marketing S/A

Plastipar Ind e Com Ltda.

Siemens S/A

1974

Sideplar - Siderúrgica Paranaense Ltda.

Robert Bosch Ltda.

Cocelpa - Cia de Celulose - Pap do Paraná

Inebrás Ind Mec Brasileira

Pfaff Indústria de Máquinas Ltda.

Indústria Langer Ltda.

Diamantina Fossan S/A Ind Imp

Sotramac S/A Import e Export

White Martins Gases Industriais S/A

Furukawa Industrial S/A

Pinton e Cia Ltda.

Maclinea A/A Máquinas Eng. Madereira Ltda.

Plásticos do Paraná Ltda.

Madeira Varaschim S/A

1975

Copasa - Cia PR Silos e Armazéns

Fábrica de Móveis Ibirama Ltda.

Embalagens Cambuí Ltda.

Indústria de Móveis Primavera Ltda.

Oberdorfer S/A

Trux do Brasil

CEAG - Centro de Apoio APM Emp / PR

Blount - Industrial Correntes Ltda.

Sintetex Ind Têxtil S/A

A Paranaense Ind Com Pigmen Automaton S/A

Giben do Brasil Máq Equipam Ltda.

Char-Lex Ind Têxteis Ltda.

Bernard Krone do Brasil Ltda.

S/A Curtume Curitiba

Alimentos Ind Com Prod Alim

Ancay Ind de Móveis Ltda.

Blunt Industrial Correntes Ltda.

Artimobil Ind com Ltda.

D'lara Ind Com de Móveis Ltda.

1976

Troib & Cia Ltda.

Inepar S/A Ind e Construções

ABS - Ind Bombas Centrifugas Ltda.

Alba Química Ind e Comércio Ltda.

Trutzchler Ind Com Maq Ltda.

Móveis Talento Ltda.

Metalúrgica Minuano Ltda.

Exarel - Exp Manufat Artef Alet

Tintas Renner do Paraná S/A

Sesi - Serv Social da Indústria

Ind Edif Pré-Fab Prefab Ltda.

Alfa Química Com Rep Ltda.

Artimobil Ind Com Ltda.

Akly Móveis Ltda.

Honjo & Cia Ltda.

Eta - Engenharia Tratamento Águas Ltda.

Protisa Ind Prod Alim S/A

Cromóvies - Cromagem Ind Ltda.

Paraná Clínicas Ltda.

Harald S/A

Kamir do Brasil - Tec Celu Ltda.

S/A Construtora Independência

Vicoplex Ind com Ltda.

Tecnowood do Brasil

Ind e comércio de Bebidas Kreushc Ltda.

Rex Pneus Ind Com Ltda.

PROM Produtos Metálicos Ltda.

Eicon - Engenh Ind Com S/A

1977

Mobimpar Ind Com Mov Ltda.

Kawasaki do Brasil Ind e Com Ltda.

Volvo do Brasil Mot e Veículos S/A

Prosdócimo S/A Imp Com

Ind Com Esquadrias Santa Rita

Moinho Graciosa Ltda.

S/A Hoteleira de Ctda Sul

Estofados Rufato Ind Com Ltda.

Ultramóveis Industrial Ltda.

Febernati S/A Ind e Com

Cia de veículos Marumbi – Civema

Cia Estearina Paranaense Imaca Ltda.

Haas do Brasil Ind Máquinas Ltda.

Irmãos Valenza Ltda.

Propex do Brasil Prod Sintéticos

Valenite Modco Ind Com Ltda.
 Metalúrgica Santos Ltda.
 Metalúrgica Fipps Ltda.
 Rex Pneus Ind Com Ltda.
 Dover do Paraná - Ind Com S/A
 Destilaria São Bento Ltda.
 Itabrás - Máquinas e Ferramentas S/A
 Metalúrgica Leogap S/A

1978

Colméia I C Ceras e Velas Ltda.
 Ico Comercial S/A - Fer Equip
 Hojo & Cia Ltda.
 Isdralit S/A Ind Com
 Móveis Regência Ltda.
 Senid - Eng e Montagem Ltda.
 Eletrofrío S/A
 Laboratórios Reunidos Paraná
 Incomodulo Art Concr Ltda.
 Comp Paranaense Energ Elétrica

1979

Labra Plásticos S/A
 Dyplast - ind Com Plast Ltda.
Sony do Brasil Ltda.
 Brehmer Esquad de Madeira Ltda.
 Clinihauer Ltda. S/C
 Alfa Metais IndCom Ltda.
 Nórdica Veículos Ltda.
 Plásticos Antônio Simoni
 Indústria de Calçados Domênica Ltda.
Nippondenso Compressores Ltda.
 Plásticos Reforçados do Paraná
 Maringá Soldas S/A
 Alfa Química Com Rep Ltda.
 Camargo Corrêa Brown Boveri S/A
 Tornotec Ind Tornearia Mec Ltda.
 Guimatra S/A
 Proteseg Equipam Segurança Ltda.
 Alps do Brasil Ind Com Ltda.
 Marcos Baggio e Cia Ltda.

1980

Moosmayer Linck Madeireiras Ltda.
 Randon S/A Veículos e Implementos
 FRM - Fábrica Rolamentos Mancais Ltda.
 Valenite Modco IndCom Ltda.
 Senai - Serv Aprend Industrial

1981

Movax Ind Com de Perfis Ltda.
 Fronczak - Com Sacarias Ltda.
 Placas do Paraná S/A
 Combustec Combust Técnicos Ltda.
 Apolar Imóveis Ltda.
 Isdralit S/A/ Ind Com
 Refeições Vovô Juca Ltda.
 Din - Distrib de Equipam Industrial Ltda.
 Bracel - Artef de Papel Ltda.
 Autolub - lubrificantes Graxas Ltda.
 Nacional Ind Madeira Laminados Ltda.
 Água Ind Com Artef Cim Ltda.
 Ceras Paraná Ltda.
 Comercial Transp Zem Ltda.
 Distribuidora de Ovos Agro Ltda.
 Kazuyki Hayashi
 Susumo Nakae
 Associação Func Ford New Holland
 Equitel - Equipamentos de Telefonia Ltda.
 Philip Morris Marketing S/A
 Gronau S/A Ind Têxteis Ltda.
 Coop Agropecuária do Paraná Ltda. – Cocap

1982

Indústria Artefatos de Cimento Golpar Ltda.
 Clínica Santa Margarida S/C Ltda.
 Unibox - Ind Com Alumínio Ferros Unidos
 Usina de Asfalto - CIC (PMC)
 Walcan Papéis Ltda.
 Ouro Verde Transp Loc Ltda.
 Automaton S/A
 Embalagens Plásticas
 Caldeiras Lincoln
 Plastomero Plást e Elastomeros
 Plona Equip Ind e Comp Mec
 Projeto Etiquetas e Adesivos
 Usimix - Serv de Concret Ltda.
 Carlos Jayme Dembiski
 Leão Junior S/A
 Qualistas ind e Com Ltda.
 Paraná Finan S/A Crédito Financeiro Investim
 Guilherme Ferreira e Cia Ltda.
 Pavimak Equipamentos Ltda.

1983

Hiperbom Ind Com Cereiais Ltda.

Wagmar Ind e Com de Móveis Ltda.
 Cerealista Abrammar Ltda.
 Irmãos Chudzij Ltda.
 Aço Paraná Ind Com Ltda.
 Pétala - Lab Cosmet Naturais Ltda.
 Riocar Veículos Reboques Ltda.
 Metalúrgica Nadalin Ltda.
 Sutepla Terraplanagem e Pavimentação Ltda.
 Premonsa Construtora e Incorporadora Ltda.
 Tacla confecções Ltda.
 Laboratórios Reunidos do Paraná
 Calficon Com de Cal Fino Ltda.
 Metalmecânica Industrial Ltda.
 Joaquim Moreira dos Santos
 Joel Laitner
 Transporte Marili Ltda.
 Imaca Ltda.
 Transportes Lara Ltda.
 Lince Ind de Veículos Ltda.
 Cerealista Abrammar Ltda.
 Matcon GPM
 Faro Art de Madeira Ltda.
 Toronto Prod Alim Ltda.
 Sucapar Ferro e Aço Ltda.
 Trix - Engenharia Civil Ltda.
 Sotrange Transp Rodoviário Ltda.

1984

Locadora Máquinas Pirog S/C – Locamp
 Sucaplast Comércio Sucatas Plástifco e Papel
 Metropolitan Transportes S/A
 Brasil Sul - Ind Com Plást Ltda.
 Ind de Café Maracanã Ltda.
 Wladislau Pirog
 Cosmel Ind Com de Móveis
 São Marcos Ltda.
 Isdralit S/A Ind Com
 Santa Cruz Ltda.
 Irati Com de Tubos de Aços Ltda.
 Camfer - ind Com Ferragens Ltda.
 Construtora Malachias Ltda.
 Oficina Mecânica BR Ltda.
 Antônio Eugênio de Souza
 Carrocerias Sana
 Comercial de Acumuladores
 Guairão Ltda.
 Cidade Campo I.C. Art de Cimento Ltda.
 Mercês Eng e Empreendimentos Ltda.

1985

Movimater Sul Represent Comercial Ltda.
 Wladislau Pirog
 Gelágio Teixeira
 Movelaria Primacasa Ltda.
 Hubner Ind Mec Ltda.
 Auto Posto Zem Ltda.
 Proteseg Represent Comercial Ltda.
 Construtora Malachias Ltda.
 Cecatto e Oliveira Ltda.
 TIC - Transportes Ltda.
 Locadora Máquinas Pirog S/C - Locamp
 Com Ind de Papel Santa Catarina
 Servopa S/A Com Ind
 Nacional Ind Mad Laminados Ltda.
 Água Ind Com Artefatos Cimentos Ltda.
 Técnica Granville Ltda.
 Papex Ind Com Repres Filmes Ltda.
 Maringá Soldas S/A
 Camfer - Ind Com Ferragens Ltda.
 Trutzschler Ind Com Máquinas Ltda.
 Peróxidos do Brasil Ltda.
 Tecnigesso- Ind Art Gesso Ltda.
 Blount industrial Correntes Ltda.
 Comercial Transportadora Zem Ltda.
 Ultrafértil S/A Com de Fertilizantes
 Banco do Brasil - Agência Industrial

1986

Leiner Embalagens Ltda.
 Acustimóveis Ind Com Ltda.
 Aziz Transporte Pesados Ltda.
 Unamovel Ind Com Móveis Ltda.
 AECIC - Associação Empresas Cidade Industrial
 Servopa S/A Com ind
 Construtora Joteme Fernandes Ltda.
 Dentoclínica - Clínica Dentaria Ltda.
 Alceu Breda & Cia Ltda.
 Vintemiglia Confecções Ltda.
 Facenova - Ind Com Imp Exportação
 Diamantina Construção e Projetos Ltda.
 Construtora Arce Ltda.
 Microton Ind Com Comp Eletr Ltda.
 Pneumatic Ind Com Máq Espec
 Mercês Eng e Empreend Ltda.
 Clichepar Edit e Ind Gráfica Ltda.
 Transportadora Simonetti Ltda.

Plaspel - Fernando M F Filhos Ltda.
 Arcênio x Cia Ltda.
 Plastiba Ind Com Tubos Polietileno Ltda.
 Riocar Veículos Reboques Ltda.
 Roland Frederico Merkle
 Ind de Bolsas Olimpikus Ltda.
 Vivaro Carpintaria e Serralheria Ind Ltda.
 Cyro Pellizari & Cia Ltda.
 Engetel - Construtora de obras
 Uefarma - Com Ind Farmaceutica Ltda.
 Tecnigresso - Ind Art Gesso Ltda.
 Objetiva Seg Fis Estabelecim
 Coderflex Com Indl Movei Ltda.
 Indústria e Metalúrgica Guairão Ltda.
 Com de Pneus Paulista Ltda.
 Racecar - Ind e Comércio Ltda.
 Ferro e Aço Barigui Ltda.
 Pepsico & Cia (Elma Chips)
 Distribuidora de Ovos Santa Helena
 Cecatto e Oliveira Ltda.

1987

La Violetera Ind Com Gêneros Alimentícios
 Eletroinfo S/A
 Bernard Krone do Brasil Ltda.
 Tecnofibras Ind Com Plast Ltda.
 Robert Bosch Ltda.
 Dudcop - Cooperativa Agrop Sud Ltda.
 Ponto Um Patrik Merc Ltda.
 Embrart Indústria Embalagens Art de Papel Ltda.
 P.M. Laminados de Madeira Ltda.
 Suman Gaertner Geemen
 Berger Consultores S/C Ltda.
 Argacon - Serv Concretagem Argam Ltda.
 Transsul Transporte Rodoviário Ltda.
 Ind Metalúrgica Everest Ltda.
 Gasil Serralheria Montagens Industrial Ltda.
 Combustec Equipamentos Industriais Ltda.
 Briketex Resid de Madeiras Ltda.
 Transportadora Bento Belém Ltda.
 Alfa Metais Veículos Ltda.
 Transgrochoski Com de Areia Ltda.
 Walcan Papéis Ltda.
 Transportes Cavol Ltda.
 Vertical Transp Espeical Ltda.
 Total Química Ind e Com Ltda.
 Brascon - usinas Bras Ind Mec
 Com Ind de Papel Santa Catarina

Soc Construtora Cidadela Ltda.
 H.M. Administradora Patrimonial Ltda.
 Alfi S/A Ind Eletrônica
 Auto Posto Cotorno Sul

1988

Construtora Arce Ltda.
 Trans Inguaçú Transporte Rodoviário Ltda.
 Auto Posto CIC Cidade Industrial Ltda.
 AFG Construções Civas Ltda.
 Auto Parts Industrial Ltda.
 Randon S/A Veiculos e Implementos
 Berneck & Cia Ltda.
 Andres & Andres Ltda.
 Comabri Comercial Agroindústria Ltda.
 Auto Mecânica Silvalis Ltda.
 Madekiri - Indústria, Comércio e Export. Madeira Ltda.
 Rank Pneus Ltda.
 Viaplan Engenharia Ltda.
 Comagri Comercial Agro Industrial Ltda.
 Caderflex com Ind Móveis Ltda.
 Soptos S/A Ind Com e Adminst
 Trans-Kooler Transporte Repres Comercial Ltda.
 Data Fisco Processam e Serviço Tribut Ltda.
 Labomed Prod Medico-Hospitalar Ltda.
 Ouro Verde - Transpo Loc Ltda.
 Sul Paraná Revestimentos Ltda.
 Demeterco & Cia Ltda.
 Total Química Ind e Com Ltda.
 Parasol Restaurantes Ltda.
 FRM Fab Rolam Mancais Ltda.
 Oficina Mecânica Stupak Ltda.
 Metalúrgica Mohr Ltda.
 Comércio e Rpresentação Ype Ltda.
 Argacon - Serv Conc Argam Ltda.
 Ind e Com de Madeira Pavelski Ltda.
 Itaje Com de Tubos e Aços Ltda.
 Usimex - Serv de Concret Ltda.
 Transportadora Solasol Ltda.
 Bernek e Cia Ltda.
 Moro Construções Civas Ltda.

1989

Blank Filho Cia Ltda.
 Veza - Vend Prom e Prop Ltda.
 Fusoflex Ind Metal Ltda.
 Cromagem Tropical Ltda.
 Reunidas Transporte Rodoviário de Cargas S/A

Bernard Krone do Brasil Ltda.
 Banco Bamerindus do Brasil S/A
 V.E.R Ind Metalúrgia Ltda.
 Eletrotécnica Jaraguá Ltda.
 Unamóvel Ind Com Móveis Ltda.
 Maemba Madeira e Embalagens Ltda.
 Celius Ind Com de Móveis Ltda.
 Arceio & Cia Ltda.
 Impressora Tecnograf Ltda.
 Froeschele do Brasil Ltda.
 Portomex Com Mat Constr Civil Ltda.
 Viaplan Eng Ltda.
 Leoplast Plasticos Ltda.
 Artkraft Embalagens Ltda.

1990

Cohab - CT Comp Hab Pop Curitiba
 Sigla - Com Imp Exp de Peças Ltda.
 Dalla Renovadora de Pneus Ltda.
 Delara Transportes Ltda.
 Serralheria Macena Ltda.
 Plaspel - Fernando M F Filhos Ltda.
 Casa dos Freiso Com Ind Ltda.
 S.R.K. Engenharia Eletr Esp Ltda.
 Cromowidea - Ind Com de Serras Ltda.
 AFG - Construções Cívís Ltda.
 Belga Indústrias Químicas Ltda.
 Embart ind Bem Art Papel Ltda.
 Gaji - Dist Auto Peças Ltda.
 Sagrado Coração Transp Escolar Ltda.
 Total Química Ind Com Ltda.
 Cityfer - Com de Ferro Ltda.
 Instituto Rio Branco S/C
 Astral Gás Com Peças e Ap Gás Ltda.
 Auto Socorro Transp Wellis Fargo Ltda.
 Jorge & Whithers Ltda.
 Cromódulo - Comp Industriais Ltda.
 Proteseg Equip Segurança Ltda.
 Camfer - Ind Com Ferragens Ltda.
 Esquadrias Metálicas Moro Ltda.
 Serralheria Macena Ltda.
 Paulo Roberto Splenger Vinna
 Supermercado Tissi Ltda.
 Teltec - Mat Serv Telec Ltda.
 Leisergraf - Ind Gráficas Ltda.
 Macroplastic - Ind com Embalagens Ltda.
 Menarim - Equipam Para Construção Civil Ltda.
 FONTE: IPPUC, 1991; INDÚSTRIA & COMÉRCIO, 1991.

ANEXO II - ANÚNCIOS DE INVESTIMENTOS EXTERNOS NO PARANÁ DE 2003 A
2013

Empresa	Atividade	Município	Valor do Investimento	País de Origem	Observações	Ano
American Axle & Manufacturing (AAM)	Autopeças – peças usinadas para transmissão, motores e eixos de veículos	Araucária	R\$ 100 milhões	EUA	Fornecedora da Peugeot, Ford, Renault e GM	2003
Tecumseh	Produção de cambio diferencial e motores de pequeno porte (cortador de grama, motobombas, etc)	Campo Largo	US\$ 78 milhões	Norte Americana		2003
Cargill	Ração Animal	Cascavel	US\$ 2,5 milhões	EUA	Mercado Nacional e Internacional	2003
Perkins (do grupo Caterpillar)	Produção de Motores	CIC - Curitiba	Valor não divulgado	EUA	Motores para tratores - inauguração	2003
BHS Corrugated	Equipamentos para Indústria do Papelão	Curitiba	US\$ 2,5 milhão	Alemanha	Mercado interno e externo	2003
Caterpillar	Compra da Detroit Diesel Motores do Brasil	Curitiba	US\$ 11 milhões	EUA	Mercado interno	2003
Volvo	Ônibus e Caminhões	Curitiba	US\$ 100 milhões	Suécia		2003
Nissan	Automóveis	São José dos Pinhais	US\$ 100 milhões	Japão	Utilitário esportivo Xterra	2003
Renault	Motores	São José dos Pinhais	Valor não divulgado	França	Exportação para França	2003
Volks	Automóveis	São José dos Pinhais	R\$ 200 milhões	Alemanha	Produção do Fox Mercado interno e exportação	2003
Hoffmann & Hofmann	Máquinas para montagens de Móveis	Arapongas	Valor não divulgado	Alemanha	Mercosul, Canadá e EUA	2004
Hexal	Medicamentos	Cambé	US\$ 120 milhões	Alemanha		2004
Bosch	Indústria automotiva – sistemas de injeção	Curitiba	R\$ 53 milhões	Alemanha	Transferência de produção dos EUA para o Brasil	2004
Siemens	Centrais Telefônicas	Curitiba	US\$ 20 milhões	Alemanha	Transferência de Fábrica da Alemanha para redução de custos de 15 a 20%. Exportação de 95%	2004
Volvo	Onibus e Caminhões	Curitiba	US\$ 25 milhões	Suécia	Novos produtos Mercado interno e exportação	2004
Ingersoll	Compressores Industriais	Londrina	R\$ 3 milhões	EUA	Redução de custos / exportação para Caribe, Venezuela, Bolívia, Peru e Equador	2004
Renalt	Automóveis	São José dos Pinhais	Valor não divulgado	França	Investimentos para Produção do Logan	2004
Renault	Automóveis	São José dos Pinhais	US\$ 190 milhões	França	Produção do Megane Sedan II	2004
Dana	Chassis	Campo Largo	Produção de Biarticulados - valor não divulgado	EUA	Exportação de biarticulados para o Chile	2005
Compro da International Paper os ativos da Impacel	Papel	Arapoti	US\$ 415 milhões	Suécia e Finlândia	Mercado interno e externo	2006
Novo Nordisk	Farmacêutica	Araucária	R\$ 2,8 milhões	Dinamarca	Mercado Interno	2006
Novartis	Medicamentos Genéricos	Cambé	R\$ 110 milhões	Suíça	Detém 50% do mercado interno Compro o grupo Hexal em 2004	2006
Sig Combibloc	Embalagens tipo longa vida	Campo Largo	Valor não divulgado	Nova Zelândia	80% mercado nacional	2006
Purina - Divisão da Cargil	Ração Animal	Cascavel	US\$ 2,5 milhões	EUA	Mercado Interno	2006

Volvo	Onibus e Caminhões	Curitiba	US\$ 100 milhões 2003/2005 e US\$ 75 milhões 2006/2008	Suécia	Modernização da fábrica	2006
Volvo	Automobilística	Curitiba	US\$ 50 milhões	Suécia	Nova linha de caminhões	2006
Argo Spa	Tratores - Marca Landini	São José dos Pinhais	Dos 20 milhões de euros projetados investiu 4	Italia		2006
Renalt	Automóveis	São José dos Pinhais	US\$ 360 milhões	França	Reestruturação da empresa - produção do Logan	2006
Renault	Automóveis	São José dos Pinhais	US\$ 120 milhões	França	Aumento da participação mercado interno	2006
Brasiefuel	Combustíveis	Araucária	R\$ 480 milhões	Brasil e Itália		2007
Serval e Jafaco do Brasil	Frigorífico Bovino	Cascavel	US\$ 25 milhões	Canadá	Mercado interno Mercosul e Europa	2007
Coca-Cola	Mate-Leão	Curitiba	R\$ 30 milhões	EUA	Chás Líquidos	2007
Landis+Gyr	Medidores de água, gás e eletricidade	Curitiba	US\$ 20 milhões já realizados + US\$ 10 milhões para 2008	Suíça	Mercado Interno e Exportação (10 a 20% para Inglaterra e Argentina)	2007
Leão Junior	Bebidas	Curitiba	R\$ 230 milhões	EUA	Investimentos da Coca-Cola	2007
New Holand	Tratores	Curitiba	US\$ 10 milhões - já realizados		Lançamento de 11 modelos de tratores	2007
Siemens	Telefones IP	Curitiba	US\$ 5 milhões	Alemanha		2007
Norske Skog	Papel de Imprensa	Jaguariaíva	US\$ 200 a 210 milhões	Noruega		2007
Norske Skog Pisa	Papel jornal	Jaguariaíva	US\$ 210 milhões	Noruega	Mercado Interno	2007
White Martins	Gases Medicinais	Londrina	R\$ 20 milhões	EUA		2007
BUNGE	Moagem	Ponta Grossa	R\$ 20 milhões em novo moinho	EUA	Mercado interno e exportação	2007
CSI Camargo	Logística da Renalt	São José dos Pinhais	R\$ 4 milhões	Argentina		2007
Renault	Automóveis	São José dos Pinhais	EU\$ 20 milhões - Em estamparia	França		2007
Renault	Automóveis	São José dos Pinhais	US\$ 360 milhões de 2006 a 2009 / US\$ 260 já investidos	França	Produção do Sandero	2007
InVivo	Nutrição Animal	Apucarana	Valor não divulgado	França	InVivo Compra Vitagri	2008
Arauco	Melamina - revestimentos de MDF	Arapoti	US\$ 208 milhões	Chile	Compra de parte das ações pertencentes a Stora Enso	2008
Air Lique	Bebidas	Araucária	R\$ 10,5 milhões	França	CO2 para refrigerantes	2008
Novozymes	Enzima para ração animal	Araucária	R\$ 1 milhão	Dinamarca	Exportação para América do Norte, Europa e Turquia	2008
TMT Motoco	Motores para pequenas máquinas agrícolas	Campo Largo	R\$ 70 a 80 milhões nos próximos 5 anos	EUA	Compra da antiga controladora endividada Tecumesh Products / local da antiga fábrica Kakota da Chrysler	2008
Tyson Foods	Frigoríficos	Campo Mourão	R\$ 65 milhões - expectativa	EUA	Frangobrás vendido à Tyson Foods	2008
Aker Solutions	Equipamentos	Curitiba	R\$ 50 milhões	Noruega	Equipamentos para a Petrobrás	2008
Arauco	Melamina - revest. de MDF	Curitiba	não divulgado	Chile	Melhorias Tecnológicas	2008

Furukawa	Cabos de Fibra ótica	Curitiba	R\$ 15 milhões	Japão	Mercado interno e exportação	2008
HSBC	Centro de Tecnologia	Curitiba	R\$ 5 milhões	Inglaterra	Atendimento externo	2008
Kraft Foods	Alimentícia	Curitiba	R\$ 30 milhões	EUA	Parceria com a sadia na produção de queijos	2008
Kraft Foods	Alimentos	Curitiba	US\$ 50 milhões	EUA	Aumento da capacidade de produção de chocolates	2008
Siemens	Diversificação da Produção - notebook, placas mãe e circuitos para indústria automobilística, software e hardware	Curitiba	US\$ 5 milhões	Alemanha	Comercializada com a marca de terceiros	2008
Volvo	Caminhões	Curitiba	US\$ 110 milhões	Suécia	Período 2006-2008	2008
Volvo Penta	Motores Marítimos	Curitiba	não divulgado	Suécia	Transferência da Unidade do RJ	2008
Arauco	Melamina - revestimentos de MDF	Jaguariaíva	Valor não divulgado	Suécia / Finlândia		2008
Wal-Mart	Mercados	Londrina	R\$ 90 milhões	EUA	Duas lojas Big e Maxxi Atacado	2008
Agrenco	Biodiesel	Marinalva	Valor não divulgado	Holanda / Japão	90% Exportação	2008
Yara Brasil	Adubos	Paranaguá	US\$ 40 milhões	Noruega	Mercado Nacional	2008
Continental - ContiTech	Esteira para transporte de pessoas e cargas	Ponta Grossa	R\$ 36 milhões	Alemanha	Nova planta	2008
Masisa	Painéis estruturais para Construção Civil	Ponta Grossa	US\$ 75 milhões	EUA	Louisiana Pacific compra a linha Oriented Strand Board da Masisa /redirecionamento para EUA e China	2008
Masisa	Painéis de madeira	Ponta Grossa	US\$ 55,5 milhões	EUA	Compra de 75% pela Louisiana-Pacific da fábrica da Masisa - Chile	2008
Tafibrás - divisão da Tafisa	Painéis de madeira	Ponta Grossa	US\$ 70 milhões	Chile	45,68% das ações da Tafibrás, ficando com 37% do capital da Tafisa	2008
Nissan	Automóveis	São José dos Pinhais	US\$ 150 milhões	Japão	Nacionalização da Picape importada da Tailândia	2008
Novozymes	Pesquisa para Produção de ração animal	Araucária	EU\$ 720 mil	Dinamarca	Pesquisa para desenvolvimento de nova geração de etanol	2009
Roemmers	Indústria Farmacêutica	Colombo	não divulgado	Argentina	Compra da Herbarium	2009
Aikawa Advance Fiber Technologies	Equipamnetos para indústria papel e celulose	Curitiba	não divulgado	Japão	Equipamnetos para indústria papel e celulose	2009
Multivac	Equipamentos	Curitiba	não divulgado	Alemanha	Equipamentos de embalagens a vácuo	2009
Wal-Mart	Mercado	Curitiba	R\$ 3 milhões	EUA	Novo mercado - Todo Dia	2009
Leão Junior	Bebidas	Fazenda Rio Grande	Entre R\$ 20 e 30 milhões	EUA	Comprada pela Coca-Cola - mudança de Curitiba e Modernização	2009
Gemalto	Microchips e Policarbonato	Pinhais	R\$ 10 milhões	Holanda	Microchips e Policarbonato utilizado para equipamento de informática	2009
Huhtamaki Plásticos Rígidos Brasil	Embalagens	Pinhais	R\$ 57,3 milhões	EUA	Comprada pela Dixie Toga	2009
OKE	Perfis Plásticos	Piraquara	EU\$ 1 milhão	Alemanha	Perfis para bancos	2009

					automotivos	
Crown Holdings	Embalagens - Latas de alumínio	Ponta Grossa	R\$ 140 milhões	EUA	Implantação da fábrica Crown Embalagens - parceria com a Crown Holdings e a Petropar - Latas de Alumínio	2009
Renalt	Automóveis	São José dos Pinhais	R\$ 1 bilhão	França	Financiado pelo BNDES	2009
Shree Renuka Sugars	Biocombustíveis	São Pedro do Ivaí e Marinalva	US\$ 322 milhões	Índia	Compra de usinas Vale do Ivaí	2009
Metso Paper	Equipamentos Indústria de Papel e Celulose	Araucária	R\$ 50 milhões	Finlândia	Transferência de seu centro ADM de Curitiba p/ Araucária e Nova linha de Produtos	2010
Caterpillar	Máquinas	Campo Largo	US\$ 90 milhões	EUA	Máquinas para construção civil - escavadeiras - carregadeiras - Imóvel da Motoco até 2007	2010
Fiat	Motores	Campo Largo	R\$ 250 milhões	Itália	Modernização da fábrica tritec motors - 40% exportação	2010
Sig Combibloc	Embalagens	Campo Largo	EU\$ 90 milhões	Suíça e Nova Zelândia	Construção de Fábrica - Atender Brasil e América do Sul - só importava e distribuía	2010
Peróxidos do Brasil	Química	Curitiba	US\$ 130 milhões até 2014	Bélgica	Controlada pelo Grupo Solvay - Peróxidos de hidrogênio insumo para celulose, químicos-plásticos e mineração	2010
Sara Lee - Café Damasco	Café	Curitiba	US\$ 60 milhões	EUA	Sara Lee - Compra Café Damasco	2010
Volvo	Automotivo	Curitiba	US\$ 220 milhões	Suécia	US\$ 110 milhões de 2006 a 2008 e US\$ 220 programado para 2010-2011	2010
Volvo	Automotiva	Curitiba	US\$ 50 milhões	Suécia	Caminhões para mineração e Construção Civil	2010
NTN-SNR	Autopeças	Fazenda Rio Grande	R\$ 30 milhões	Japão e França	Rolamentos - Mercado Nacional América Latina	2010
Makhteshim Agan	Defensivos agrícolas	Londrina	R\$ 15 milhões	Israel	Investimentos na Milênia	2010
Timber Creek	Madeira	Piên	US\$ 10 milhões	Canadá	Em parceria com a Arbeit (nacional) - produção de pellets - cubos de resíduo de madeira para combust.	2010
Häfele	Ferragens	Piraquara	US\$ 25 milhões	Alemanha	Ferragens para móveis - importava e distribuía	2010
BUNGE	Processamento de soja	Ponta Grossa	Não divulgado	EUA	Reabre planta fechada a 1 ano	2010
Makita	Ferramentas Industriais	Ponta Grossa	Não divulgado	Japão	Transferência da Fábrica de São Bernardo do Campo - SP	2010
Wuth	Lubrificantes	Ponta Grossa	R\$ 25 milhões	Alemanha	Estuda aquisição de empresa química e de ferramentas reservando R\$ 300 milhões	2010

Subsea 7	Tubulações para Petróleo	Pontal do Paraná	R\$ 100 milhões	Noruega	Tubulações para Petróleo e equipamentos de perfuração - intenção	2010
GME Aerospace	Aeroespacial	São José dos Pinhais	R\$ 37,5 milhões	Itália	Financiamento de 16 milhões pelo BRDE - em outros casos temos o BNDES	2010
HSBC	Bancário	São José dos Pinhais	R\$ 10 milhões	Inglaterra	Novo Prédio para Centro de Treinamento	2010
JTEKT	Autopeças	São José dos Pinhais	R\$ 40 milhões	Japão	Direção	2010
Renault	Automóveis	São José dos Pinhais	US\$ 1 bilhão	França	Expansão da produção	2010
Leax	Autopeças	Araucária	Valor não divulgado	Suécia	Fornecedora da Volvo e Scania - Início da produção	2011
Novozymes	Laboratório de Etanol	Araucária	R\$ 3,5 milhões	Dinamarca		2011
Cartepillar	Mat de Transporte e Construção civil	Campo Largo	R\$ 170 milhões	EUA	Onde funcionava a Chrysler - Isenção de IPTU por 5 anos e imposto de Transmissão de Bens Imóveis	2011
Sig Combibloc	Embalagens	Campo Largo	EU\$ 90 milhões	Suíça - Nova Zelândia	Mercado Brasil e Chile	2011
Cargill		Castro	R\$ 350 milhões	EUA	Processamento de milho	2011
Case e New Holland	Maquinário para Construção e Agrícola	Curitiba	Valor não divulgado	EUA	Divisão do Grupo Fiat a CNH controladora das marcas Case e New Holland - expansão de 50% da produção de maquinário para construção e 30% equipamentos agrícolas	2011
Eletrolux	Eletrrodomésticos	Curitiba	US\$ 8 milhões	Suécia	Ferro de passar roupa - antes importado da Ásia	2011
Volvo	Motores e Câmbio	Curitiba	R\$ 25 milhões motores e câmbio e R\$ 50 milhões armazenamento e distribuição	Suécia	Internalização da produção de motores de 11 litros antes importados da Suécia	2011
Volvo	Ônibus híbridos	Curitiba	US\$ 10 milhões	Suécia	Ônibus híbridos	2011
Volvo	Caminhões	Curitiba	R\$ 80 milhões		Divisão de Pintura de Cabines	2011
Sumitomo	Pneus	Fazenda Rio Grande	R\$ 560 milhões até 2016	Japão		2011
Arauco	MDF	Jaguariaíva	R\$ 275 milhões	Chile	Expansão da produção	2011
SanDisk	Memória para Informática	Londrina	US\$ 80 milhões	EUA	Memórias e Disco Rígido - expectativa	2011
GX-Audio	Autopeças	Pato Branco	R\$ 10 milhões	China	Guangzhou Guangxing Electronic Corporation - Proprietária da GX-Audio - Fabricação de Peças para montagem de auto-falantes	2011
Sementes Guerra	Agrícola	Pato Branco	R\$ 91 milhões	França	Limagrain compra 70% da divisão de sementes de milho da Guerra	2011
BO Packaging	Embalagens	Ponta Grossa	US\$ 70 milhõs	Chile	Embalagens recicláveis	2011
Cimpor	Cimento	Ponta Grossa	EU\$ 190 milhões	Portugal	Anúncio para produção de clínquer e	2011

					cimento	
Continental	Autopeças	Ponta Grossa	R\$ 15 milhões	Alemanha	Ampliação - Corr. Dentadas	2011
Masisa	MDF	Ponta Grossa	R\$ 9,8 milhões	Suíça	Ampliação	2011
THK	Autopeças	Ponta Grossa	Não divulgado	Japão	Peças de suspensão de automóveis	2011
Winner Chemical	Produtos Químicos	Ponta Grossa	R\$ 10 milhões	Alemanha	Diversificação da produção	2011
Techint Engenharia e Construção	Plataformas marítimas para exploração de petróleo	Pontal do Paraná	R\$ 300 milhões - Planos	Itália	Reabertura do porto de construção plataformas devido a encomenda da petroleira OSX	2011
Aksys - FPK do Brasil Componentes Ajutomotivos	Autopeças	São José dos Pinhais	Valor não divulgado	Espanha	Grupo espanhol Mondragon assumiu controle da alemã Aksys - produção de peças plásticas - renomeada para FPK do Brasil Componentes Ajutomotivos	2011
Brose	Autopeças	São José dos Pinhais	R\$ 35 milhões	Alemanha	Sistemas de portas, vidros, estruturas de bancos e motores de fluxo de ar, entre outros. Transferência da fábrica de Salto - SP	2011
Tremec	Autopeças	São José dos Pinhais	não divulgado	México	Caixa de Câmbios	2011
Evonik	Aminoácidos - Ração Animal	Castro	R\$ 250 milhões	Alemanha	Aminoácidos - Ração Animal - Implantação de linha de produção na estrutura da Cargil	2012
Emak	Máquinas Agrícolas	Curitiba	não divulgado	Itália	Centro de distribuição e terceirização da produção	2012
Furukawa	Cabos de Fibra ótica	Curitiba	US\$ 20 milhões	Japão	Expansão da Produção	2012
Peróxidos do Brasil	Química	Curitiba	US\$ 20 milhões	Bélgica	Peróxido de hidrogênio para indústria de celulose	2012
Tetra Pak	Embalagens	Ponta Grossa	R\$ 200 milhões	Suécia	Mercado Nacional	2012
Briggs & Stratton	Motores, Bombas e Geradores	São José dos Pinhais	Valor não divulgado	EUA	Companhia Caetano Branco	2012
Renuka do Brasil	Açúcar e Álcool	São Pedro do Ivaí e Marinalva	R\$ 185 milhões	Índia	Expansão de canaviais, modernização e dívidas. Contou com empréstimo BNDES de R\$ 200 milhões	2012
Mollificio Lombardo	Molas	Apucarana	entre R\$ 1 e 2 milhões	Italia	Implantação da planta produtiva - início da produção em 2014	2013
Furukawa	Cabos de Fibra ótica	Curitiba	US\$ 30 milhões	Japão	Expansão da Produção entre 2013-14	2013
Linde	Química	Curitiba	EU\$ 50 milhões	Alemanha	argônio, nitrogênio e oxigênio – em forma de gás – para aplicações industriais, agrícolas, médicas e laboratoriais	2013
Volvo	Caminhões	Curitiba	US\$ 500 milhões	Suécia	Nova linha de caminhões, modernização e ampliação da assistência técnica	2013

Dunlop	Pneus	Fazenda Rio Grande	US\$ 560milhões	Japão		2013
NTN-SNR	Autopeças	Fazenda Rio Grande	Valor não divulgado	Japão e França		2013
Alcast	Utensílios de Alumínio	Francisco Beltrão	R\$ 25 milhões	EUA	Produção de utensílios domésticos de alumínio	2013
Norske Kog - Pisa	Papel	Jaguariaíva	US\$ 41, milhões	Chile	Compra de fábrica de papel da norueguesa Norske Skog pela Chilena Papeles Bio Bio	2013
Avio International Group	Helicópteros	Maringá	R\$ 174 milhões	Suíça	Helicópteros	2013
DAF	Caminhões	Ponta Grossa	US\$ 320 milhões	Holanda		2013
Audi	Automobilístico	São José dos Pinhais	R\$ 500 milhões	Alemanha		2013
Volkswagen	Montadora	São José dos Pinhais	RS 520 milhões	Alemanha	Ampliação da Produção	2013

FONTE: IPARDES, 2002 A 2013.